

Lou-Ann Kleppa

**Preposições ligadas a verbos na fala de uma criança em
processo de aquisição de linguagem**

OU

“Vamo de a pé no carro do vovô?”*

Dissertação apresentada ao
departamento de Lingüística
do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas, como
requisito parcial para a
titulação de Mestre em
Lingüística

Orientadora: Maria Fausta Pereira Cahyba de Castro

UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
2005

* Este título foi inspirado a partir da fala da criança aqui documentada.

Banca examinadora

Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Profa. Dra. Rosa Attié Figueira

Profa. Dra. Maria Fausta Pereira Cahyba de Castro

Agradeço

À CAPES pelo fomento à pesquisa

Ao Renato Miguel Basso pelo apoio intelectual e culinário.

No changes are permanent,

but Change is.

(Rush)

5.6.	<u>As hipóteses revisitadas</u>	133
6.	<u>Orações infinitivas</u>	135
6.1.	<u>Preposições introdutoras de orações infinitivas</u>	135
6.2.	<u>Duas formas de análise: semântica e funcional</u>	139
6.2.1.	Valência e transitividade	139
6.2.2.	Função dos verbos na sentença	145
6.3.	<u>Formas divergentes</u>	152
7.	<u>Marcas de fala heterogênea</u>	155
7.1.	<u>Dois tipos de combinações</u>	156
7.2.	<u>Ausências e excessos</u>	162
7.3.	<u>Inversões de ordem de palavras</u>	168
8.	<u>Considerações finais</u>	173
	<u>Referências bibliográficas</u>	179

Resumo

Para a realização desta pesquisa foram escolhidas preposições relacionadas a verbos na fala de uma criança brasileira, cujos dados são de caráter longitudinal. A observação do funcionamento da preposição conduziu este estudo à noção de *gramaticalização*, e, aplicando a Hipótese da Gramaticalização foi possível estabelecer diferentes graus de gramaticalização para as preposições recortadas para este estudo; o que se considera uma maneira alternativa de abordar o estatuto categorial da preposição.

Um instrumento importante para a análise dos dados selecionados é a noção de *transitividade*. Através desta noção – que pode ser entendida como uma propriedade sintática inerente ao verbo que se atualiza apenas no uso – chegou-se às noções de *valência* e *regência*. Através da noção semântica de valência (número de argumentos do verbo) é possível identificar a posição da preposição na estrutura argumental do verbo (Borba 1996). A noção de regência foi aplicada para se identificar o elemento que seleciona a preposição: o verbo abre um espaço sintático para uma preposição na sentença, mas qual preposição, dentre tantas possíveis, é selecionada, não é necessariamente determinado pelo verbo.

Percebeu-se que a heterogeneidade da fala da criança está relacionada – dentre muitos outros fenômenos observáveis na fala da criança – à ausência, troca e excesso de preposições. Esta heterogeneidade não se dá num período de tempo delimitável da vida da criança. As mudanças observadas graças ao caráter longitudinal naturalístico dos dados que ocorreram na fala da criança, de um pólo heterogêneo em relação à língua constituída para o pólo próximo da fala do adulto, são tanto mudanças da linguagem da criança, como mudanças de posição da criança em relação à linguagem (De Lemos, 1992, 2000, 2001, 2002).

Abstract

Prepositions linked to verbs in the speech of a Brazilian child, whose data were collected when it was between 1;02.11 and 4;10.06 years old, were chosen as the object of this dissertation. The observation of the functioning of prepositions linked to verbs has conducted this study to issues concerning the categorial status of prepositions, (are they lexical or functional items?) which has led to the notion of *grammaticalization*. Different degrees of grammaticalization could be established. The image of a *continuum* seems to be more adequate than that of distinct categories to describe the categorial status of prepositions.

Transitivity has proved to be an important tool to analyse the selected data and so issues of *valency* and *government* could be approached. Valency is understood as being the number of arguments of a verb. After visualizing the argumental structure of a verb, the position of prepositions in this structure could be defined (Borba 1996). The notion of *government* was helpful to determine which element selects the preposition linked to verbs. It can be posited that the verb opens a syntactic space for the preposition in a sentence. The semantic restrictions to the choice of a specific preposition are not necessarily performed by the verb.

It has been noticed that the heterogeneity of child speech is related to – among many other observable phenomena – the absence, switch and excess of prepositions. This heterogeneity isn't manifested in a delimited period of time of the child's life. There are changes from a heterogeneous pole (in relation to adult language) to a pole that is similar to the adult language to be observed along the selected data. Also, changes in the relation of the child with the mother tongue (De Lemos 1992, 2000, 2001, 2002) are discussed in this dissertation.

1. Introdução

O tema escolhido para este estudo é o funcionamento das preposições relacionadas a verbos na fala de uma criança brasileira. Trata-se de um estudo descritivo que analisará o comportamento de itens pertencentes a uma classe de palavras quando subordinadas a verbos. As preposições recortadas do sistema preposicional da língua portuguesa são denominadas de *simples* (Cunha (1979) e Vilela & Koch (2001), em oposição a *complexas*) ou *essenciais* (Bechara (1967), Cegalla (1998), Lima (1998) e Neves (2000), em oposição a *acidentais*). Dentre as preposições *essenciais*, Neves (2000) recorta aquelas que considera como sendo *introdutoras de argumentos*:

a até com contra de em entre para por sob sobre

Estas preposições mereceram destaque no processo de seleção de dados de fala do *corpus* de uma criança chamada Raquel (doravante R). Os episódios de fala da criança em que havia uma destas preposições relacionada a um sintagma verbal foram recortados do *corpus* de R, disponibilizado pelo CEDAE (Centro de Documentação Alexandre Eulálio), situado no IEL/ Unicamp, e compõem o *corpus* de dados selecionados para este trabalho. Os dados de R são de caráter longitudinal: a criança foi gravada dos 1;02.11 aos 4;10.06 anos de idade. O volume de dados selecionados para este estudo é extremamente grande, pelo fato de a criança ter sido gravada por mais de três anos em sessões semanais ou mensais com duração variável, superior a meia hora. Pelo fato de a fala da criança ter características altamente peculiares, singulares, até, foi necessário adotar uma teoria de Aquisição de Linguagem que sustentasse uma análise dos dados de fala de uma criança. Foi escolhida a teoria Interacionista de De Lemos (1992, 2000, 2001, 2002), que não trata do desenvolvimento da fala da criança, ou dos estágios de fala em que a criança se encontra e das fases que ela precisa superar - que são conceitos importados da Psicologia do Desenvolvimento. O Interacionismo de De Lemos coloca-se na interface entre a Lingüística e a Psicanálise, sendo que o *sujeito* é entendido como sendo *efeito de linguagem*. Assim, a criança somente pode construir sua identidade porque é falada (interpretada, considerada como interlocutora) por outros falantes da língua materna da criança (mãe, pai e outros). A unidade de análise pertinente para esta corrente teórica é, então, o diálogo. Os dados, que são de caráter dialógico e longitudinal, serão analisados aqui sob o ponto de vista da *mudança*, que é um dos elementos constitutivos da teoria de De Lemos. Seguindo a autora, lê-se:

(...) Primeiro, os fragmentos da fala da mãe que aparecem na fala da criança em um momento cronologicamente inicial. Em seguida, os erros e/ou enunciados insólitos atestando tanto um afastamento do esperado, cuja referência está na fala do outro materno, quanto um movimento imprevisível dentro de um possível de língua. Se à vigência desses fenômenos se segue um período em que a fala da criança se aproxima da fala homogênea do adulto, o que, na verdade, o distingue é a possibilidade da criança escutar ou reconhecer os efeitos do que, na sua própria fala e na fala do outro, se dá como heterogêneo.

As mudanças, indicadas por esses fenômenos, não podem, enquanto rupturas do estabelecido ou esperado, ser qualificadas nem como acúmulo nem como construção de conhecimento sobre a língua, mas sim como efeito de um processo de subjetivação pela linguagem, subjetivação essa marcada para sempre pela divisão entre ser falado pelo Outro e poder comparecer enquanto diferença nos interstícios dessa fala.

(De Lemos, 2001 – p. 28)

(...)

Desse modo, as mudanças que qualificam a trajetória da criança de infans a sujeito-falante são mudanças de posição nessa estrutura e antinômicas, portanto, à noção de desenvolvimento. Com efeito, não há superação de nenhuma das três posições, mas uma relação entre esses pólos que se manifesta, na primeira posição, pela dominância da fala do outro, na segunda posição, pela dominância do funcionamento da língua e, na terceira posição, pela dominância da relação do sujeito com a própria fala. É na terceira posição que a criança enquanto sujeito falante se divide entre aquele que fala e aquele que escuta sua própria fala, sendo capaz de retomá-la, reformulá-la e reconhecer a diferença entre a sua fala e a fala do outro, entre a instância que fala e a instância que escuta de um lugar outro.

(De Lemos, 2001 – p. 29)

As mudanças que De Lemos descreve se dão ao longo do tempo e são regidas por dois eixos organizadores da linguagem duplamente articulada. A referência a estes dois eixos é bastante recorrente na literatura lingüística, sendo que circulam vários nomes para eles. Saussure (1995 [1916]) chamou-os de *associativo* e *sintagmático*, Jakobson (1971 [1956]) denominou-os eixos *metafórico* e *metonímico*, Martinet (1971) trata da *primeira articulação* e da *segunda articulação*, ao passo que Halliday (1985) usa os termos *escolha* e *cadeia* para descrever o mecanismo organizador da linguagem. Por fim tem-se De Lemos (1992), que articula as suas idéias com as de Saussure, Jakobson e Lacan para tratar de *cadeias latentes* e *cadeias manifestas* nos eixos, que ela reinterpreta como sendo *processos metafórico* e *metonímico*. A autora trata estes dois eixos como processos, ou melhor, mecanismos de mudança de posição da criança em relação à linguagem:

(...) [os processos metafórico e metonímico] regeriam a relação dos enunciados da criança com o enunciado do outro na primeira posição, as relações entre enunciados na segunda posição e as relações entre fala e escuta na terceira posição.

(De Lemos, 1992 – p. 22 e 23)

É através desta teoria, que trata o diálogo como unidade de análise e em que a mudança é relevante, que será possível perceber como a criança se posiciona em relação à fala da mãe, sua

interlocutora, em relação à língua e em relação à sua própria fala. Estas posições são observáveis nos dados recortados para esta dissertação: há momentos em que a criança incorpora fragmentos da fala da mãe em sua fala, repetindo, então, alguns fragmentos que podem corresponder a unidades como palavras ou não. Há outros momentos em que a criança se mostra resistente às correções da mãe, apontando para uma relação da criança com o movimento da língua; e há momentos em que a criança percebe quais efeitos a sua fala promove em sua interlocutora, a mãe. Neste terceiro momento a linguagem passa a ser atividade reflexiva, evidenciando que a criança relaciona-se com os efeitos que a sua linguagem pode provocar em seu interlocutor. Este é o espaço para brincadeiras com a linguagem, por exemplo, entre outros fenômenos que exigem a reflexão do falante sobre sua linguagem. Ao longo dos dados que compõem o *corpus* de R, é possível observar que R repete ou a fala ou fragmentos da fala de sua mãe e vice-versa. Esta simples observação pode reforçar a hipótese de que o sujeito é constituído pela linguagem do outro.

O primeiro autor a focar o diálogo é Bakhtin, em cuja obra a idéia central é a de *interação*. Sua concepção de linguagem é de que ela é um processo dialógico, não um sistema fechado, com sua ordem própria, como diria Saussure, ou ainda como sentenças geradas a partir de princípios inatos e parâmetros adquiridos, como diria Chomsky, ou ainda um eficiente meio de comunicação, como diria um funcionalista. Os conceitos de *relação*, *interação* e *diálogo* são predominantes na obra de Bakhtin, no sentido de que não existem valores absolutos de coisas/ entidades, porque a valoração estabelece-se em relação a outras coisas/ entidades. Nesta linha de pensamento, a concepção de *sujeito* de Bakhtin é de um *sujeito participativo, responsável ético, constituído pelo outro*. A linguagem tem um papel constitutivo: o sujeito é efeito de linguagem e esta linguagem é dada ao sujeito pelo outro, na interação.

Tomar o diálogo como unidade de análise, examinando assim a fala - e não a escrita - da criança, suscita algumas questões pertinentes para este estudo, como por exemplo o recorte que a criança faz das unidades significativas que ouve da cadeia sonora produzida por seu interlocutor. Este recorte de unidades pode não coincidir com as noções que os adultos têm de “palavra”. Circulam na literatura de Aquisição de Linguagem dados equivalentes a:

- *Filba?*
- ***Oquêquí, mãe?***¹

¹ Este não é um dado de fala de criança, mas um exemplo citado em comunicação pessoal da prof. Maria Fausta Pereira de Castro.

em que é possível visualizar que a criança segmenta *o quê que* de enunciados congelados provenientes da fala do adulto: **O quê que** *you* *quer*? Trata-se do recorte não sistematizável de fragmentos da fala do outro que emergem na fala da criança. Pereira de Castro (2001) reflete sobre os fenômenos que o pesquisador pode encontrar ao analisar dados de fala de criança:

De fato, se texto e diálogo são considerados como unidade de análise e este é o caso do diálogo para o interacionismo em aquisição de linguagem, a fala da criança está aí para mostrar os efeitos da imprevisibilidade da língua sobre o falante. A heterogeneidade desta fala, que se mostra tanto pelos erros, quanto pelos enunciados insólitos, quanto pelo retorno de fragmentos de enunciados do adulto, dão prova disso. Mas não é só a fala da criança – tantas vezes tomada como uma etapa a ser vencida – que evidencia o fato de que a linguagem pode sempre sofrer efeito de dispersão.

(Pereira de Castro, 2001 – p. 63)

Os “erros” ou ainda “formas divergentes” presentes na fala da criança terão destaque na investigação do funcionamento da preposição ligada a verbos, porque se acredita que os erros possam apontar para o funcionamento de um determinado sistema, já que quando as normas que determinam o sistema são infringidas, o efeito é o de estranhamento, ou mesmo humor. Quando um pesquisador estranha ou acha graça dos enunciados insólitos da criança, ele é automaticamente obrigado a refletir sobre o funcionamento da língua de modo geral, perscrutando um determinado subsistema lingüístico. Figueira (1995) reflete sobre o uso do termo “erro” para se abordar fenômenos de aquisição de língua materna:

O termo “erro”, aplicado a dados de aquisição de linguagem, tem abarcado fenômenos muito diversos do desenvolvimento lingüístico de uma criança. Reúne-se sob esta designação tudo o que de diferente e particular a fala da criança pode apresentar, em comparação com o sistema lingüístico adulto, inevitavelmente tomado como referência.

Aplicada à linguagem em desenvolvimento da criança, esta palavra nos pareceu de início inadequada. Propusemos substituí-la por “ocorrência divergente” (Figueira 93, 94).

(Figueira, 1995 – p. 145)

Esta é uma das poucas autoras, dentre os autores consultados, que toma quase que exclusivamente o erro como objeto de análise:

Inicialmente banido, e depois resgatado pelos estudiosos da linguagem, o erro conheceu assim uma trajetória que foi – pode-se dizer – da exclusão discriminadora de alguns para o olhar imparcial e atento de outros, que pretendem extrair desse rico material mais do que aquilo que pode ser revelado via sua contraparte normal ou correta.

(Figueira, 1996 – p. 56)

Como a autora analisa em seus trabalhos o funcionamento de alguns paradigmas sintáticos na fala de crianças, como por exemplo o paradigma da flexão verbal ou as marcas de gênero, ela precisa refletir sobre a formação de categorias sintáticas na fala da criança:

A atividade da criança poderá ser entendida como procedendo de uma “análise”, apenas num sentido fraco da palavra, isto é, dentro de uma explicação que não pressuponha o conhecimento prévio de significados e categorias, prontos para serem mapeados em formas e estruturas lingüísticas. Parece-me mais razoável supor, conforme propõe De Lemos (1992), que é na experiência com a linguagem em funcionamento que a criança – pelo estabelecimento de relações – chegará à categorias e propriedades que fazem parte de subsistemas lingüísticos.

(Figueira, 1996 – p. 65)

Assim como Figueira, não se acredita aqui que a criança tenha como pressuposto o conhecimento do funcionamento de categorias, como por exemplo, o funcionamento de preposições ligadas a verbos. Neste sentido, não se pretende aqui capturar o momento em que a criança internaliza o sistema das preposições ou quando ela deixa de cometer “erros” ou “formas divergentes”. Este é um estudo descritivo que pretende analisar facetas do funcionamento das preposições ligadas a verbos através da fala de uma criança. Para tanto, foi preciso analisar a forma e função desta palavra relacional, verificar as repercussões que seu uso tem sobre outros subsistemas lingüísticos e analisar a preposição em diferentes níveis lingüísticos.

A preposição não pode ser analisada isoladamente, já que ela é um elemento relacional que estabelece relações entre os elementos do enunciado. Em função disso, foi preciso recorrer ao exame dos elementos que a preposição coloca em relação; e como a preposição ligada a verbos foi eleita como objeto de análise desta dissertação, foi preciso investigar fenômenos relativos ao verbo. Chegou-se assim à noção de *transitividade* (o verbo seleciona argumentos? É transitivo direto ou indireto? Ou é intransitivo e seleciona apenas adjuntos?).

Através desta noção – que é entendida como uma propriedade sintática inerente ao verbo que se atualiza apenas no uso – chegou-se aos conceitos de *valência* e *regência*. Com a noção semântica de *valência* (número de argumentos do verbo), foi possível identificar a posição da preposição na estrutura argumental do verbo. A noção de *harmonização semântica*, encontrada em Travaglia (1985: 27 em diante)², foi aplicada para identificar o elemento que seleciona a preposição através de critérios semânticos. Foi possível notar que o verbo abre um espaço sintático para uma preposição qualquer do eixo paradigmático, ao passo que a escolha de uma determinada preposição e seu encadeamento no eixo sintagmático é determinada por critérios semânticos pelo verbo, argumento ou adjunto.

Através da noção da estrutura argumental de um verbo pôde-se visualizar a posição que a preposição ocupa na estrutura de valências de um verbo e prever assim possibilidades de combinação entre um verbo e seus argumentos.

Num nível morfo-semântico de análise, a teoria da *gramaticalização* provou ser um instrumento de análise frutífero. Gramaticalização significa a mudança de um determinado item lexical a item gramatical. Estas mudanças podem ser perseguidas no plano sintático (o item lexical assume uma posição fixa na sentença), semântico (o item lingüístico sofre um certo esvaziamento semântico) e morfológico (o item em questão se torna um morfema preso). A preposição é um elemento relacional que tem sua posição sintática definida pela estrutura argumental do verbo que a introduz. Sob este ponto de vista, ela é analisada como sendo um item gramatical, mas será mostrado que todos os elementos da classe das preposições, apesar de serem todos elementos relacionais, podem ser vistos como elementos em diferentes graus de gramaticalização.

O critério da *transitividade* é uma ferramenta de análise no nível do verbo e da oração, ao passo que os critérios morfológicos e semânticos de *variação* e *sentido específico* se restringem ao nível da palavra. Estes dois níveis de análise (morfo-semântico e sintático) são complementares e contribuem para uma visão mais ampla do funcionamento da preposição na fala de uma criança.

Foi realizada aqui a tentativa de sistematizar todas as preposições relacionadas a verbos na fala de R, e assim elas foram distribuídas em diferentes grupos. Constatou-se que as preposições na fala de R podem funcionar como introdutoras de argumentos do verbo (sintagmas nominais ou orações infinitivas) ou adjuntos do verbo. Nestes casos a seqüência prototípica de *verbo, preposição e sintagma nominal (ou verbal)* é obedecida. Em outro grupo foram colocadas as combinações que ocorreram entre: verbo + preposição, preposição + sintagma nominal, preposição + oração infinitiva, preposição + preposição. Ocorreram ainda enunciados em que há apenas uma preposição, o que muito provavelmente se deve ao caráter dialógico dos dados analisados (deve-se contar com interrupções, mudanças de tópico discursivo e reformulações). Foram ainda registradas preposições não esperadas (como por exemplo *procurar dum lápis*), que foram chamadas de *excessos* e houve ainda contextos em que a preposição esperada não foi realizada (como por exemplo *aprendi fazer*), que foram denominados *ausências* de preposições, além de trocas de uma preposição por outra (*continuar de brincar*). Com estas subdivisões, o tipo de contextos sintáticos em que a preposição pode inserir-se

² Atribuída a Pottier (1968), que não foi consultado.

e os usos da preposição se tornaram mais visíveis. A partir destes grupos pode-se especular sobre a heterogeneidade da fala da criança.

Esta heterogeneidade não se dá num período de tempo delimitado da vida da criança (como se fosse um estágio/ fase/ período). As mudanças ocorridas na fala da criança de um pólo heterogêneo em relação à língua constituída para o pólo próximo da fala do adulto são lentas e não seguem uma ordem ou seqüência previamente estabelecida. Isto significa que a criança pode, num mesmo episódio de fala, produzir formas divergentes ao lado de formas aceitáveis. Acredita-se que um “acerto” enunciado na cadeia de significantes não significa que a criança tenha “conhecimento” da língua, e assim é previsível que “erros” e “acertos” sejam co-existentes em sua fala. Para o pesquisador que trabalha com dados de fala infantil, o “erro” é justamente a oportunidade para se perceber como um determinado sistema funciona. Pretende-se tomar estas formas divergentes na fala da criança como indicadores do funcionamento do sistema de preposições introdutoras de argumentos do português brasileiro.

Esta dissertação está dividida em oito capítulos, incluindo esta introdução. No capítulo seguinte serão apresentadas as formas de análise dos dados de fala de R, assim como também serão visualizados alguns dados exemplares encontrados no *corpus* de R. Estes dados serão o primeiro contato do leitor com o tipo de problema a ser enfrentado neste estudo. O terceiro capítulo trata do funcionamento geral da preposição e de algumas hipóteses acerca do funcionamento da preposição em outras línguas, retiradas de textos consultados. Neste capítulo as noções mais intimamente relacionadas ao funcionamento da preposição, como *regência* e *valência verbal* serão discutidas a partir das informações que gramáticos e lingüistas fornecem sobre o tema. A natureza categorial (lexical ou gramatical) será discutida nos capítulos três e quatro, atrelada à *Hipótese da Gramaticalização*. No quarto capítulo a *forma* da preposição será examinada. A partir da análise morfológica deste elemento relacional chegou-se à noção de gramaticalização, fundamental para se reinterpretar os critérios de posição e seleção da preposição na sentença. Tanto no quarto como no quinto capítulo serão apresentados dados de fala de R que são divergentes em relação à língua constituída, porque se trata de ausências e excessos de preposição, assim como também de formas divergentes de concordância do amálgama formado pela preposição com outros elementos da sentença. No quinto capítulo as questões de *transitividade* e *valência* serão focadas e a elas serão relacionadas hipóteses acerca da posição da preposição na sentença e acerca da seleção da preposição. No sexto capítulo serão analisadas mais atentamente as construções em que a preposição funciona como introdutora de

orações infinitivas, ou seja, intermediária entre dois verbos, sendo que o primeiro é finito e o segundo é não finito. Novamente serão apresentados dados acerca da posição e seleção da preposição, que servirão para corroborar as hipóteses lançadas nos capítulos quatro e cinco. No sétimo capítulo as marcas de *heterogeneidade* em relação ao uso da preposição na fala de R serão discutidas. Finalizando este estudo, o capítulo oitavo apresenta exemplos extraídos do *corpus* de R de cada uma das três posições (de De Lemos (2002)) da criança em relação à linguagem, além das conclusões a que se chegou durante a elaboração da dissertação.

2. Apresentação dos dados selecionados

Neste capítulo o leitor terá um primeiro contato com alguns dos dados selecionados para este estudo. Serão apresentados os procedimentos adotados para se compor o *corpus* de análise e uma tipologia de contextos em que há preposições ligadas a verbos na fala da criança R.

2.1. Nota preliminar sobre a transcrição e transliteração

A criança R (Raquel) foi gravada dos 1;02.11 aos 4;10.06 anos de idade, a partir de 1976. Os dados de fala da criança estão transcritos e disponíveis no CEDAE (Centro de Documentação Alexandre Eulálio), situado no IEL / Unicamp. Infelizmente os dados no CEDAE ainda não estão transcritos em meio digital e encontram-se ainda presos ao papel almaço amarelado, distribuído em doze pastas grossas de arquivo. A seleção dos dados em que ocorriam preposições ligadas a verbos transcorreu de forma lenta, pelo fato de estarem todos no papel – muitas partes ainda a lápis. Foi preciso um ano para a seleção dos episódios de fala de R relevantes para esta pesquisa. Muitos episódios de fala de R foram selecionados, mas nem todos compõem o *corpus* apresentado aqui, por se considerar que o volume de dados recolhidos era muito grande. O *corpus* apresentado aqui é composto por 149 episódios de fala de R, que estão numerados na dissertação. Quando um ou outro é apresentado mais de uma vez, a primeira numeração do dado é mantida.

A primeira preposição registrada no *corpus* de fala de R aconteceu quando ela tinha um ano, seis meses e três dias de idade. Contudo, não se pretende aqui especular sobre a emergência e seqüência de aquisição das preposições na fala de R, mas o funcionamento daquelas que estão presentes na sua fala é que será investigado. Antes de contemplar os dados, é preciso esclarecer alguns pontos relativos à sua transcrição da fita de rolo para os arquivos do CEDAE e ao processo de transliteração destes dados dos arquivos para o *corpus* utilizado aqui.

Os participantes dos diálogos gravados são:

R Raquel
M Mãe

P	Pai, o Ademir
D	Daniela, a irmã
AG	Amigo
A	André, um amigo de R
EM	Empregada, Toninha
V	Verônica, amiga de R

Outras legendas:

(MIA)	Movimento de inspiração audível
(SI)	Segmento ininteligível
/	Interrupção
...	Pausa
()	Comentários do/a transcritor/a
(())	Meus comentários sobre a transcrição

As transcrições foram feitas por pessoas diferentes, que adotaram sistemas de símbolos diferentes. Observou-se que nos primeiros anos de gravação o sinal “/”, que indica interrupção de fala, é quase inexistente. Ainda é de se notar que nas últimas transcrições o/a transcritor/a adota a reduplicação de vogais para indicar seu alongamento, sendo que antes não havia quaisquer marcas de prolongamento de vogais. Outro exemplo que indica a mudança de transcritores da fita de rolo é o caso da notação (MIA). A partir dos 3 anos, 3 meses e 28 dias de vida de R aparece a notação (MIA), paralelamente à (SI). Não se quer pensar que R não inspirasse fortemente antes da notação surgir, nem que não houvesse segmentos ininteligíveis nos diálogos. Estas questões (e as mudanças que a própria autora desta dissertação tomou a liberdade de fazer ao transliterar os dados transcritos) conduziriam a uma discussão altamente interessante e necessária sobre a manipulação de dados, mas ela não será realizada aqui. Seguem as alterações ortográficas realizadas:

O que foi alterado no percurso da transliteração:

Quase não há sinais de pontuação nas transcrições e todos os enunciados começam com letra minúscula. Tentou-se fazer com que o texto ficasse mais agradável à leitura, através da inserção de sinais de pontuação e foi adotada uma ortografia que se considerou mais adequada: por opção pessoal, todas as vezes em que aparece na transcrição “história”, a palavra foi substituída por

“estória”. É uma questão estilística que não influencia em nada a análise aqui desenvolvida. A ortografia de algumas poucas palavras foi alterada durante a transliteração dos dados: “Pintassilgo” é com dois “s” e “jiló” não é com “g”.

A preposição **para** foi transcrita várias vezes como **pá** e transliterada como **pa**, evitando assim uma confusão semântica. Outra ambigüidade semântica foi desfeita quando a grande maioria dos /maj/s/ paulistas, que na verdade são conjunções adversativas, não foram transliteradas como “mais”, mas sim como “mas”.

O que não foi perseguido:

Quando foi estabelecido que apenas as preposições ligadas a verbos interessavam para este estudo, foram selecionadas as preposições que algumas gramáticas chamam de *simples*, outras de *essenciais*, ou ainda *introdutoras de argumentos*. Locuções prepositivas (*em cima de, a respeito de*) não foram incorporadas neste trabalho, assim como também não foram computadas as ocorrências em que há qualquer outro tipo de locução.

Sintagmas como lá *na mesa* não foram adicionados ao *corpus* formado para esta pesquisa, porque se entende que a preposição está subordinada ao advérbio de lugar, de modo que *na mesa* é apenas uma especificação de *lá*. O mesmo vale para casos como *aqui no chão*. Quando esses advérbios de lugar estavam antepostos a preposições que introduziam objetos locativos, eles não foram computados, mas quando o objeto era de outra natureza, como em *aqui comigo*, o episódio de fala em que há ocorrências deste tipo foi transcrito e incorporado ao *corpus*.

Registro de preposições:

Toda vez que havia (SI) ao lado da preposição, o dado não foi registrado.

Como se acredita que (MIA) não altera a fala, a preposição ao lado desta notação foi contabilizada.

2.2. Tipologia de contextos em que há preposições

Sistematizando as realizações das preposições na fala de R, chegou-se a diferentes tipos de contextos sintáticos em que há ocorrências desta categoria funcional. Esta tipologia foi inspirada a partir da leitura de um texto de Tomasello (1987), em que o autor analisa o uso que a criança T faz de preposições. Estes dados são o resultado de gravações feitas entre o período em que T contava 1.0 a 2.0 anos de idade. O autor estabelece quatro tipos de contextos sintáticos em que a preposição pode aparecer na fala documentada de T:

- Uso prototípico (Verbo + Preposição + Sintagma Nominal)
- Omissão (V + Ø + SN)
- Combinação (V + Prep ou Prep + SN)
- Holófrase (Prep)

A tipologia de Tomasello serviu de guia para a descrição de contextos em que a preposição é usada por R, mas não se pode esperar que haja equivalências aqui: a criança documentada por Tomasello tinha como língua materna o inglês, em que holófrases do tipo: *Up!*, como pedido para ser locomovido para posição mais elevada, são possíveis. Em português, o equivalente a *up* seria traduzido por uma locução prepositiva ou um advérbio de lugar, o que evidencia que uma preposição sozinha não exerceria em português o mesmo papel que a preposição inglesa em questão. Em português as preposições são elementos relacionais, dependentes de outros elementos frasais para fazer emergir um significado no enunciado. Em outras palavras, as preposições não são, em português, autônomas, autossemânticas, porque não referem a entidades ou eventos no mundo, (apesar de não serem totalmente vazias de sentido).

Quando se tem apenas a preposição e o verbo ou a preposição e um sintagma nominal que ela introduz, pode-se pensar em questões de regência: qual é o elemento na oração que seleciona a preposição? O verbo ou o seu argumento ou adjunto? Percebeu-se, ao longo da seleção dos dados de R, que os tipos de combinações feitas por R são mais complexas que aquelas realizadas por T, possivelmente por causa das restrições de cada uma das duas línguas, talvez por causa do tempo que foi dedicado à documentação da fala destas duas crianças.

Ao invés de “omissões” (que implica em volição) deu-se preferência ao termo “ausências”. Mesmo assim, os termos “ausências”, “excessos” e “trocas” de preposições na fala da criança tomam como parâmetro a fala do adulto. Não se pretende aqui, todavia, comparar a fala do adulto com a da criança, mas não foram encontrados termos mais adequados que estes para a descrição do funcionamento das preposições ligadas a verbos na fala de R. Segue abaixo a tipologia de contextos sintáticos em que ocorrem preposições ligadas a verbos na fala de R:

- Introdutoras de argumentos (sintagmas nominais ou orações infinitivas)
- de adjuntos (sintagmas nominais ou orações infinitivas)
- Combinação de duas preposições
- de preposição e sintagma nominal
- de preposição e verbo
- de verbo e preposição
- Formas divergentes
- de concordância (número/ gênero/ contração)
- Topicalizações e outras inversões de ordem
- Combinações inusitadas
- Troca de preposições (ligadas a espaço/ não ligadas a espaço)
- Enunciados de uma preposição (por interrupção ou hesitação)
- Ausências
- Excessos

Optou-se por apresentar apenas dois episódios de fala de R para cada tipo de contexto anunciado acima.

Introdutoras de argumentos (sintagmas nominais):

(1)

(M colocando uma camisola em R)

M: Fica direitinho em vocês ... comprida.

R: Cê pode dá essa camisola **pra** gente ... né?

M: Pode ... né?

- R: É, cê vai dá?
 M: Já dei ... né?
 R: Dá?
 M: Dô.
 R: Agora!
 M: Mas eu já dei pra vocês, já! (R: 3;03.28)

(2)

(R e M tocando xilofone)

- R: Ficou muito barulho?
 M: Não, não faz mal. Pode fazer barulho (ri).
 R: Não gosto de barulho, não.
 M: Mas por quê? (R: 2;03.28)

Entende-se por *argumentos* todos os elementos que preenchem as valências de um verbo. É possível ainda subdividir os argumentos em sujeitos e complementos do verbo, mas esta subdivisão não será relevante aqui. Tem-se acima dois verbos que possuem estruturas argumentais diferentes: *dar* é um verbo trivalente e *gostar* é um verbo bivalente. Em ambos os episódios as valências que devem obrigatoriamente ser preenchidas estão saturadas por argumentos, sendo que o terceiro argumento de *dar* é introduzido por preposição, assim como o segundo argumento de *gostar*. Ocorrências deste tipo são encontradas na fala de adultos e estão previstas no sistema da língua portuguesa.

Introdutoras de argumentos (orações infinitivas):

(3)

- R: Tô arrumano ... precisa arrumá direitinho ... (SI) de bebê ... isso do bebê (SI) esses três que eu tô pono aqui na cama é de beber pinga.
 M: É de beber o quê?
 R: Pinga.
 M: Ah, é pinga?
 R: É.
 M: Mas as suas filhas bebem pinga?
 R: Beebe pinga sim, ela bebe só espuma, ela bebe,
 M: Ah, é?
 R: Só espuma. (R: 3;00.15)

(4)

R: Mas tá choveeeendo.

M: Será?

R: Tááá, sim.

M: Acho que parou de chovê (SI)

R: Então parô de chovê, eu acho. (R: 4;01.24)

A preposição aqui introduz um outro verbo que sempre está em sua forma não finita (oração infinitiva). De início não se tinha cogitado esta possibilidade combinatória, porque se esperava encontrar apenas preposições introduzindo sintagmas nominais e porque este tipo de argumento não está presente na fala de R desde o início: o primeiro registro de preposição introduzindo um sintagma verbal é de quando R tinha 2;00.05 de idade. As orações infinitivas introduzidas por preposição terão um peso muito grande nesta dissertação, por se considerar que não existem muitos estudos que levem em conta as orações infinitivas quando tratam de preposições introdutoras de argumentos. Em relação à língua constituída, a constelação de preposição introduzindo um verbo não finito é prevista, portanto este tipo de construção não é peculiar da fala da criança. É de se notar ainda que no primeiro episódio a mãe repete *é de beber* e no segundo episódio a criança repete a fala da mãe, *parô de chovê*.

Introdutoras de adjuntos:

(5)

R: A comida vai desceeeeno, desceeeeno, mas não passa **pela** veia.

M: Aaaah!

R: Deeesce do des/ (MIA) até chegá no bumbum.

M: É mesmo?

R: Daí pode nadá. (R: 3;10.07)

(6)

R: Posso nadá até amanhã ... posso nadá até amanhã?

P: De noite também?

R: É. (R: 4;03.27)

Sintagmas nominais que contêm informações acerca de *espaço, tempo e modo/ noção*³ terão, para alguns autores como Henriques (1992) e Broschart (1992), sempre estatuto de adjuntos, para outros nem sempre. Em outras palavras, ainda é discutido, entre os lingüistas, qual é a diferenciação possível entre complementos e adjuntos verbais e quais são os termos intermediários entre complementos (que são argumentos) e adjuntos. É possível que se pense que os critérios para se classificar os verbos de deslocamento espacial (*ir, vir, chegar, cair* etc.) como intransitivos sejam provenientes da análise semântica do elemento posposto ao verbo: todo sintagma que codificar informações a respeito de espaço, tempo e modo/ noção será tratado como um adjunto, não um argumento do verbo. É fato que os verbos de deslocamento espacial são tratados como sendo intransitivos pela Gramática Tradicional, que valida frases como *Ele veio/ Cheguei/ Ela já foi*, sem que a especificação de espaço se torne necessária. Há, porém, casos limítrofes como o verbo *morar*, para o qual a especificação espacial é necessária, já que enunciados como *Moro* ou *Não moro* não são aceitáveis em português brasileiro, justamente porque lhes falta uma especificação locativa. Esta discussão pretende apontar para os critérios que podem estar envolvidos na distinção entre argumentos e adjuntos: as valências do verbo serão preenchidas por argumentos, ao passo que as informações circunstanciais são codificadas em adjuntos. Informações circunstanciais não estão previstas na estrutura argumental do verbo e costumeiramente são portadoras de informações acerca de espaço, tempo e modo/ noção. Analise-se, portanto, ou a estrutura semântica do verbo, ou o tipo de informação que o elemento conseqüente ao verbo carrega. Para fins de simplicidade, assume-se aqui que todas as expressões locativas e temporais sejam adjuntos do verbo (apesar de se saber que verbos como *morar* têm a especificação locativa como algo intermediário entre argumento e adjunto); e que algumas expressões de *modo/ noção* sejam codificadas em adjuntos, como por exemplo as informações acerca de *instrumentos* ou *companhia*⁴.

Segundo a Gramática de Valências de Borba (1996), tanto *descer* quanto *nadar* são verbos monovalentes, ou seja, têm apenas um argumento, que é preenchido pelo papel temático de *agente*. Se isto estiver correto, então significa que a indicação espacial codificada na oração infinitiva *até chegar no bumbum* e a indicação temporal *amanhã* são adjuntos dos verbos *descer* e *nadar*. Com efeito, qualquer adjunto da língua portuguesa que não for um advérbio, mas um sintagma nominal, será introduzido

³ Sabe-se que a categoria *modo/ noção* tem um nome muito pouco preciso e pode abranger vários tipos de papéis temáticos.

⁴ Os papéis temáticos estão sendo usados intuitivamente, de forma descompromissada com qualquer teoria lingüística, porque não há consenso, na literatura, sobre o número e a qualidade dos papéis temáticos.

por preposição. Pode-se observar que a fala de R não é heterogênea em relação à linguagem constituída em relação à construção de adjuntos preposicionados.

Combinação de duas preposições:

Antes que se passe ao exame dos episódios de fala, é preciso justificar por que “combinação” foi recortada como sendo um tipo diferente de uso de preposição ligada a verbo. Nos casos em que há o que se chamou de “combinação”, a ordem prototípica V Prep SN ou SV não é mantida. Ou (i) uma preposição é acrescentada à oração em que já há V Prep SN ou SV, ou (ii) acontece a elisão do verbo anterior à preposição ou (iii) o sintagma que ela deveria introduzir não é manifestado.

(7)

R: Eu quero i **no** pescueiro.

M: Hã?

R: Quero ir **no** pescueiro.

M: Mas nós estamos sem carro.

R: Eu quero.

M: Uai! É longe, filha!

R: Vamo **de a** pé.*

M: Como, vamo de a pé?

R: **No** carro do vovô Zamil.

M: No carro do vô Jamil não pode. É muito longe o pescueiro, minha filha. Cento e cinquenta quilômetros, não é daqui ali.

R: Vamo! (R; 2;02.20)

(8)

(R reclama para M que a sua professora não a deixa sair da classe durante o recreio)

M: Eu vô falá com ela.

R: Nãããã! Deixa, eu vô **pa di** taaarde.

M: Ué, mas cê não quer que a mamãe fale com ela?

(R: 4;06.03)

A combinação entre duas preposições não é completamente inusitada em português: *Passou por entre os corais, Meus sentimentos para com você são confusos*. Bechara (1967) aponta para este tipo de combinação, como se verá no capítulo (7). O segundo episódio apresentado acima seria um caso de acúmulo de preposições perfeitamente aceitável em português brasileiro.

Ambas as construções enunciadas por R são correntes na fala adulta, mas apenas a combinação manifestada no primeiro episódio não é reconhecida pela gramática normativa, que prescreve que se diga ou *ir de* + (*qualquer meio de transporte*) ou *ir a pé*. Foram apresentadas duas combinações entre preposições que são correntes na língua portuguesa falada no Brasil, tanto é que a mãe repete *vamo de a pé*, mas nem todas as ocorrências de combinações entre preposições realizadas por R são aceitas no português corrente.

Combinação de preposição + sintagma nominal:

(9)

- M: Com quem que você tá brincando, minha filha?
 R: Comigo.
 M: Eu sei, mas explica pra mim o quê é que cê tá fazendo.
 R: Tô brincando.
 M: Como?
 R: Assim. (R: 2;05.15)

(10)

- M: Sabe que o gravador é da Fausta, viu?
 R: Onde que ela foi?
 M: Aonde?
 R: Na casa dela.
 M: Hoje ela foi pra São Paulo.
 R: Pa São Paulo, não, pa casa dela.
 M: Nada. Ela foi pra São Paulo hoje.
 R: [Pa São Paulo.]
 M: [Eu vou] ... É. Eu pegá a fotografia, então. (R: 2;05.05)

Este tipo de combinação é muito comum em respostas presentes em diálogos na língua corrente e seu número de ocorrências no *corpus* é alto. Combinações entre preposição e sintagma nominal pressupõem um verbo em enunciado anterior e são bastante numerosas em diálogos. Outra característica particular do diálogo é que R repete a fala da mãe e sua própria fala: *pa São Paulo*. Não se está, aqui, diante de um funcionamento idiossincrático da preposição na fala da criança.

* Este é o episódio de R que inspirou a formulação do título da dissertação.

Combinação de preposição + sintagma verbal:

(11)

M: Ah, um espelhinho!

R: (MIA) [Sá por quê?]

P: [(SI)]

M: Ah?

R: De vê as pessooooooas (MIA)

M: Ah, de ver as pessoas! ... Num é de ver a orelha, a garganta das pessoas?

(R: 3;10.07)

(12)

R: Vô bincá **de** gavá.

M: De cavalo?

R: De gavá! (grita) **de** bin...

M: Ah! Brincá de gravá?

R: É.

M: (ri) Tá bom. (ri)

(R: 2;08.14)

Muito recorrentes na fala de R, as construções em que a criança faz definições são feitas com a combinação de uma preposição e uma oração infinitiva: *de beber* ou *de varrer*. Do mesmo modo que as combinações de preposição e sintagma nominal não são marca de heterogeneidade da fala da criança em oposição à fala do adulto, as combinações de preposição e oração infinitiva também não o são. O contexto em que ocorrem é igualmente o do diálogo: a combinação ocorre na resposta a um enunciado anterior. A mãe repete a fala de R nos dois episódios.

Combinação de verbo + preposição:

(13)

(R virando as páginas do livro)

R: Ó?

M: Hã.

R: Ó, ó o Pinóquio tá na... viu?

M: Viu.

(R: 2;02.14)

(14)

R: Eu quero vê (SI) conta da... daaaa... daaa...

- M: Tem uma estória que vocês não conhecem, que é a do Bambi, é boniiita a estória, linda!
 R: Chê conta? (R: 2;11.06)

Este tipo de combinação não está previsto na gramática do português brasileiro, mas é comum na oralidade: se as pausas, interrupções e desistências forem consideradas, o número de preposições ligadas a um verbo, não introduzindo nada, é alto. Os motivos para o não-preenchimento do sintagma posterior à preposição são diversos e determinam se o ouvinte toma uma construção deste tipo como aceitável ou não. Se o falante notoriamente desistir de seu enunciado e esta desistência coincidir com o término do pronunciamento da preposição, então é possível que seu interlocutor tome o turno e esqueça todo o enunciado ou reformule o enunciado que o outro não havia terminado. Se o falante, por outro lado, estiver procurando por uma palavra que ocupe o espaço depois da preposição e, enquanto procura, repete a preposição, é possível que o interlocutor intervenha com sugestões (introduzidas pela preposição ou não). Mas se o falante não preenche o espaço que a preposição, como elemento relacional, abre depois de si, como em *Eu vi você conversando com! Eu sabia que você gostava de!* a sentença causa estranhamento, como é o caso do primeiro episódio transcrito aqui. Há, no entanto, casos específicos em que preposições podem aparecer desacompanhadas em português, mas isso será discutido mais adiante, no capítulo (4) sobre a variação da preposição.

Se a fala da criança não for comparada à do adulto e se for assumido que sua fala é repleta de enunciados insólitos, pode-se pensar que há, no processamento da linguagem, um recorte de unidades diferente do que os recortes que o adulto faz. A criança ainda não foi alfabetizada, portanto seu contato com a linguagem se dá unicamente por via dos sons de sua língua materna. Recortar a cadeia de sons em unidades significativas é uma tarefa complicada para aprendizes de língua estrangeira e não acontece sem deslizos na aquisição de língua materna. A partir da análise do primeiro episódio apresentado acima, pode-se pensar então que a criança recorta o verbo e a preposição como sendo um bloco, uma unidade de sentido. Esta análise parece ser razoável, se se pensar que a saliência semântica e fônica das palavras é que guiam a criança na segmentação de unidades significativas. Como a preposição não é um elemento autossemântico, mas é um elemento relacional, ou seja, dependente de outros elementos na oração, e como a preposição não apresenta saliência fônica na cadeia enunciativa, ela é facilmente amalgamada a outros elementos frasais, constituindo um bloco, uma unidade de sentido para a criança.

Formas divergentes

Concordância em número:

(15)

- M: Mas cê não quer conversar sobre a Flavinha?
 R: Não.
 M: Só sobre o boi? ... Tá bom.
 R: Só **sobre** o boi ... as comida vai deixá **nas** casa dele.
 M: Lá dentro da casa?
 R: É. (R: 3;02.06)

(16)

- R: Mimi ficava triiiste, pensando **numa** coisas.
 M: Ques coisas?
 R: Essas.
 M: Essas que tão aí (ri) escrita aí? (ri)
 R: É. (R: 4;01.24)

Foram selecionados dois episódios em que a concordância de número não é marcada em um dos elementos: no primeiro episódio é o nome que não recebe marca de plural, no segundo episódio é o amálgama da preposição com o artigo indefinido que não recebe a marca de plural. Surpreendentemente, ocorrências do segundo tipo (*na duas, da vacas*) foram mais freqüentes no *corpus* de R do que ocorrências do primeiro tipo, em que o determinante é o portador único de marca de plural (*dos carro, nas casa*). Esta última estratégia de marcação de plural está prevista no dialeto campineiro e esperava-se que R recorresse mais a esta marcação de plural (no determinante e não no nome) que à outra, em que apenas o nome recebe marcas de plural.

Concordância em gênero:

(17)

- R: Depois eu ponho **no** bulaquinha tchiiih!
 M: Buraquinho do posto?
 R: [Tsiih!]
 M: [Tá enchendo] a, a (SI), o carro de gasolina?
 R: Tsiih! ... Depois **no** eseu seu, esse eu ponho **no** seu. Tsiih! ... tsiih Vô pô **no** bulaquinho. (R: 2;06.19)

(18)

- R: **Na** festa, né, Lela, **na**quela festa di ontem ... de oooontem ... sabe o que aconteceu?
 D: Onte/ de ontem?

- R: A amiga da mamãe falou assim: (MIA) pronto, ela vai fazê xixi, pô pijama, i pa carra, i po carra e ... êh ... ah ... ê ... e o amigo da mamãe errô, e a mamãe falou: não/ não/ não/ não é pra Raquel ir fazer xixi, pô pijama e ir **pra** cama.
 D: (rindo) ai, que engraçado. (R: 4;08.05)

Em ambos os episódios transcritos aqui o nome que a preposição introduz sofre uma alteração de gênero (*bulaquinha* e *carra*). A diferença entre os dois episódios está no amálgama da preposição com o artigo definido que tem flexão de gênero masculino no primeiro episódio e tem flexão de gênero feminino no segundo, que logo é reformulada e alterada para o gênero masculino. Não há uma concordância de gênero – ao menos superficialmente – em ambos os episódios, porque o gênero do nome está alterado. Pode-se constatar uma certa flutuação das marcas de gênero na fala da criança. O fator que causa estranhamento nestes dois episódios não é a preposição ou a flexão do amálgama em que se encontra a preposição, mas a flexão de elementos relacionados a ela⁵. Note-se ainda que a mãe repete *buraquinho do posto*, que R não toma como uma correção.

Contração:

(19)

- R: Segou ... segou.
 M: Aonde?
 R: Chegou.
 M: Aonde?
 R: Segou na Alalaquala.
 M: E daí? (R: 2;03.12)

(20)

- M: Comé/ comé que começa estória e conta pro Li.
 R: Co/ como que começa, [mã?]
 M: [Comé] que ela começa? Veja aqui as/ os quadrinhos e vê como que ela começa.
 R: Eu que u/ (MIA) eu quero começá por o do café.
 M: Não/ não, qué vê? Eu tô perguntando o seguinte: essa estorinha aqui da lâ começa começa com a vovozinha fazendo a blusa de lâ? Ou começa com algum outro quadriiiiiinho?
 (R: 4;05.04)

As preposições **a**, **de**, **em** e **por**, quando colocadas em relação com sintagmas nominais iniciados por artigos definidos, devem ser amalgamadas a eles, obrigatoriamente:

⁵ Para mais dados de marcas insólitas de gênero em fala de criança, conferir Figueira (2001).

a + a(s) => **à**(s) **a** + o(s) => **ao**(s)
de + a(s) => **da**(s) **de** + o(s) => **do**(s)
em + a(s) => **na**(s) **em** + o(s) => **no**(s)
por + a(s) => **pela**(s) **por** + o(s) => **pelo**(s)⁶

Este amálgama não aconteceu no segundo episódio, o que aponta para uma forma divergente; e é visto como forma divergente no primeiro episódio porque o nome da cidade de Araraquara dispensa artigo: *Moro em Araraquara*. Parece não haver um sistema transparente para o emprego de artigos em nomes de localidades em língua portuguesa. Deveras, as gramáticas não explicam o emprego de artigos nestes contextos, apenas citam exemplos ou apresentam listas. Esta ausência de regras transparece na fala da criança que usa *chegar na Araraquara* e *ir no Santos* de um lado e de outro lado usa *ir em Rio de Janeiro* e *ir em Japão*. Estas formas de contração da preposição com artigos definidos apresentadas acima são singulares da fala da criança.

Topicalizações e outras inversões de ordem:

(21)

M: Olha o que eu fiz, ó o que eu aprontei, ó.

R: Cola dá **pa mim**.

M: Cola dá po cê, né, veíaca? Tô mostrando (SI)

R: [Ó o que cê fez]

M: [Derrubei no chão.]

R: Ó o que cê fez. Agola dá **pa mim**, agola dá **pa mim** ... cola, cola ...

(R: 2;02.28)

(22)

M: Tem o postinho! Vamo brincar com o postinho?

R: Hã, tá **de** dulo **pegá**. (barulho de brinquedos)

M: Tá duro de pegar? Vamo! Força! (R: 2;04.19)

No primeiro episódio tem-se uma topicalização, que é um fenômeno bastante recorrente na linguagem falada e escrita. O falante / ouvinte coloca em destaque, em posição de tópico, a

⁶ Há ainda outros elementos que podem ser amalgamados com preposições, como será mostrado no capítulo (4).

informação que pretende ressaltar em seu enunciado. Este processo resulta na alteração da ordem canônica dos elementos da sentença.

A ordem das palavras é um critério sintático em português, e inversões como a observada no segundo episódio foi considerada como sendo uma forma divergente. Formas divergentes desta natureza e de outras que são consideradas aqui como marcas da heterogeneidade da fala da criança serão discutidas no capítulo (7). É curioso notar, por ora, que nestas inversões de ordem das palavras na sentença a preposição forma um bloco com o verbo (**dar para** e **estar de**). Em ambos os episódios a mãe repetiu a fala de R, no segundo foi para corrigir a criança.

Combinações inusitadas:

(23)

(R contando a estória da Bela Adormecida)

M: Isso, queimou tudo as rocas do Reino, é ... Olha aqui! A Fauna, a Flora e a Primavera (SI) vai levar o nenezinho pra casinha lá e foram cuidar deles, olha.

R: Hum, e toma banho neles, né?

M: Então.

R: Então eu, eu puis bastante huum [(SI)]

D: [(SI)] manhê?

R: E tá dormindo **com** a mamãe.

M: Que amor, né? (R: 2;04.02)

(24)

M: Não sei. Onde que tão? Onde que tão os lápis daqui, hein?

R: Tá aqui, olha aí, olha (SI)

M: Só tem dois pequenininho, cadê o resto?

R: O resto?

M: É.

R: (SI) eu preciso desse pequenininho aí, sabe por quê?

M: Ah?

R: Porque ... só tem um, né?

M: Mh?

R: (SI) pequenininho é só tem ... assim ... de quanto.

M: Assim de quanto?

R: É. (R: 3;00.25)

Uma explicação possível para este tipo de combinações que não são recorrentes na fala documentada de R é que se trata aqui de um cruzamento de estruturas. As estruturas latentes seriam, no primeiro episódio *dar banho neles* e *tomar banho*. Pode-se entender que ambas estejam dispostas no

eixo paradigmático e que, ao serem atualizadas no discurso, apenas fragmentos de cada uma das duas estruturas são combinados no eixo sintagmático, resultando em *tomar banho neles*. Já no segundo episódio o cruzamento parece ser entre as estruturas *eu preciso desse*, manifestada enunciados antes por R no mesmo episódio, e a estrutura latente *só tem desse*. Apenas fragmentos dessas duas estruturas no eixo paradigmático são combinados no eixo sintagmático, de modo que *só tem assim de quanto* seja a estrutura resultante deste cruzamento. Contudo, combinações deste tipo são esporádicas e altamente singulares, de modo que não é possível sistematizar combinações inusitadas. Outro fator que dificulta sua explicação é o tênue limite entre enunciados aceitáveis e inaceitáveis, inusitados e previstos pela gramática da linguagem corrente. Assim como a falante de português que escreve estas linhas tenta discernir, com base na sua intuição lingüística, o aceitável do idiossincrático, a interlocutora de R envolvida no diálogo é obrigada a interpretar os enunciados da criança, aliás, acredita-se que a mãe não tem outra saída a não ser interpretar sua pequena interlocutora, já que se acredita que *todo sujeito é efeito de linguagem*. A mãe inclusive repete o enunciado insólito da criança, talvez checando se é isso mesmo que a criança quis dizer, ou simplesmente achando graça da construção inusitada de R. Dados como estes, em que há ocorrências esporádicas e não formalizáveis, não serão explorados nesta dissertação, porque são insólitos.

Troca de preposições ligadas a espaço:

(25)

M: Eu vou subir na sua cadeirinha.

R: Pode chubi. Cuidado que cai na / na minha cadelinha, tá?

M: Tá bom, vou tomar o máximo de cuidado possível.

(R: 2;00.20)

(26)

R: Era uma vez, o Bolinha e Bolão e o páááático ... foi **pa** casinha de cada um.

M: Mh?

R: Pois, eles foram andano, andano, andano ca casinha deles (SI) casinha eles folam andano (SI) viu que barato que é?

(R: 3;01.10)

O funcionamento dos eixos paradigmático e sintagmático (ou metafórico e metonímico) pode ser observado claramente neste contexto de troca de uma preposição espacial por outra.

Assumindo que indicações espaciais são codificadas em adjuntos do verbo e que todos os adjuntos são introduzidos por preposições, pode-se dizer que há, para cada indicação locativa, várias preposições em potencial (dispostas no eixo paradigmático) a serem selecionadas e combinadas com os outros elementos da sentença. Como todas as preposições recortadas para este estudo podem estabelecer relações espaciais, todas elas seriam candidatas em potencial para introduzir um adjunto locativo. Cada preposição selecionada contribuirá para um significado diferente da ação descrita na oração: *chegar **de** Maceió* é diferente de *chegar **em** Maceió*, que é diferente de *chegar **até** Maceió*. Do mesmo modo, *cair **na** cadeira* é diferente de *cair **da** cadeira*: no primeiro caso a cadeira é o alvo, e no segundo é o ponto de partida. As duas preposições (**em** e **de**) estavam dispostas no eixo metafórico, mas apenas uma delas foi selecionada para ser combinada com os outros elementos da oração no eixo metonímico.

Do mesmo modo, é possível que *Bolinha e Bolão* tenham se locomovido em companhia de sua casa (*foram andando **com** a casinha deles*), o que não invalida a hipótese de que as preposições **com** e **para** estivessem dispostas no eixo paradigmático como concorrentes a introdutoras do adjunto, e que a preposição **com** foi selecionada para ser combinada no eixo metonímico com o adjunto locativo.

Ademais, a esmagadora maioria das trocas de uma preposição por outra se deu no âmbito espacial. Ou R

- usou a preposição **em**, marcando relações de espaço quando elas não eram esperadas (*fazer o que quiser **nela** > com ela* / *ler **no** jeito que eu quero > do jeito*);
- não marcou as relações espaciais esperadas (*fazer marca **para** os bichos da fazenda > nos bichos* / *viajar **com** o bondinho > no bondinho*), cujo análogo pode ser conferido no segundo episódio;
- trocou uma preposição marcadora de espaço por outra, como pode ser confirmado no primeiro episódio transcrito aqui (e em *jogar o pirulito **na** janela > pela janela* / *entrar **pra** chaminé > na* / *pela chaminé*).

Como os adjuntos desempenham um papel secundário neste estudo, trocas de uma preposição por outra no âmbito do espaço não serão analisadas mais a fundo.

Troca de preposições não ligadas a espaço:

(27)

R: (SI) então vamo continuá?

M: Continuar o quê?

R: Continuá de bincá.M: De brincá? (rindo) ((quem transcreveu, sublinhou)) Vamo. Mas eu quero te contar uma coisa. (R: 2;08.24)

(28)

R: Manhê? Vamo pará desse assunto e vamo gravá?

M: Uai? Nó/ nós tamo gravando! (R: 4;04.23)

Foram registradas apenas três ocorrências deste tipo em todo o *corpus* de R, que serão examinadas no fim do capítulo (6). Novamente, uma forma de análise de dados possível de se aplicar aqui é aquela que é guiada pela noção de cruzamento de estruturas.

Continuar e *parar* (assim como *começar* e *acabar*) são verbos que podem funcionar como constituidores de perífrases fasais⁷, marcando as fases do desenvolvimento do evento expresso nestes dois episódios. Para construir perífrases fasais é preciso combinar verbos como *continuar*, *começar*, *terminar* e *acabar* com orações infinitivas, relacionadas através de preposições introdutoras de orações infinitivas (**a**, **de**, **para**). Tem-se então *começar a*, *continuar a*, *terminar de*, *acabar de* e *parar de*. Nestes blocos, em que o primeiro verbo da cadeia assume a função de marcador de fase, o segundo, composto por uma oração infinitiva, denotará a ação cuja fase é descrita, como em: *começar a estudar*, *continuar a escrever*, *terminar de ler*, *acabar de comer* e *parar de fumar*.

Considerando, pois, que o paradigma latente nestes dois episódios é a estrutura:

Verbo que indica fase de evento + Preposição + Oração infinitiva

pode-se dizer que no primeiro episódio R não selecionou, dentre as três preposições possíveis, a preposição esperada **a**, mas sim a preposição **de**, que foi combinada no eixo sintagmático da cadeia *continuar de brincar*. Já no segundo episódio R não selecionou um verbo que indicasse um evento, mas sim um substantivo. As estruturas que se cruzam, então, são do tipo *parar de conversar* e *parar com esse*

⁷ A discussão sobre perífrases fasais encontra-se no capítulo (6), em que será apontado para o fato de *parar* não ser exatamente um verbo que aponte para a fase de um evento, mas para a sua suspensão. Como não se achou categoria melhor para abrigar este verbo, ou descrição adequada para o bloco **parar de**, ele permanece dentre as perífrases fasais.

assunto. Uma preposição está presente em ambas, e é este o item que causa estranhamento na fala de R. Causa estranhamento em quem não é familiarizado com o dialeto de Campinas, em que enunciados como *vamo pará de conversa* são perfeitamente aceitáveis.

Enunciados de uma preposição:

por interrupção:

(29)

- M: Qual cê qué?
 R: Eu quero **do** coelho, do Babaaar/ e/ eeeeh/
 M: Do coelho.
 R: E **do**/ éééh/
 M: Qual do coelho?
 R: (SI) coelho que/ lugar pra dois, pra três.
 M: Aaaah. (R: 3;11.30)

(30)

- R: Depois teve uma briiigaaa.
 M: Não é briga! Que briga?
 R: Teve sim, **co** Bambi e **com** óh!
 M: Não/ não/ não/ não foi o bicho-homem?
 R: É o bicho-homem. (R: 4;06.17)

por hesitação:

(31)

- P: Viu, vamo brincá primeiro do quê?
 R: **Deeee...**
 D: Robada!
 R: **Deeee ... péga, de/ de** satiscaundi.
 P: E de (SI) Vam brincá primeiro de cada um contá uma estória?
 D: [Aaaah, não!]
 R: [Nããããão!] (R: 3;07.08)

(32)

- M: Esse peixe parece com qual peixe que a gente tem no aquário?
 R: **Coouo...**
 D: (SI)
 M: Pch! Deixa eu/ ela responder, Daniela!

- R: **Cõ/ ca/ cõ cara, cõ cara/** aquele (MIA) aquele ... maior.
 M: Aquele que morreu?
 R: É.
 M: Acará. (R: 4;01.12)

Pelo fato de se ter como unidade de análise o diálogo, é possível recortar cada turno dos participantes do diálogo como sendo um enunciado. Num diálogo, há interrupções e disputas pelo turno e estratégias para mantê-lo. Uma das estratégias para se manter o turno de fala é alongar uma palavra enquanto se busca por outras. Desta forma está-se sinalizando para o interlocutor que seu turno ainda não acabou. A eficácia desta estratégia não é garantida, porque se faz dependente da cooperação do interlocutor, que pode assaltar o turno ou não. Acima estão transcritos quatro episódios em que há enunciados de apenas uma preposição, mas é preciso esclarecer que eles se dão devido ao caráter dialógico dos dados. Uma preposição não apareceria sozinha no discurso, a não ser em casos muito específicos, em que fosse uma resposta: *Com ou sem molho de tomate? Com.* Novamente se está diante de um diálogo, em que um turno é recortado e nele é proferido um enunciado de uma preposição. O enunciado somente é composto apenas por uma preposição porque estão em jogo as interrupções, mudanças de tópico discursivo e assaltos ao turno do outro, que são, entre outros fenômenos, constituintes do diálogo. Enunciados de uma preposição estão fortemente ligados ao caráter dialógico de produção, e portanto não serão mais explorados nesta dissertação.

Ausências:

- (33)
 (R e M tocando xilofone)
 R: Ficou muito barulho?
 M: Não, não faz mal. Pode fazer barulho (ri).
 R: Não gosto **de** barulho, não.
 M: Mas por quê?
 R: Poque **pichiza uma coisa** aqui.
 M: O quê que precisa? (R: 2;03.28)

- (34)
 (R quer brincar com M)
 R: Então brinca, vê não tá **começano brincá.**
 M: Então vamo brincá. Do quê? (R: 3;02.13)

Foram escolhidos dois contextos diferentes em que a preposição não é realizada na fala de R: como introdutora de sintagma nominal e como introdutora de sintagma verbal. Ambos os sintagmas representam argumentos do verbo (*uma coisa* é argumento de *precisar* (**de**), assim como *brincar* é argumento de *começar* (**a**)).

Um contexto⁸ em que a preposição é facilmente apagada no registro da oralidade é quando ela está ligada ao verbo *começar*, introduzindo uma oração infinitiva: *Ontem comecei Ø fazer as malas*. O apagamento da preposição não acontece sempre, em qualquer contexto, mas pode ocorrer em construções específicas. Na fala de R o apagamento da preposição introdutora de argumentos é bastante freqüente e não está restrito a um certo período de tempo. As ausências de preposições co-ocorrem com o emprego delas (às vezes até num mesmo episódio) e se fazem perceber desde o início das gravações até o fim delas. Observe-se ainda que no primeiro episódio a mãe repete a fala de R sem preencher o espaço da preposição com a preposição **de**: *Do quê que precisa?*, ou seja, a mãe não corrige a criança.

Excessos:

(35)

M: Ah! Eu vi uma coisa nesse pesqueiro.

R: O quê?

M: Uma coisa que chama perereca.

R: Peleleca.

M: (ri)

R: Ela pula.

M: Ela pula? Como é que cê fez nela?

R: Sutei nela e pe, pulou.

M: Chutou nela e pulou?

D: Vamo, Raquel, vamo fazê uma estada? A mamãe, eu e ela.

M: Viu, eu tô conversando com ela do pesqueiro, filhinha. E depois, e depois, o que aconteceu com a perereca?

R: Pulou.

M: E você?

R: Eu sutei ela.

M: Você chutou ela?

R: É.

(R: 2;02.02)

(36)

(R e M vendo um álbum de figurinhas)

M: É o rei. Sabe quem é esse barrigudo? É o rei, pai do príncipe da Cinderela.

R: Mh... O/ esse é barrigudo aqui.

M: Mh?

R: Fooooi puculá mais do barrigudo e/ e/ e/ a/ e ... e o titio do barrigudo.

(R: 2;11.06)

Por excesso de preposições entende-se o fato de haver no enunciado da criança uma preposição não esperada. O primeiro episódio é emblemático porque retrata bem o papel da fala do outro na fala da criança. O excesso de preposição na fala inicial de R é influenciado pela fala da mãe. Ao incorporar fragmentos da fala de seu interlocutor na própria fala, a criança assume uma preposição enunciada pela mãe no enunciado anterior e incorpora-a em sua fala (*sutei nela*). Esta parece ser uma explicação possível para o excesso de preposição ocorrido no primeiro episódio, principalmente porque a criança volta a enunciar a mesma proposição, desta vez sem a preposição excedente (*eu sutei ela*). Já no segundo episódio não há uma explicação palpável para o excesso da preposição. Pode-se fazer uma analogia de *procurar mais do barrigudo* com *procurar mais do quebra-cabeça*. Então, a impressão que se tem ao interpretar este segundo episódio, é que *o barrigudo* não é formado por uma massa ou unidade, mas por partes que estão espalhadas na caixa de brinquedos de R.

Os dois excessos de preposição na fala da criança são heterogêneos em relação à língua instituída, sendo que no primeiro episódio uma motivação para o excesso pode ser intuída, ao passo que no segundo episódio não se vê explicação possível para o excesso.

É possível que se pense que a criança adquire sua língua materna limitando-se a repetir a fala de seus interlocutores. Como se pode observar através destes dados recortados do *corpus* de R, há mais ocorrências em que a mãe repete a fala da criança do que vice-versa. Se a criança apenas se limitasse a repetir a fala do outro, ela desempenharia um papel semelhante ao de um gravador. Sabe-se que a criança “erra”, e estas formas divergentes parecem ser portos de passagem para a criança entrar no funcionamento da linguagem à qual está submetida.

⁸ Conforme foi observado ao longo do período do curso de mestrado.

3. Funcionamento da preposição ligada a verbos na língua portuguesa

Aposições:

O nome **preposição** tem origem latina: *prae positio*, ou *praepositione*, que significa “posicionar à frente”⁹. Em português este nome é adequado, porque todos os elementos que compõem esta classe de palavras são posicionados à frente de argumentos ou adjuntos do verbo. Contudo, nem todas as línguas possuem elementos relacionais que se posicionam antes de argumentos ou adjuntos do verbo, mas depois deles. Estas são chamadas de *posposições*, existentes por exemplo em hindi, húngaro, coreano e línguas da família balto-fínica. Existem ainda línguas como alemão que apresentam, além de preposições e algumas posposições, raras *circumposições*¹⁰ (em volta do argumento). Há contextos muito específicos em algumas poucas línguas, como inglês, línguas escandinavas ou polonês, que admitem preposições que não introduzem um argumento do verbo, porque finalizam sentenças, como se pode verificar num exemplo em inglês: *Who did Wilson talk to?* Nestes casos o argumento do verbo é deslocado sintaticamente, de modo que a preposição fica *desacompanhada*, ou *órfã*. Há ainda contextos em inglês em que algumas determinadas preposições são chamadas de *intransitivas* por certos autores¹¹, porque elas de fato não introduzem argumento algum.

Existe um hiperônimo para todos estes nomes (preposições, posposições e circumposições), que é **aposição**. Aposições em geral são elementos relacionais que desempenham um papel sintático na sentença e que podem ser tomadas como indicadores de regência do verbo sobre seus argumentos. A preposição não pode ser estudada por si, mas deve ser relacionada a outros elementos ou sistemas lingüísticos.

Preposições interagindo com outros sistemas lingüísticos:

Numa abordagem diacrônica, é de se notar que existe um estudo de Gibrail (2003) sobre o acusativo preposicionado do português clássico. Nesta dissertação de mestrado, a autora observou

⁹ Vale lembrar ainda que a palavra grega para **preposição** é *prothesis*, como pode ser conferido em Klaus (1999).

¹⁰ Exemplo retirado do Duden (1998): *Sie hat **um** des Friedens **willen** nachgegeben.*

¹¹ Jespersen (1924) cita um exemplo em inglês de preposição intransitiva: *He died with his boots **on**.* Lehmann (1985b) cita um exemplo de preposição intransitiva em alemão: *jenseits*. Um exemplo seria o imperativo *Fique além: Bleib **jenseits!***

nos dados do Corpus Tycho Brahe o uso não regular da preposição “a” diante de objetos diretos com o traço semântico [+ humano], como em:

...aconteceo que, vencendo o Imperador da Abasia ao Rei de Zeilá... (D. Couto; séc. XVI, p. 50)
(Gibrail, 2003 - p. 51)

Este fenômeno da inserção da preposição não é somente verificável predominantemente no século XVII do português europeu, mas faz parte da sintaxe do espanhol e romeno atuais. No português clássico, os contextos que favoreceram a inserção da preposição “a” são a natureza do objeto ([+ humano]) e a ordem V S O, predominantemente. Como nos séculos XVIII e XIX predominou a ordem (S) V O, que não favorece o acusativo preposicionado, esta construção foi desaparecendo e hoje não é usada no português europeu:

O vigário de Santa Marinha também avisou Cristóvão de Queiroz do suicídio da rapariga.
(C. Castelo Branco; Maria Moisés, séc. XIX)
(Gibrail, 2003 – p. 129)

Este é um estudo que relaciona o uso da preposição a um sistema lingüístico como a ordem das palavras na sentença. Percebe-se como o uso da preposição repercute em outros subsistemas da língua: uma determinada ordem de palavras não favorece o emprego da preposição, de modo que um tipo de construção (acusativo preposicionado) deixa de existir numa língua (português europeu), subsistindo em outras (espanhol e romeno). Outro estudo que relaciona o uso das preposições à ordem das palavras é o de Tsunoda & Ueda & Itoh, em que é estabelecida uma tipologia de ordem de palavras para 130 línguas, tendo como parâmetro as posições. Segundo os autores, as línguas naturais podem ser divididas (com algumas exceções) em dois grupos: no primeiro grupo estariam as línguas que apresentam preposições e no outro grupo estariam alocadas tanto as línguas que apresentam posposições como aquelas que não apresentam qualquer tipo de posições.

Craig & Hale (1988) relacionam a evolução de posposições para *prevérbios* em línguas cuja ordem de palavras prototípica é S O (Prep) V. Com o passar do tempo, a posição é incorporada ao verbo sob a forma do que os autores chamam de *prevérbio relacional*. Baldi (1979), em contrapartida, apresenta uma hipótese para se entender a evolução das preposições indoeuropeias sem precisar recorrer à ordem das palavras.

A manifestação da preposição tem efeito sobre outros subsistemas da linguagem. Analisar o sistema de preposições significa explorar interfaces com outros fenômenos lingüísticos, muitas vezes não previstos. Examinando apenas a **forma** de certas preposições, o pesquisador pode ser confrontado com problemas de homonímia. Poucas conjunções latinas foram herdadas pelo português, de modo que a língua portuguesa tomou palavras de outras classes para formar a classe das conjunções, o que faz com que haja hoje preposições e conjunções homônimas. O problema da homonímia não afeta todas as preposições e conjunções, e o grau de dificuldade de discernir a função de preposição das outras funções que a palavra em questão pode assumir varia de preposição para preposição.

Até pode funcionar como advérbio, (*Teresa até faria este serviço pro Crispim, mas ele não paga bem*) e quando o for, será facilmente identificado como tal.

De pode funcionar como partícula comparativa (*Ezequiel é mais animado pra dançar do que a Quitéria*), como um pronome possessivo, (*Este broche é da Joana*) ou ainda definidora (*Isto aqui é de comer?*), sendo que estas duas últimas foram contabilizadas na análise dos dados, pelo fato das preposições estarem ligadas a verbos.

Para pode ser confundido com a conjunção final, que tem em *para que* seu equivalente.

Em algumas gramáticas trata-se da função de finalidade da preposição (*Tira esses óculos escuros para ver melhor*). Esta postura não é assumida aqui, a não ser que o fim seja um beneficiário (*Mas eu dei as chaves para você, Frederico Alberto!*).

Por pode ser usada como conjunção causal, mas isso não acontece na fala da R, a não ser em formas fixas, como *por quê* e *porque* ou *por favor*.

Examinando a **função** das preposições, pode-se notar que existem contextos sintáticos específicos que favorecem ou não o seu uso. A manifestação da preposição tem efeito estrutural, segundo Halliday (1985): um objeto indireto (preposicionado) não pode ser sujeito de uma oração, ou, em outras palavras, verbos que têm como argumento um complemento preposicionado não admitem a voz passiva. De fato, as gramáticas normativas do português advertem que não é possível formar a voz passiva de orações cujo verbo é transitivo indireto. Isto significa que verbos como *gostar (de)*, *precisar (de)*, *cuidar (de)*, *mandar (em)*, *acreditar (em)* etc. não admitem a voz passiva, como pode ser conferido no exemplo:

*Virgulino acredita **em** Otávio.*

* (**Em**) Otávio é acreditado (**em**) por Virgulino.

Se, contudo, o verbo for transitivo direto e indireto, como é o caso de verbos como *dar* (*X para Y*), *contar* (*X para Y*), *pedir* (*X para Y*) etc., a passiva pode ser formada, como se pode coferir no exemplo:

*Osório deu as chaves do cofre **para** a Leocádia.*

*As chaves do cofre foram dadas **para** a Leocádia por Osório.*

Nesta constelação sintática o objeto direto do verbo pode mover-se para o início da sentença, assumindo a função de sujeito, e o objeto indireto permanece na posição posterior ao verbo, pospondo-se diretamente a ele.

Como os verbos intransitivos não admitem objeto, não possuem elemento que possa ocupar a posição de sujeito na voz passiva. Desta maneira pode-se compreender por que os verbos intransitivos não admitem a formação da voz passiva.

Enquanto a preposição impede a formação da voz passiva de verbos transitivos indiretos, ela é empregada para marcar a *voz média*. Este é o mecanismo utilizado para distinguir o *agente* do *paciente* da ação. Travaglia (1985) aponta para três funções das preposições: (i) função gramatical (elemento relacional), (ii) função semântica (*posvérbios*, em que a preposição salienta o conteúdo semântico dos verbos que as subordinam) e por último a (iii) função diatética (derivada de *diátese*, sinônimo de *voz média*):

O emprego diatético, de diátese, é apontado por Evanildo Bechara (1974). Outros autores a ele se referem ao tratar do problema do objeto direto preposicionado, embora de forma indireta.

Diátese é um termo que alterna com voz, para indicar essa categoria gramatical. A função diatética da preposição consiste, pois, em “ressaltar a oposição existente entre agente e paciente”. Isto se dá quando temos uma construção tal que o agente e o paciente podem, virtualmente, inverter os papéis numa outra construção. (...)

Ex: **Ao** mal venceu o remédio.

(Travaglia, 1985 – p. 23 e 24)

Não há dúvidas de que a preposição seja um elemento relacional, novidade são os conceitos de *posvérbio* e *diátese* apresentados pelo autor. Os *posvérbios* serão discutidos ao longo desta dissertação,

e a função diatética da preposição aponta para a interação da preposição com as regras de ordem das palavras na língua. Como a ordem das palavras em português não é livre, o emprego da preposição faz-se necessário para marcar os papéis de sujeito e objeto indireto do verbo.

Outro ponto de vista que se pode adotar é a análise dos contextos em que a preposição é bloqueada. Estes contextos por enquanto estão restritos à fala ordinária; em que a preposição é, por exemplo, marca de formalidade ou pedantismo, como *esperar **por** alguém / assistir **ao** jogo*. Quando há o movimento do objeto indireto para antes de o objeto direto, seguindo o verbo, a preposição também tende a ser apagada na fala, conforme mostra o trabalho de Saraiva (1988), cujos exemplos são transcritos aqui: *Pede Ø seu pai o carro (Pede o carro **pro** seu pai) / Eu gostaria de colocar Ø ele o meu ponto de vista em particular (Eu gostaria de colocar o meu ponto de vista **pra** ele em particular)*. Um outro contexto registrado na fala corrente em que o apagamento da preposição é favorecido é quando o verbo *começar* combinado com orações infinitivas: *No que o Irineu **começou cantar** caiu uma chuva que dispersou todo mundo*. Um último tipo de contexto sintático que propicia o apagamento da preposição é fornecido por Tarallo (1990). Tratando do sistema pronominal do português, o autor analisa a manifestação dos pronomes em orações relativas. No caso do objeto indireto, que interessa aqui, o autor observa o seguinte:

Relativas-padrão:

(...) objeto indireto: Aquele amigo de quem você gosta muito é ótimo.

Relativas não-padrão:

(...) objeto indireto: Aquele amigo que você gosta muito dele é ótimo.

[...] Seu convívio com o cotidiano lingüístico o faz, no entanto, pensar em um terceiro tipo de relativa em que ocorre a função de objeto indireto: “Aquele amigo que você gosta muito é ótimo”. Ou seja, dessa relativa todo o sintagma preposicional foi apagado: dele. Haverá para esse tipo de relativa um encaixamento no sistema? É claro que sim! Como discutido anteriormente, dentro de orações declarativas em geral, a alternância de sistema de referência oscila, entre formas clíticas (de pronome-objeto), formas nominativas (de pronome sujeito) e formas zero. Portanto o apagamento do sistema preposicional desse terceiro caso de relativa decorre da anáfora zero que perpassa a escala sintática. Temos aí, conseqüentemente, um exemplo ainda mais significativo de encaixamento lingüístico: uma situação de variação (as relativas) causada por outro sistema de variação (anáfora nas orações declarativas). (Tarallo, 1990 - p. 44 e 45)

Tarallo lança a hipótese do apagamento do sintagma preposicional no contexto de orações relativas, sustentando-a com evidências empíricas da fala ordinária. Este apagamento pode ser observado na fala corrente com alta freqüência, ou seja, é aceito na fala ordinária, mas ainda não foi

incorporado pelas gramáticas normativas, por ser um fenômeno emergente que só pode ser observado diacronicamente.

Pôde-se notar que um estudo sobre o funcionamento das preposições que contemple apenas o sistema das preposições é insuficiente, já que o funcionamento das preposições tem repercussões em outros subsistemas lingüísticos. Como a preposição analisada neste estudo está ligada a verbos, é necessário que questões de regência e valência verbal sejam examinadas mais a fundo.

3.1. Regência e valência

O termo *regência* vem do latim, em que significava *determinação, subordinação* ou ainda *atribuição* de um caso (nominativo, acusativo, dativo, genitivo, vocativo e ablativo em latim) por um verbo ou preposição a sintagmas nominais. Em latim, o verbo e a preposição podem selecionar mais de um caso, e este fenômeno de atribuição de um caso é chamado de *regência*, ou seja, um verbo ou preposição rege o caso de um determinado sintagma nominal.

Se em português não se tem mais marcas morfológicas de caso, salvo em alguns pronomes pessoais em posição de objeto (*me* (acusativo)/ *mim* (dativo)), então por que os gramáticos mantêm o termo *regência verbal*?

Uma visão tradicional em relação às preposições românicas é que elas seriam substitutas das marcações morfológicas dos casos latinos. Um autor que assume esta postura é Nascentes (1960):

Embora se tenha desenvolvido propriamente como analitismo romanico, a regencia já se vinha paulatinamente preparando desde o sintetismo latino.

Substituindo-se as desinencias casuais por preposições que mais claramente explicassem as relações, o subconsciente manteve as tendencias que já se manifestavam antes da formação da lingua portuguesa. (Nascentes, 1960 – p. 9, grifos meus)

Contudo, as preposições no português brasileiro não são uma criação românica que venha substituir a marcação morfológica de casos existente em latim, pois já havia preposições em latim:

O enriquecimento funcional das preposições foi, entretanto, acompanhado de um empobrecimento quanto às formas concretas que constituem esse tipo de partículas.

Grande parte das preposições latinas se perderam, e apenas subsistem na sua outra função de “prefixos” para composição lexical.
[...]

O sistema funciona em dois planos de significação gramatical.

Um primeiro, mais concreto, é o das localizações no espaço, e, por extensão, no tempo. Daí decorre um segundo plano de empregos modais, com conceituações, metaforicamente deduzidas, de estado, origem, posse, finalidade, meio, causa, objetivo e assim por diante. Desta sorte, um pequeno grupo das preposições essenciais portuguesas, todas de proveniência latina, opera em dois sentidos, e, na base da sua aplicação locativa, cada partícula desenvolve um conjunto de noções abstratas, complexo e sutil. (Câmara Jr. 1976 – p. 177)

Coutinho (1979) confirma a existência de preposições em latim:

A maior parte das preposições latinas passaram para o português. (Coutinho, 1979 – p. 268)

É fato que na passagem do latim para as línguas românicas as preposições assumiram o papel sintático que as marcas de caso tinham em latim: distinguir o sujeito do objeto indireto e do adjunto, diferenciar o objeto direto do indireto, discernir o objeto possuído e o seu possuidor etc. Todavia, as preposições portuguesas não regem casos como em latim, como confirma Paul (1966 [1953]):

Não seria exacto se quiséssemos afirmar a respeito das preposições do indogermânico que elas regiam este ou aquele caso. O caso respectivo estava antes relacionado directamente com o verbo, a sua significação geral era ainda sentida e recebia através da preposição só uma especificação, pelo que então se podiam encontrar vários casos junto da mesma preposição, tendo cada um a sua significação particular. O grego encontra-se ainda relativamente próximo deste estado originário. Mas o caso foi perdendo cada vez mais a sua autonomia em relação à preposição, a associação da preposição ao caso tornou-se habitual, pelo que se vai desvanecendo o sentido da significação do último.

(Paul, 1996 – p. 164)

O que Paul chama de *associação habitual* pode referir-se ao sentimento do falante que associa marcação morfológica de casos ao emprego de preposições, mas isto não significa necessariamente que as preposições servem unicamente como marcadoras de caso, porque a mudança lingüística não é orientada para satisfazer a um objetivo (distinguir elementos da oração). A discussão trazida por Keller (1999) trata de mudança lingüística de modo geral e pode ser aproveitada aqui:

The claim that speakers have goals is correct, while the claim that language has a goal is wrong. The claim that language - and thus the resultant state - is a function of use is correct, while the claim that change has a function is wrong.

(Keller, 1999 – p. 5)

Outro autor que trata de mudança lingüística é Lehmann (1985a), que, examinando a mudança do sistema de marcação morfológica de casos latinos para o emprego de preposições

românicas, se opõe à explicação de que as preposições românicas são substitutas das marcações de casos latinos, mas sim o resultado de um *processo de gramaticalização*:

(...) we may approach the question of what motivates such synchronic variation and such diachronic change. One thing becomes immediately apparent: any statement which pretends to explain the grammaticalization of A by the grammaticalization of B fails. Such explanations are legion in the literature, and there are two varieties of them. One party maintains that B was grammaticalized to fill the place of A, because A had disappeared. For example, the Latin prepositions have been grammaticalized to markers of syntactic relations because the Latin case system had broken down. The other party vigorously contradicts this, claiming that A was lost because B had been grammaticalized to fill its place. In the example at hand, the Latin case system was lost because it was no longer needed after the grammaticalization of prepositions. It is obvious that either of these explanations lacks foundation because – assuming the historical simultaneity of these changes – there is no way to justify the logical priority of one of them over the other. Taken together, the two explanations are, of course, circular.

If two processes of grammaticalization take place within the same functional domain, they follow the same functional direction and may be subsumed under a functionally based generalization. Concerning the example of Latin – Romance prepositions and cases, this amounts to arranging the observable changes in a comprehensive picture (...). Instead of making separate statements about each of the processes observed, we may then generalize that the whole set of devices marking case relations on nominals was grammaticalized from Latin to Romance. Suppose we regard this as a natural generalization. Then it follows that the cooccurrence of the change of the latin prepositions to markers of syntactic relations and of the change of the Latin case suffixes to zero is, ceteris paribus, more natural than the separate occurrence of one of these changes with concomitant stagnation in the evolution of the other marking device. It is in this sense that we may say that changes A and B are in mutual harmony and favor each other. At the same time, this is obviously different from saying that change A explains change B.*

(Lehmann, 1985a – p. 312, grifos meus)

Muito provavelmente é a crença de que as preposições portuguesas funcionam como substitutas das marcas morfológicas de casos latinos que faz com que o termo *regência* ainda seja utilizado pelos gramáticos. Existem, assim, dicionários de regência que procuram fixar as combinações de maior prestígio de verbos com preposições na língua portuguesa. Segue um exame de definições do termo *regência* fornecidas pelas 16 gramáticas consultadas.

O dicionário de regências de Nascentes é referido por vários gramáticos, mas ele mesmo escreve que seu livro é apenas um *esboço de um dicionário de regências, que elas não são estanques, mesmo porque a regência de um verbo é mutável*:

A regencia, como tudo na língua, a pronuncia, a acentuação, a significação, etc., não é imutável.

Cada época tem sua regencia, de acordo com o sentimento do povo, o qual varia, conforme as condições novas da vida.

(...)

* Mantidas as demais proporções.

Vou mais longe ainda.

A regencia tem um quê de individual.

(...)

Cada pessoa, na hora de escrever, escolhe, segundo o seu sentimento, a preposição que lhe parece conveniente.

(Nascentes, 1960 – p. 18 a 19)

Apesar de fazer declarações como esta, que desestimulam qualquer sistematização de preposições ou *regência*, (mas seriam adequadas para descrever enunciados insólitos presentes na fala de crianças) Nascentes cunhou o termo *posvérbio*, utilizado por Bechara (1967) e Travaglia (1985) - que remete a Bechara. Para Nascentes, o verbo rege o grupo formado por preposição e objeto do verbo, a não ser que a preposição seja um posvérbio, que tem a seguinte definição:

Aparece às vezes depois de certos verbos uma preposição que lhes modifica o sentido e não rege de fato a palavra que serve de objeto a esses verbos.

Esta preposição corresponde a um verdadeiro morfema.

Não podendo tal morfema receber o nome de sufixo pois não faz corpo com o verbo, à semelhança de preverbio pode dar-se-lhe o nome de posvérbio.

(Nascentes, 1960 – p. 17)

Exemplos de posvérbios introduzindo objetos diretos podem ser encontrados em Bechara (1967):

Arrancar a espada

Arrancar da espada (acentua a idéia de uso do objeto e a retirada total da bainha ou cinta)

Fiz que ele viesse

Fiz com que ele viesse (acentua a idéia do esforço ou dedicação empregada)

À preposição que se emprega nestes casos deu-lhe o Prof. Antenor Nascentes o nome de posvérbio.

(Bechara, 1967 – p. 256)

Esta é uma restrição feita por Nascentes quanto à regência, a outra é:

Às vezes preposições vem depois de verbos com os quais não formam construção, e sim com as palavras seguintes; é o caso dos adjuntos adverbiais. Isto nada tem que ver com a regencia.

(Nascentes, 1960 – p. 17)

Para este autor a regência significa, então, a subordinação que um verbo exerce sobre o conjunto de preposição e objeto, ou a determinação de um verbo e seu posvérbio sobre o objeto do verbo. É interessante notar que Nascentes demonstra sensibilidade para perceber que pode haver dois tipos de blocos (*clusters*) quando se fala em preposições ligadas a verbos: ou a preposição e o objeto indireto formam um bloco regido pelo verbo, ou o verbo e a preposição formam um bloco, regendo o objeto direto (posvérbio). Quando não houver objetos a serem regidos pelo verbo, mas apenas adjuntos, então não há regência. É preciso salientar que para este autor a preposição não tem a propriedade de reger, sozinha, objetos do verbo. Sendo assim, ela é um mero elemento relacional, que pode ser atraído semanticamente ou pelo objeto indireto ou pelo verbo. Esta hipótese de atração semântica é chamada por Travaglia (1985) de *harmonização semântica*. O autor não é o primeiro a formular esta hipótese, que é atribuída a Pottier (1968), mas o único dos autores consultados a aplicá-la aos seus dados. (Travaglia 1985: 27 em diante).

Parênteses para o objeto direto preposicionado

Quando tratam das partes da oração, as gramáticas abordam normalmente as funções sintáticas de sujeito, verbo, objeto direto, objeto indireto e objeto direto preposicionado. O que vem a ser um objeto direto preposicionado? A definição de Savioli apresenta-se como a mais adequada para o seguimento da discussão:

[*Em objetos diretos preposicionados a preposição*] ocorre por razões várias e não pela exigência do verbo.

Ex: *Os revoltosos tomaram (d)as armas.*

(Savioli, 1991 – p. 18)

Se no objeto direto preposicionado não é o verbo que exige (rege, determina, seleciona, subordina) a preposição - por que senão não seria mais um objeto direto, mas seria indireto - então quem seleciona a preposição?

Cunha (1970) apresenta este mesmo problema, tratando este tipo de relação que a preposição estabelece entre o verbo e o objeto direto sob o nome de **relações livres**:

A comparação dos enunciados:

Encontrar um amigo.

*Encontrar **com** um amigo.*

Procurar alguém.

*Procurar **por** alguém.*

Mostra-nos que a presença da PREPOSIÇÃO (possível, mas não necessária sintaticamente) acrescenta, às relações que estabelece, as idéias de “associação”(com) e de “movimento que tende a completar-se numa direção determinada” (por).

O emprégo da PREPOSIÇÃO em relações livres é, normalmente, recurso de alto valor estilístico, por assumir ela na construção sintática a plenitude de seu conteúdo significativo.

(Cunha, 1970 – p. 382)

As *relações livres* de Cunha se dão em objetos diretos preposicionados, e sua seleção não se dá por critérios sintáticos, mas semânticos. O valor semântico da preposição determina se ela será empregada ou não, para modificar o verbo da sentença. O mesmo acontece com o que Nascentes, Bechara e Travaglia chamam de *posvérbios*. Estes três autores tratam a preposição como sendo parte do verbo, modificando-o, mas não alterando a estrutura sintática da oração: o objeto regido pelo verbo continua sendo um objeto direto, apesar da preposição.

Travaglia (1985), ao examinar o objeto direto preposicionado, postula diferentes funções para a preposição neste contexto sintático (de objeto direto preposicionado). Uma das funções é a semântica:

Puxar da espada.

Em que, no dizer de Bechara (1974) “a preposição não muda a natureza sintática (isto é, objeto direto) dos respectivos complementos verbais”, mas traz ao verbo “o matiz semântico de que se reveste”.

Esse matiz semântico é a ênfase e essa seria a função da preposição aqui: estabelecer ênfase.

(Travaglia, 1985 – p.22)

O verbo tem seu conteúdo semântico ressaltado, formando um bloco com a preposição. Foram consultados ainda dois autores que escrevem em inglês sobre *postpositional verbs* (Marchand (1951)) e *prepositional verbs* (Vestergaard (1977)) para referirem-se ao mesmo fenômeno: o verbo e a preposição que ele seleciona para formar uma unidade de sentido (*look for, look after, speak of* etc.) são tomados como sendo um bloco que seleciona um objeto direto.

O que se viu até o momento nas gramáticas é que a preposição é interpretada como sendo parte de um bloco formado por ela mais o sintagma que ela introduz. Por quais critérios se dá a seleção da preposição? Travaglia é o primeiro a responder esta pergunta para o português:

(...) *É nossa opinião também que a seleção da preposição em português é feita, em certos casos pelo termo regente, em outros pelo termo regido, e em outros, ainda, pelos dois. Este último caso parece ser o que ocorre na maioria das vezes.*

(Travaglia, L.C. – p.28)

Travaglia é essencial para esta dissertação de mestrado porque é o único dos que escrevem sobre o sistema preposicional do português brasileiro, que reconhece que a preposição não é regida somente pelo verbo, mas também pelo argumento ou adjunto do verbo. Esta possibilidade teórica permite que se interprete que a seleção da preposição se dá em dois níveis: sintaticamente a preposição é exigida pelo verbo, o que é corroborado pelos resultados obtidos por Borba (1996) em sua Gramática de Valências. Semanticamente a preposição “harmoniza” seu conteúdo semântico com o adjunto do verbo – quando houver adjuntos preposicionados na sentença - e pode “harmonizar” seu valor semântico ou com o verbo ou com o seu argumento.

Voltando à definição de *regência*

O dicionário de regências de Abreu & Moura (1957) é uma longa lista de regências sem introdução ou definição do termo *regência*. O de Góis (1957) apresenta nos prolegômenos a definição – pouco específica - de regência (“*relações de determinação que mantém entre si as partes do discurso*”) e o estabelecimento de que a preposição é uma palavra conjuntiva:

É a preposição a palavra conjuntiva por excelência – palavra admirável, verdadeiro cimento da frase, liame sensível, que ata entre si as partes do discurso; expoente das relações sintáticas; principal instrumento da clareza de um idioma.

(Góis, 1957 – p. 15)

Considerou-se que estas informações não são suficientes para se usar o termo *regência* quando se tratar de seleção de preposições diferentes para um mesmo verbo. À procura da definição de qual elemento rege a preposição, foram consultadas gramáticas de tipos e datas de publicação variadas e foi constatado que não há um consenso quanto ao papel da preposição nos fenômenos de regência. Para Cegalla (1998), Bechara (1967) e Tôrres (1963) a preposição é o termo regente sobre o objeto do verbo:

Transitivos indiretos – *são os que reclamam um complemento regido de preposição, chamado de objeto indireto.*

(Cegalla, 1998 – 307)

Objeto indireto é complemento verbal regido de preposição necessária e sem valor circunstancial.

(Cegalla, 1998 – 320)

A preposição como posvérbio.- Muitas vezes aparece depois de certos verbos uma preposição que mais serve para lhes acrescentar um novo matiz de sentido do que reger o complemento desses verbos (...)

(Bechara, 1967 – p. 256)

Tôda palavra precedida de preposição funciona como termo regido em relação à que vem antes, que é regente.

Substantivos, adjetivos, verbos e advérbios podem exigir complemento regido de preposição.

(Tôrres, 1963 – p. 159)

Para Sampaio (1953), Brandão (1963), Azevedo Filho (1966), Melo (1970), Cunha (1970) e Lima (1998), a preposição é um indicador de regência, um termo conectivo. Note-se que estas gramáticas – exceto a última – não são muito atuais e que nas gramáticas escritas entre os anos '50 e '70 prevalece a convicção de que a preposição é um elemento puramente relacional, desprovido de valor semântico. O sentido dela apenas emergiria quando os espaços de regente e regido fossem completados, mas o elemento que determina a escolha da preposição não é especificado. Poder-se-ia então pensar que a seleção de uma preposição é completamente aleatória, já que ela não tem valor semântico que pudesse se aproximar do valor semântico do verbo ou objeto. Supõe-se aqui que os gramáticos que tratam de regência verbal têm em mente que o verbo é o elemento da oração que seleciona a preposição. Parece até mesmo que, para estes gramáticos, a regência significa a seleção de preposições por dois tipos de itens lexicais: substantivos ou verbos. Tem-se assim a regência nominal e a regência verbal restrita à seleção da preposição. Regência não é mais entendida como sendo um fenômeno geral de subordinação de um termo a outro, ou ainda a atribuição de casos realizada pelo verbo ou pela preposição, - como era em latim - mas a escolha específica da preposição por um nome ou verbo.

A estratégia adotada por estas gramáticas que postulam que a preposição é um elemento relacional e é desprovida de valor semântico é fornecer uma lista das várias regências de alguns verbos. A única que foge a este padrão é a de Melo, que informa:

A correta regência dos verbos e dos nomes constitui a maior dificuldade no trato de qualquer língua, inclusive da própria. Por outro lado, não é matéria de gramática declarar a regência das palavras de sentido relativo, tão numerosas são elas e tão vário é o regime. Para isso

existem os bons dicionários, sobretudo os dicionários especializados, isto é, dicionários de regência.

(Melo, 1970 - p.329)

Ainda é preciso fazer uma ressalva quanto à gramática de Lima, porque este é o único autor dos 16 gramáticos pesquisados, que estabelece a distinção entre preposições *fracas* e *fortes*, como se verá mais adiante, na seção 3.2. Esta distinção, apesar de não contemplar todas as preposições essenciais da língua portuguesa, é no mínimo interessante, já que aponta para o esvaziamento semântico de algumas preposições. Infelizmente o autor não define o termo regência, apresentando apenas uma lista de regências.

Já para Souza Lima (1937); Almeida (1969); Luft (1985) e Savioli (1991), o verbo rege o bloco formado pela preposição e o sintagma que ela introduz. Se o verbo rege a preposição, então é ele que determina a seleção desta partícula conectiva. Souza Lima está temporalmente mais afastado da atualidade e dos gramáticos previamente citados e é o único destes quatro que apresenta uma lista de significados das preposições. Tanto Almeida quanto Luft tratam a preposição como elemento gramatical sem conteúdo semântico. Almeida chega a ser enfático:

As preposições não têm significação intrínseca, própria, mas relativa, dependente do verbo com que são empregadas, e, como adverte Carlos Pereira, “só o trato constante dos bons autores nos pode habituar ao manejo correto, elegante e vívido dessas importantes partículas”.

(Almeida, 1969 – p. 307)

E, mais adiante:

Como de nosso organismo as veias só com sangue têm função, as preposições de nosso idioma só com outras palavras têm significado.

(Almeida, 1969 – p. 309)

Savioli não se detém sobre a significação das preposições no português. Resumindo, para três destes autores (Almeida, Luft e Savioli) a preposição é um elemento relacional sem valor semântico, que, no conceito dos quatro gramáticos (Souza Lima, Almeida, Luft e Savioli) é regido - selecionado, subordinado - pelo verbo. O problema é que, na concepção daqueles três gramáticos, um mesmo verbo pode selecionar diferentes preposições, e ao mudar a regência, altera-se o sentido do verbo ou é necessário trocar o complemento. Se a preposição for realmente desprovida de sentido, então a substituição de uma por outra não deveria ter conseqüências semânticas tão drásticas como a alteração semântica do verbo que a antecede (*dar com Ernesto no meio da rua/ dar de ombros*) ou a

substituição obrigatória do complemento com o qual ela é regida pelo verbo (*dar um livro para Nestor/ dá para falar mais baixo?*).

É preciso então que a preposição tenha um valor semântico, mesmo que opaco. Acredita-se na hipótese de que este conteúdo semântico, mesmo que muito esvaziado, poderá então harmonizar com o conteúdo semântico do verbo ou do complemento/adjunto do verbo. É preciso então dispor todas as preposições numa escala em que um dos pólos será preenchido pelas preposições com um valor semântico saliente e imutável e no outro pólo estarão as preposições com seu sentido altamente esvaziado, podendo assim harmonizar com o valor semântico de mais de um tipo de verbos e/ ou argumentos e adjuntos. Estabelecer esta escala significa admitir que as preposições não formam uma classe homogênea.

Depois da investigação de como os gramáticos tratam o termo *regência*, tem-se a forte impressão de que os autores pesquisados – tanto de dicionários de regência como de gramáticas – devem ter em mente que a regência (no sentido de escolha de preposição pelo verbo) é arbitrária, senão não proveriam seus leitores com listas de regências verbais duplas e triplas (múltiplas, às vezes). As contribuições de Almeida e Melo a este respeito já foram citadas acima. Brandão, temendo o *abastardamento da língua pátria*, recomenda:

Para o correto emprégo de certa regência cumpre examinar o sentido da palavra de que se trata. Quase sempre, variando a significação, muda também a regência. (Brandão, 1963 – p. 591)

Savioli que, por ser mais atual, não remete aos bons escritores, detentores do saber e erudição, nem teme “idiotismos” no português, lembra:

O conhecimento da regência correta de cada verbo e de cada nome é função do uso. Dessa forma, cada falante conhece a regência dos verbos e dos nomes que fazem parte do seu repertório usual. Entretanto, aqui, como em todos os domínios da norma, pode haver desencontros entre o uso popular e o uso culto. Pode acontecer também que o falante desconheça simplesmente certas regências da norma culta por não ocorrerem no uso popular. (Savioli, 1991 – p. 143)

Pretendeu-se mostrar que o que os gramáticos fazem com o termo **regência** é:

- Assumir um nome que servia em outra língua (latim) para marcar outro fenômeno, a saber, a atribuição de casos diferentes por um verbo ou preposição, para tratar da preposição em português.
- Descrevê-lo. Para tanto apresentam listas de regências de verbos a serem decoradas, memorizadas, enfim, aprendidas de alguma maneira¹²; e recortam o elemento regido de variadas formas (ora a preposição rege o sintagma que ela introduz, ora o verbo rege a preposição, ora ele rege o bloco formado pela preposição e o objeto, e ora a preposição é retirada das relações de regência, restando a ela o papel de indicadora de regência que apenas conecta regente a regido).
- Não questionar o termo que usam e as conseqüências que este uso tem.

Fora do âmbito da Gramática Tradicional, a noção de regência foi discutida largamente no contexto da Teoria Gerativa, especialmente quando o modelo vigente era GB¹³, até se chegar ao Modelo Minimalista, que não considera mais as relações de regência. Em outras teorias sintáticas o termo existe e é comumente associado ao conceito de *valência*.

O termo *valência* foi introduzido na Lingüística através de Tesnière em 1969¹⁴, no âmbito da Gramática de Dependências. Segundo Helbig (1983), Tesnière recorre ao termo provindo da Química para descrever o número de “actants”, em detrimento dos elementos circunstanciais que podem associar-se ao verbo. Assim ele discrimina verbos avalentes, monovalentes (com um actante), (di)/ bivalentes (com dois participantes) de verbos trivalentes (com três “actants”). Os verbos são classificados apenas de acordo com o número de valências que possuem, sem que as propriedades semânticas dos participantes sejam investigadas.

Ilari & Basso (2005) apresentam uma definição do termo, que será adaptada livremente:

O verbo, em geral, não é uma forma absoluta, ou seja, é *uma expressão de natureza incompleta, sujeita a um complemento que se faz acrescentando-lhe um certo número de sintagmas nominais*. A noção de

¹² Durante as visitas à biblioteca, foi curioso notar que na grande maioria das gramáticas consultadas, o capítulo que indicava, no Índice, a *regência verbal*, estava assinalado a lápis por um usuário. A regência parece exercer um certo fascínio sobre o falante de língua portuguesa: talvez ele se sinta inseguro quanto à regência “correta”, talvez ele se sinta confuso em função das diferentes definições do termo que existem, talvez ele imagine que, ao dominar a regência verbal de uma língua, ele dá mostras de que é versado naquela língua. Com efeito, testes de proficiência em língua estrangeira checam as habilidades do candidato para empregar preposições em textos.

¹³ *Government and Binding*, “Regência e Ligação” em português.

¹⁴ Tesnière, L. – *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1969. Este texto não foi consultado. Para maiores esclarecimentos sobre a história do termo *valência* na Lingüística, conferir Helbig & Schenkel (1983).

valência é importada da Química: um elemento químico, como por exemplo o carbono tem valência 4. Quatro elementos químicos podem ligar-se ao carbono, dois ao oxigênio e assim por diante, para que o elemento seja “preenchido, completado”. Em termos de linguagem, são os argumentos do verbo que preenchem os espaços vazios que ele abre. Todos os argumentos têm o mesmo valor lógico, um não é mais importante que o outro, porque ainda se está no nível abstrato; os argumentos ainda não foram preenchidos com palavras. Para ilustrar este mesmo valor lógico que os argumentos do verbo possuem, segue uma citação desses autores:

Os lógicos do final do século XIX conceberam a função matemática precisamente como um molde, que produz objetos diferentes conforme o preenchimento realizado (assim, uma função matemática típica como “quadrado de _____”, ou seja $()^2$, resulta em expressões de valores diferentes – 4, 9, 16, ..., conforme é preenchida pelos números 2, 3, 4, ...); esses mesmos lógicos generalizaram a noção de função, aplicando-a às línguas naturais e com isso ficou evidente que, assim como

x é múltiplo de y

resulta em enunciados verdadeiros ou falsos a depender dos números que se inserem no lugar de x e y , também

w ama z

pode resultar em enunciados verdadeiros para certos pares de indivíduos (como Ceci e Peri, ou Abelardo e Heloísa) e falsos para outros (digamos, George W. Bush e Osama Bin-Laden).

(Ilari & Basso, 2005 – p. 2)

O caminho inverso - em termos de explicação - é percorrido por Lyons (1977), que parte das diferentes partes preenchedoras do verbo, que ele chama de *situations* para chegar ao conceito de valência:

(...) But first we must introduce some further grammatically relevant dimensions in terms of which we can classify situations.

For this purpose, we will make use of the general concept of valency, which derives from Tesnière (1969: cf. also Heger, 1971; Helbig, 1971) and has now quite extensively been employed (especially in recent Soviet work: cf. Kholodavič, 1969, 1974; Apresjan, 1974) in the typological comparison of different language-systems. The concept of valency can be seen, as far as its ancestry within linguistics is concerned, as something which takes over and extends the more traditional, but more restricted, notions of transitivity and government. But it is also quite clearly relatable to the predicate-calculus classification of predicators in terms of the number of arguments that they take in well-formed formulae (...): a one-place predicator could be described, from this point of view, as having a valency of 1, a two-place predicator as having a valency of 2 and so on.

(...) The number of distinct valency-sets in any language-system is quite restricted, and there would seem to be few, if any, verbs in any language, with a valency greater than 3.

(Lyons, 1977 – p. 486)

Já que o número de valências é restrito, sendo que no português quatro valências são possíveis, mas raramente preenchidas simultaneamente (*Martha (1) comprou uma bolsa (2) de um camelô (3) a R\$ 15,00 (4)*), será necessário distinguir entre argumentos e adjuntos do verbo, para não se ter um número potencialmente infinito de valências preenchidas. Seguindo Lyons:

(...) It is obvious that there is a considerable degree of interdependence between the meaning of a verb and its valency; and several different attempts have been made recently to account for the valency of verbs within the framework of what has become to be called case-grammar (cf. Anderson & Dubois-Charlier, 1975). (Lyons, 1977 – p. 488)

Como havia sido anunciado parágrafos antes, há autores que relacionam regência e valência. Um deles é Lima, W. (2000), que aplica em sua pesquisa os conceitos retirados de uma discussão conduzida por Helbig (1978) sobre estes dois termos. Helbig (1978) chega à conclusão, através de vários exemplos, de que regência é, para o alemão, a atribuição de caso por um verbo, a seleção de uma preposição por um verbo e a atribuição de um caso por uma preposição (um exemplo disso é a preposição *mit*, que sempre atribuirá o caso dativo ao seu conseqüente). Nestes três tipos diferentes de regência existentes na língua alemã (verbo seleciona caso, verbo seleciona preposição e preposição seleciona caso), tem-se a determinação da morfologia de palavras (marcação de caso) ou a determinação de preposições, obedecendo a critérios sintático-morfológicos. Na terminologia de Helbig, regência corresponde à atribuição de casos a sintagmas nominais pelo verbo ou preposição ou corresponde ainda à seleção de preposições pelo verbo. Já o conceito de valência não é equivalente ao de Lyons (acima) ou Borba (a seguir), pois é relacionado à seleção de preposições que introduzem argumentos e adjuntos do verbo. Segundo Helbig, esta seleção incide sobre constituintes frasais (sintagmas), cuja determinação obedece a critérios semântico-sintáticos, no nível sintagmático, não da palavra ou forma presa. Para Helbig, *valência* está para o espaço que o verbo abre para sintagmas, ao passo que *regência* está para a marcação morfológica de casos e seleção de preposições.

Schröder (1977) é um autor que, assim como Helbig, relaciona as noções de *regência* e *valência*: o verbo abre espaços sintáticos que são preenchidos por sintagmas preposicionais, ou seja, o verbo rege uma preposição que, juntamente com o sintagma nominal que ela antecede, satura uma valência do verbo. A preposição rege (em alemão) marcas morfológicas de casos dos nomes a sucedem. O autor defende que as preposições são tanto regentes quanto regidas, mas não têm valência.

Seguindo um passo adiante no raciocínio de Ilari & Basso, e sabendo que *valência* corresponde ao lugar aberto semanticamente pelo verbo e que *regência* corresponde ao mesmo lugar que o verbo abre para satisfazer a critérios sintáticos, prevendo argumentos em sua estrutura, pode-se passar a analisar as propriedades semânticas dos elementos que saturam as valências de um verbo. Na Gramática de Casos, cada argumento do verbo será qualificado individualmente, e desta qualificação surgirão os *papéis temáticos*, que respondem pela função semântica que um argumento do verbo tem na oração. Dependendo da teoria, a lista pode variar muito, mas os papéis temáticos mais clássicos são *agente*, *experienciador*, *paciente* e *beneficiário* preenchendo as valências do verbo, com estatuto de argumentos, já que são participantes da ação; e os papéis de *locativo*, *temporal*, *tema* ou *instrumento* assumem a posição de adjuntos do verbo. Não se adentrará na discussão sobre papéis temáticos, eles aliás serão usados de maneira intuitiva, sem compromisso com qualquer Teoria de Casos. Um autor preocupado com esta falta de consenso neste terreno é Parsons (1995):

I am concerned here with qualms to the effect that it is not clear how many or which thematic roles there are, and qualms about how to tell which role goes with which place associated with a verb. (Parsons, 1995 – p. 637)

Pode-se ainda estudar as propriedades sintáticas dos elementos que saturam as valências de um verbo. Segundo a Gramática de Valências de Borba (1996), a posição de uma preposição pode ser prevista na estrutura argumental de um verbo.

Se um verbo for intransitivo, ele poderá ter apenas uma valência (ou nenhuma, como os verbos que designam fenômenos meteorológicos: *nevou*, *choverá*, *venta*) que será (muito provavelmente) preenchida pelo sujeito do verbo: *Gerson(1) está dormindo*. Isto significa que a estrutura do verbo intransitivo não prevê argumentos introduzidos por preposições, mas pode aceitar adjuntos preposicionados: *Gerson(1) está dormindo **na** cama dos pais **com** o seu ursinho de pelúcia*.

Se o verbo for transitivo, ele terá no mínimo dois argumentos: um sujeito e um complemento. O segundo argumento do verbo pode ser um sintagma preposicionado, o que faz com que o verbo seja considerado transitivo indireto: *Guiomar(1) gosta [de jujuba](2)*. Se o verbo tiver como segundo argumento um sintagma preposicionado, ele não admitirá outros argumentos além deste. Se, contudo, o segundo argumento for um sintagma nominal sem uma preposição que o introduza, o verbo será considerado transitivo direto e seu argumento será chamado de objeto direto: *Guido(1) escreveu [um poema](2)*. É possível que um verbo seja trivalente, ou seja, que tenha um terceiro argumento previsto em sua estrutura argumental. Como não é possível que haja dois objetos diretos

ligados a um verbo, o terceiro argumento é necessariamente um sintagma preposicionado. Pode-se observar este fenômeno em exemplos como: *Gisela*(1) *encontrou* *Gedeon*(2). Se um outro objeto direto for introduzido na sentença, tem-se o aparecimento obrigatório de uma preposição: *Gisela*(1) *encontrou* [*se*](2) [*com* *Gedeon*](3) ou *Gisela*(1) *se*(2) *encontrou* [*com* *Gedeon*](3). Na língua portuguesa estão previstos verbos trivalentes, em que o terceiro argumento geralmente é um *beneficiário*: *Gertrudes*(1) *vai dar* [*uma resposta*](2) [*para* *Gaspar*](3). Verbos tetravalentes são poucos em português, e raramente todos os quatro argumentos do verbo são expressos simultaneamente numa sentença como em: *Gumercindo*(1) *traduziu* [*um romance*](2) [*do russo*](3) [*para* *o itliano*](4). Tem-se aqui um verbo transitivo direto e indireto que admite um objeto direto e dois objetos indiretos.

Como se vê, *transitividade* e *valência verbal*, que são critérios de análise sintática e semântica, respectivamente, estão relacionadas com o funcionamento da preposição. Borba (1996) apresenta uma esquematização, que será adaptada aqui, das estruturas de valências de verbos:

Verbo avalente:	V			
Verbo monovalente:	SN +	V		
Verbo bivalente:	SN +	V +	(Prep) SN	
Verbo trivalente:	SN +	V +	SN +	Prep SN
Verbo tetravalente:	SN +	V +	SN +	Prep SN + Prep SN

Uma pequena observação é que Borba dá ênfase aos sintagmas nominais introduzidos por preposição, desconsiderando, nesta esquematização, os sintagmas verbais. Eles são correspondentes às orações infinitivas, que são verbos não finitos introduzidos por uma dentre três preposições possíveis (**a**, **de** e **para**), regidas por certos verbos – não todos. Estes verbos podem ser (i) modais (*dar para*, *ter de*, *gostar de*: *Guaraciaba gosta de viajar*), (ii) de cópula (*Isso aqui é de comer?*), (iii) perífrases fasais (*acabar de*, *continuar a*, *começar a*: *Gilda começou a fazer exercícios físico*) e (iv) alguns verbos plenos (*aprender a*, *ensinar a*, *ajudar a*, *brincar de*, *cansar de*, *esquecer de*, *lembrar de*, *fazer para*: *Geraldo não sabe como faz para ganhar na loteria*). Estes verbos específicos que podem ser combinados com orações infinitivas têm então a seguinte estrutura argumental:

Verbo bivalente:	SN +	V +	Prep SV
------------------	------	-----	---------

É preciso reforçar que as preposições ligadas a verbos podem funcionar, em português brasileiro, como introdutoras de argumentos ou adjuntos do verbo. Por *argumentos* entende-se os elementos que saturam as valências de um verbo, sendo que estes elementos podem ser sintagmas nominais ou verbais. Os adjuntos do verbo não afetam a estrutura de valências do verbo, acrescentando-lhe apenas informações circunstanciais, de caráter adverbial. Quando Lehmann (1985b) propõe uma Gramática Relacional, distingue dois tipos de relações pertinentes: *dependência* e *modificação*. Pode-se transpor estes conceitos para a discussão apresentada aqui: os argumentos do verbo são dependentes do verbo e o verbo depende do preenchimento de suas valências para ser considerado “completo”, ao passo que os adjuntos apenas modificam o verbo, sem alterar sua estrutura argumental. Nem sempre é fácil, contudo, traçar a linha divisória entre argumentos e adjuntos, ou dependentes e modificadores, porque existem elementos que funcionam como elementos intermediários entre argumentos e adjuntos do verbo, que a gramática tradicional chama de “complemento circunstancial”. Aqui será assumido que todas as indicações de espaço, tempo ou modo/ noção são codificadas no que se assume serem adjuntos do verbo.

Observando a estrutura de valências de um verbo, pode-se então prever a posição da preposição na sentença. A preposição é selecionada, portanto, por critérios sintáticos: o verbo abre um espaço para que ela introduza seu(s) argumento(s). Resta saber qual das preposições será selecionada para ocupar este espaço que o verbo lhe reserva, e por qual elemento da sentença esta escolha é restringida semanticamente. A hipótese da “harmonização semântica”, já anunciada anteriormente, será utilizada para tanto no decorrer da dissertação. Quanto aos adjuntos, também há critérios sintáticos em vigor: todos os sintagmas nominais (não estão incluídos aqui os advérbios) são introduzidos por preposições. Como os adjuntos não são previstos pela estrutura argumental do verbo, a seleção da preposição é restringida conforme os critérios semânticos do sintagma nominal que ela introduz.

3.2. Natureza categorial da preposição

Sintaxe e semântica estão imbricadas na seleção e combinação de preposições. Há autores que procuram discernir as funções semânticas das sintáticas das preposições e assim defini-las como integrantes da categoria funcional ou lexical. No decorrer das leituras de gramáticas do português brasileiro pôde-se constatar que não existe uniformidade no tocante à descrição e classificação da

preposição. À procura de uma explicação para esta falta de consenso descritivo, constatou-se que a classe das preposições não abarca elementos que partilham as mesmas propriedades categóricas (ser invariável/ variável, ter conteúdo semântico específico/ altamente esvaziado, ou seja, ser parte da categoria lexical/ funcional, ser menos/ mais gramaticalizada e ser introdutora de argumentos/ adjuntos do verbo). Há, contudo, poucos autores, como se verá adiante, que consideram que a classe das preposições, quando ligadas a verbos, não é uma classe homogênea (lexical ou funcional). As preposições são elementos de natureza relacional, mas há, nesta classe de palavras, gradações morfo-semânticas e diferentes comportamentos sintáticos que impedem uma classificação estanque e absoluta das preposições, de modo a alocá-las numa ou noutra categoria. Assim, a discussão sobre o estatuto categorial da preposição é freqüente na bibliografia consultada, e pôde-se notar que há, pelo menos, três vias principais:

- Autores ligados à teoria da Gramática Gerativa (Chomsky (1970, 1973) *apud* Raposo (1993), Emonds (1993)), consideram que a preposição seja um item lexical, já que pode “encabeçar” um sintagma preposicional, assumindo o *status* de núcleo. Além deles, há vários outros autores que assumem uma posição lexicalista (Jespersen (1924), Lakoff (1970) *apud* Meisel (1973), Larson (1987), Borsley & Jaworska (1989), Wunderlich (1991), Cormack & Breheny (1994)) quando tratam da preposição, descrevendo seus aspectos semânticos.
- Há outros autores que assumem que a preposição seja um elemento gramatical (Ouhalla (1993), Guindaste (1996), Silva (1999) e todos os gramáticos consultados: Abreu & Moura (1957), Almeida (1969), Azevedo Filho (1966), Bechara (1967), (1999), Brandão (1963), Cegalla (1998), Coutinho (1979), Cunha (1970, 1979), Góis (1957), Lima (1998), Luft (1985), Melo (1970), Nascentes (1960), Neves (2000), Sampaio (1953), Savioli (1991), Souza Lima (1937), Tôrres (1963) e Vilela & Koch (2001)).
- Há, por último, aqueles que discutem esta distinção entre categorias lexicais e gramaticais, sugerindo que a classe das preposições, se tomada como um todo, não é nem lexical nem gramatical, pois seus elementos se dispõem num *continuum* de dois pólos: um lexical e outro gramatical (Baudusch (1984), Rauh (1990, 1993, 2002), Stenzel (1996), Zwarts (1997), Hudson (1997) e Berg (1998)). Esta parece ser a via

mais condizente com as descobertas realizadas ao longo da elaboração desta dissertação, através das leituras, reflexões e análises de dados realizadas.

Como já anunciado acima, as gramáticas descritivas e prescritivas do português não seguem os mesmos critérios de classificação das preposições¹⁵. As preposições podem ser descritas em vários níveis: fonético, morfológico, semântico, sintático e discursivo. Se um gramático atentar para a forma das preposições, ele poderá subdividi-las em *simples* e *complexas*, como o fazem Cunha (1979) e Vilela & Koch (2001). É comum ainda que os gramáticos notem a variabilidade da preposição. Stolz (1990) defende que a preposição seja *flexionável*, ao passo que alguns gramáticos dizem que ela é *invariável* e apresentam formas de combinação e contração de preposições e outros, ainda, não tratam da forma das preposições. No campo semântico, quase todos os gramáticos concordam que a preposição é um elemento relacional sem valor semântico em si, mas que seu valor semântico emerge quando for combinada com certos sintagmas. O único gramático que atenta para a diferenciação semântica das preposições é Lima (1998), quando distingue preposições *fortes* de *fracas*:

Dividem-se as preposições em fortes e fracas. As primeiras (contra, entre, sobre) guardam certa significação em si mesmas; as outras (a, com, de) não têm sentido nenhum, expressando tão-somente, em estado potencial e de forma indeterminada, um sentimento de relação.

No contexto é que se concretiza o valor significativo das várias relações que elas têm aptidão para exprimir.

(Lima, 1998 – p. 355 e 356)

Quanto ao plano sintático, os gramáticos dividem as preposições em dois grupos: *essenciais* e *acidentais*, como o fazem Bechara (1967), Cegalla (1998), Lima (1998) e Neves (2000). Esta última autora destaca-se dos outros gramáticos porque subdivide ainda as preposições essenciais em potenciais *introdutoras de argumentos* e *não-introdutoras de argumentos*.

Para esta dissertação são relevantes as preposições introdutoras de argumentos, e para tanto as preposições que Neves (2000) determinou como sendo potenciais introdutoras de argumentos foram perseguidas no *corpus* de R.

Outra lacuna na descrição das preposições feita por gramáticos é a análise discursiva que se pode aplicar a uma preposição. Este tipo de análise não será desenvolvido aqui, mas quer-se mostrar que a classe das preposições não está suficientemente bem descrita em português. Uma análise

puramente sintática das preposições não possibilita o exame fonético, morfológico, semântico e discursivo da preposição. Escapa a uma análise sintática o fato de que há, em português, preposições que podem ser amalgamadas a artigos e pronomes. Esta variabilidade da forma da preposição pode ser associada ao conteúdo semântico de cada preposição e se chegará à conclusão de que a variabilidade da preposição está intimamente relacionada ao seu significado. Se a esta conclusão forem acrescentadas observações no plano do comportamento sintático da preposição, poder-se-á unir os três planos de análise num conceito: *gramaticalização*.

3.3. Gramaticalização

Não há apenas uma definição para o fenômeno da gramaticalização. Certo está que é um fenômeno observável diacronicamente. Dahl (2001), que faz uma breve resenha sobre a história do termo *gramaticalização*, refere-se a Meillet (1912)¹⁶ como sendo o primeiro a usar o termo. Longhim (2003) discute mais detidamente a noção de *gramaticalização* e a história do termo na Linguística. Na acepção de Meillet, a gramaticalização é o processo em que **elementos lexicais** sofrem alterações de tal modo que se tornam **elementos gramaticais**¹⁷. Esta noção foi estendida por Hopper & Traugott (1993) de modo que itens lexicais ou **construções lexicais** passam a assumir funções gramaticais **em certos contextos**. Squartini (1998: 1) descreve a evolução do processo que a unidade lexical sofre, no conceito de Hopper & Traugott (1993):

Item lexical usado em contextos específicos > sintaxe > morfologia.

A partir deste esquema pode-se inferir que uma unidade lexical que é submetida ao processo de gramaticalização passa a ter uma posição fixa na sentença, e, se o processo de gramaticalização continuar, esta unidade transforma-se em morfema que é aglutinado a uma unidade lexical, sofrendo perda fonética ou não. Segundo Squartini (1998: 1), a teoria atual sobre a gramaticalização assume que estas vias (*paths*) de gramaticalização não podem ser revertidas, ou seja, o processo é unidirecional. Haspelmath (1999), Hopper & Traugott (1993) e Di Meola (2002), entre outros,

¹⁵ Este fato contribui para que as listas de integrantes da classe das preposições apresentadas pelas gramáticas sejam diferentes de uma gramática para outra. Uma gramática (Vilela & Koch (2001)) inclusive finalizava a lista de preposições com reticências, indicando que a classe destas palavras não é finita.

¹⁶ Citado por Dahl (2001): Meillet, A. *L'évolution des formes grammaticales*. Scientia (Rivista di Scienza, 12.6.) 1912.

¹⁷ A discussão sobre itens lexicais e gramaticais será apresentada mais adiante, nesta mesma seção.

sustentam a unidirecionalidade do processo de gramaticalização. Há ainda outros autores, como Gabelentz (1891),¹⁸ - que usam a metáfora da espiral para descrever a evolução do processo de mudança de itens lexicais para gramaticais - Geurts (2000)¹⁹ e, mais recentemente, Dahl (2001) que assumem que o processo de gramaticalização seja um processo cíclico, o que não exclui necessariamente a hipótese de que o processo seja irreversível.

Gramaticalização implica, além de mudança de categoria, uma mudança semântica. Todavia, não se pôde depreender dos textos consultados se existe uma forma de determinação hierárquica no processo de gramaticalização, ou seja, se o esvaziamento semântico determina o enriquecimento funcional ou vice-versa. Os autores consultados constatam apenas um esvaziamento/ desbotamento semântico em itens gramaticalizados. O esvaziamento, porém, não é completo: mesmo na função de item gramatical, o elemento gramaticalizado ainda retém um conteúdo semântico que pode ser retraçado até o item lexical de origem. Há diferentes níveis de gramaticalização, implicando em diferentes graus de saliência semântica. Squartini (1998: 2) nota que Bybee & Pagliuca (1987)²⁰ e Bybee & Perkins & Pagliuca (1994)²¹ insistem que mesmo um morfema altamente gramaticalizado retém, de alguma forma, o conteúdo semântico do item lexical de origem. Alguns exemplos de gramaticalização podem ser encontrados em Squartini (1998):

Bybee – Dahl (1989) and more recently Bybee – Perkins – Pagliuca (1994) have proposed substantial cross-linguistic generalizations on the grammaticalization of verb morphemes. They have demonstrated that across languages the grammaticalization process involves a restricted list of lexical items, which follow comparable semantic paths. For example, they show that Progressives derive most frequently from locative constructions and eventually tend to evolve as general imperfective markers. This evolution is paralleled by formal change which potentially reduces the lexical element involved in the periphrastic construction, transforming it into an affix. For Perfects too an evolutionary path has been proposed in Bybee – Dahl (1989) and Bybee – Perkins – Pagliuca (1994), even if the picture is somewhat more complicated.(...)
(Squartini, 1998. - p. 1+2)

In particular, in this work it will be claimed that the interaction between aspect and actionality plays an important role in the process of grammaticalization. (...)
(Squartini, 1998. - p. 2)

¹⁸ Citado por Dahl (2001): Gabelentz, Georg von der. 1891. *Die Sprachwissenschaft: ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Leipzig.

¹⁹ Citado por Dahl (2001): Geurts, Bart. 2000. *Explaining grammaticalization (the standard way)*. Linguistics, 38 (781-798).

²⁰ Citado por Squartini (1998): “The evolution of future meaning”. In: Anna Giacalone Ramat – Onofrio Carruba – Giuliano Bernini, *Papers from the 7 th. International conference on historical Linguistics*. Amsterdam/ Philadelphia: Benjamins, 1987, (109 – 122)

²¹ Citado por Squartini (1998): *The evolution of grammar. Tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 1994.

(...) *From this point of view even if aspect and actionality have to be considered as independent notions, as a diachronic relationship between the two can be assumed, so that aspect emerges from actionality, or, put another way, aspect derives from the grammaticalization of actionality. This is why a semantic similarity between aspect and actionality can be recognized, as maintained in Breen and Sasse, for aspect emerges from the same cognitive mould as actionality.* (Squartini, 1998. - p. 17 + 18)

Destas citações pode-se depreender que a gramaticalização é um fenômeno que pode envolver a criação de paradigmas para novos tempos verbais – é possível pensar na formação do futuro em português:

amare **habeo** > amare **aio** > amarei

Uma vez consolidado, este paradigma de formação do futuro torna-se produtivo na língua. É interessante notar que o processo de gramaticalização não está completo no exemplo acima, já que é possível destacar a marca de futuro do verbo e deslocá-la:

hei de amar e amá-lo-**ei**.

Outro exemplo é a marcação de advérbio *–mente*, que, numa perspectiva diacrônica, foi um lexema independente: *Siegfried lutou com a **mente** corajosa > Siegfried lutou corajosamente*. É de se notar que o valor semântico da palavra *mente* não é mais aparente quando se tem um advérbio terminado em *–mente*. Quando, porém, se atenta para a forma deste sufixo, é possível identificar um vestígio do item lexical de origem: o adjetivo que admite o sufixo *–mente* carrega a marca de gênero feminino, (*corajosamente*, não *corajosamente*, ou ainda *friamente*, não *friamente*), remetendo ao gênero da palavra *mente*. Pode-se dizer então que o item lexical *mente* tomou dois “caminhos” no decorrer do tempo: em um caminho o item continua significando o mesmo que já significava em latim, no outro, o item assumiu um lugar fixo na sentença, seu valor semântico foi esvaziando-se, a frequência do uso do item aumentou e ele aglutinou-se a outro item lexical, passando a funcionar como morfema indicador da classe de advérbios, sem que o item sofresse perda fonética. Atingido este *status*, o sufixo pode ser usado para formar novos advérbios: *Agripina se veste feiamente* ou ainda *Afrânio escreve obscuramente*.

Pode-se ainda pensar em outras línguas, como alemão, em que certos nomes de partes do corpo são gramaticalizadas, transformando-se em preposições (ou advérbios) que denotam espaço:

Hintern (traseiro) > *hinten* (atrás)

Rücken (costas) > *zurück* (de volta)

A preposição locativa (item gramatical) *hinter* foi formada a partir de um item lexical e pode-se notar que neste processo houve perda fonética. O advérbio *zurück* não é segmentado pelos falantes de alemão, mas tomado como um bloco, uma unidade de sentido; contudo pode-se observar que é composto por uma preposição (*zu*) e um item lexical que sofreu perda fonética (*rück*).

Nos dois exemplos citados por Squartini (emergência de tempos verbais e de aspecto através do processo de gramaticalização), tem-se a evolução completa de um lexema até o estado de morfema preso. Não é necessário, todavia, que a evolução esteja completada, para se poder tratar de fenômenos de gramaticalização. Basta que um termo lexical tenha, do ponto de vista diacrônico, (sofrido uma erosão fonética), assumido uma posição fixa na sentença, assumido uma função relacional e ter sofrido um esvaziamento semântico, para que se possa tratar este elemento final como resultado de um processo de gramaticalização. Uma abordagem diacrônica das preposições do português brasileiro, como a encontrada em Brandão (1963), revelará que as preposições são resultado de um processo de gramaticalização:

Origem das preposições. Seu conceito e necessidade.

As preposições indo-européias se originaram de certas partículas de caráter adverbial, assim como de adjetivos e participios adverbializados e até mesmo de substantivos em função de advérbios. Serviam para determinar, para denotar, com maior precisão, certas circunstâncias e matizes do enunciado verbal, sobretudo as relações de espaço, tempo e direção, das quais, por translação semântica, nasceram outras, como as de fim, modo, meio, causa, etc. Eis porque, em alguns idiomas, nem sempre aparecem assaz demarcadas as raiais entre o advérbio e a preposição.

(Brandão, 1963 – p. 540)

(...) Na origem, guardavam aquelas partículas sentido próprio e pleno, apondo-se a outros elementos fraseais, sem estarem adstritas a jungir-se intimamente quer com o verbo, quer com o nome que determinavam. O sânscrito, o dialeto homérico e até mesmo o latim oferecem espécimens dessa primitiva colocação livre. Com o volver do tempo, porém, tais partículas tenderam a grupar-se com um verbo, ou com um nome-complemento, pôsto em determinado caso, tornando-se inseparáveis deles. A posição da partícula, a princípio livre, fixou-se então antes do verbo ou antes do seu complemento. No primeiro caso constituíram-se os prevérbios (preposições em composição verbal ou prefixos). No segundo caso, transformaram-se em preposições propriamente ditas, as quais, enfraquecido e às vezes obliterado o seu valor adverbial originário, adquiriram a função meramente relacional e passaram assim a conectivos intervocabulares. A determinação contida no prevérbio com frequência se atenuava, tornava-se vaga, e, para reavivar-se a relação por êle expressa, fazia-se mister repeti-lo a ele ou uma preposição sinônima com êste ou aquêle caso, por exemplo em latim, com o acusativo e o ablativo, quando havia idéia de movimento ou de lugar onde real ou figurado: INscribere nomen IN tabula = inscrever o nome numa lista.

(Brandão, 1963 – p. 541)

O gramático aponta para o que hoje se chama de *processo de gramaticalização*: um item lexical (sentido próprio e pleno) passa a ter uma posição fixa na sentença (antes do verbo ou antes do

complemento). Os elementos que se fixaram ao verbo transformaram-se em morfemas dele (**exp**licar, **comp**licar, **imp**licar). Tanto estes morfemas presos quanto as preposições propriamente ditas tiveram seu conteúdo semântico esvaziado²². Não está no senso comum que *plicar* significava em latim “dobrar”, de modo que *explicar* significava “desdobrar”, *complicar* significava “dobrar junto” e *implicar* ‘dobrar para dentro’. Curioso é o que aconteceu a alguns prevérbios, que têm sua preposição sinônima ao prefixo: **conversar com**, **introduzir em** etc.. Estas preposições foram selecionadas pelos verbos porque o valor semântico do prefixo do verbo, que era uma preposição, foi sendo gradualmente esvaziado. Poggio (2000) dá a entender que o processo de gramaticalização das preposições já foi iniciado em latim:

Vale ressaltar que, mesmo as preposições gramaticalizadas no latim, continuam seu processo de gramaticalização no português, o que se evidencia, na maioria das vezes, através das freqüentes mudanças semânticas. (Poggio, 2000 – p. 397)

Heine & Reh (1984) são autores empenhados em estabelecer os princípios que tornam possível avaliar se um item está mais gramaticalizado que outro, numa **perspectiva diacrônica**. Os critérios destes autores são:

Perda de complexidade semântica, significância funcional e/ou valor expressivo >

Perda em pragmática e ganho de significância sintática >

Número reduzido de membros da categoria >

Posição fixa na sentença >

Uso obrigatório em alguns contextos, agramatical em outros >

Possibilidade de fundir-se semântica, morfossintática e

foneticamente com outras unidades >

Perda de substância fonética

Estes critérios confirmam a hipótese de que as preposições que podem ser amalgamadas com outros itens são mais gramaticalizadas que aquelas que permanecem invariáveis e não podem fundir-se com outras unidades lingüísticas.

O processo de gramaticalização não se deu, contudo, da mesma forma para todas as preposições do português brasileiro, o que significa que pode haver graus diferentes de gramaticalização. Estes graus de gramaticalização da preposição estão relacionados com a

²² Nem todas as preposições sofreram um esvaziamento semântico **na passagem** do latim ao português: **de** já tinha seu valor semântico altamente esvaziado em latim.

possibilidade da preposição de se amalgamar a outro elemento: uma preposição que pode ser amalgamada (combinada ou contraída) com outro elemento da sentença (**de** + *aquele* > **daquele**) está mais gramaticalizada que uma preposição invariável (**contra** + *a decisão* > **contra** *a decisão*), porque ela pode aglutinar-se – ou ainda fundir-se (**a** + *aquele* > **aquele**) a outro elemento.

Stolz (1990: 338)²³ constata que somente as preposições num grau mais elevado de gramaticalização, ou seja, aquelas que podem ser amalgamadas a um artigo ou pronome, serão passíveis de *flexão*. Alto grau de gramaticalização significa, para este autor, *esvaziamento semântico*. Croft (1990), ao tratar de formas universais e tipologia de línguas naturais, discute o fenômeno da gramaticalização. Um dos processos envolvidos neste fenômeno, que pode ser detectado por uma perspectiva diacrônica, é a “dessemantização” de um item lexical na passagem para item gramatical/funcional. Croft cita Traugott (1982, 1985, 1988)²⁴ que suspende esta noção de *perda de valor semântico*, já que ela constata que os elementos funcionais não perdem completamente seu significado:

The term “desemanticization” implies that the process involves a loss of meaning. This is really not an accurate assessment of what goes on in grammaticalization, since the grammatical elements do have meanings of their own (...). A number of researchers, notably Elizabeth Traugott (1982, 1985, 1988), have analyzed various processes of semantic change in grammaticalization and have attempted to replace concepts like “loss of meaning”, “from concrete meaning to abstract meaning” or “from lexical meaning to grammatical meaning” with something more substantive. The general phenomenon that Traugott and others are trying to capture is the very well-attested unidirectional shift in semantic/ pragmatic function of the use of lexical items in grammaticalization. The question is, can the shifts of lexical items from their original meanings to the wide variety of “grammatical” meanings or functions be subsumed under a single general process?

(Croft, 1990 – p. 236)

O processo de gramaticalização deve ser entendido como um processo em que há uma modificação semântica do item lexical que passa a fazer parte da categoria funcional. A modificação semântica não significa apagamento de sentido, mas esvaziamento do sentido do item lexical de origem. O sentido do item funcional sofre um processo de desbotamento, se comparado com o sentido do item lexical. Um **item lexical** adota um sentido específico e restrito, denotando entidades ou eventos no mundo. É possível até que este item lexical seja polissêmico. É possível subverter este sentido restrito de um item lexical, atribuindo sentidos metafóricos a ele. Quando não usados em

²³ No capítulo seguinte se verá que Stolz trata da *flexão de preposições*, que é uma noção defendida apenas por este autor, dentre os consultados.

²⁴ Nenhum destes textos foi consultado, mas a referência do texto mais recente dos mencionados acima, para fins de consulta, é: Traugott, E.C. – “Pragmatic strengthening and grammaticalization”. In: *Proceedings of the fourteenth annual meeting, Berkeley Linguistics Society*, ed. by Shelley Axemaker, Annie Jaissner and Helen Singmaster, 406 – 416, Berkeley: University of California of Berkeley, 1988.

sentido metafórico, os itens lexicais são **autossemânticos**, ou seja, eles não precisam apoiar-se em outros elementos da sentença para fazer valer o seu sentido.

Desconsiderando seus usos metafóricos, *morrer* significa *deixar de viver* e este significado não muda conforme varia o contexto sintático deste verbo. O mesmo acontece com uma palavra polissêmica: *manga* significa *manga*, e o fato de esta palavra denotar tanto a parte de um abajur como a parte de uma blusa não se faz dependente do contexto sintático em que a palavra *manga* aparece. *Manga* tem duas acepções, e a partir do momento em que uma delas for acessada, a outra é bloqueada. Este é o comportamento prototípico de itens lexicais: são auto-suficientes. Bechara (1999) é um dos poucos gramáticos que define a preposição nestes termos:

Chama-se preposição uma unidade lingüística desprovida de independência - isto é, não aparece sozinha no discurso, salvo por hipertaxe - e, em geral, átona, que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais que elas desempenham no discurso, quer nos grupos unitários normais, quer nas orações. (Bechara, 1999 – p. 296)

Elas exercem uma função na sentença, que é a de relacionar elementos da sentença. Ser um item funcional não significa ser desprovido de valor semântico. Ao contrário, as preposições possuem um conteúdo semântico, mas ele somente é evidenciado quando atualizado em certos contextos sintáticos, em outras palavras, o seu valor semântico é dependente do valor semântico de outros elementos da sentença. Itens relacionais, como as preposições, não denotam entidades ou eventos no mundo, mas “harmonizam” seu valor semântico pouco específico com o elemento da sentença que as seleciona.

Como já foi constatado anteriormente, a classe das preposições do português brasileiro não é uma classe homogênea. Nesta classe co-existem elementos variáveis e invariáveis, sendo que há contextos em que as preposições variáveis devem ser amalgamadas com outros itens lingüísticos, senão a sentença se torna agramatical (*vamos começar por o primeiro*). Co-existem também elementos com um grau elevado de saliência semântica e outros com um grau baixo de saliência semântica. Estes graus correspondem a níveis de gramaticalização. Quanto mais diluído for o conteúdo semântico de uma preposição, mais gramaticalizada ela está. Quanto mais esvaziado for o valor semântico de uma preposição, mais dependente ela se torna do conteúdo semântico do termo que a seleciona, ou seja, ela poderá ocorrer em vários contextos sintáticos, já que seu valor semântico não é restrito ou específico, mas emerge em combinação com outros termos. Há autores, como Soares & Lourenço (1994) que afirmam que preposições como **de**, que é altamente gramaticalizada, são polissêmicas:

A preposição DE apresenta uma pluralidade de significações, tais como: idéia de afastamento, separação, ponto de partida, movimento, diminuição, privação, modo, meio, lugar e parte de onde, matéria, razão ou causa, comprimento, coisa contida na outra, origem ou princípio, direito de posse, referência, tocante, relativo, qualidade, parte de um todo, extensão (sic) de espaço, grandeza e medida de tempo, idade, aumento, força, intencidade (sic), tempo desde que. (Ladeira, 1977). (Soares & Lourenço, 1994 – p. 1390 +1391)

Não parece ser uma estratégia muito produtiva – ou econômica – enumerar todas as acepções que uma preposição altamente gramaticalizada pode ter, porque é até mesmo possível que a lista de significados citada acima não esteja completa. Considera-se aqui ser mais razoável admitir que a preposição altamente gramaticalizada não possui um conteúdo semântico específico e que seu conteúdo semântico pouco específico “harmoniza” com o conteúdo semântico do item lexical que seleciona a preposição.

Lehmann (1985a) trata da escala de gramaticalização para diferenciar graus de gramaticalização sob a **perspectiva sincrônica**. Para estabelecer esta escala, ele usa o critério da autonomia do signo lingüístico. Quanto menos autônomo, mais gramaticalizado está o item, ou seja, mais dependente ele é de outros elementos. Contudo, o autor não dispõe as preposições (da língua alemã ou inglesa) em sua escala. Existem vários autores que tratam de fenômenos que se pode chamar de fenômenos de gramaticalização, observáveis em preposições. Garvin (1945), Kortmann & König (1992), Dubinsky (1995) e Vincent (1999) comparam tipos diferentes de preposições enquanto Rafel (2000), Vinet (1984) e Gensler (2002) tratam da mudança categorial de elementos que são reanalisados como preposições, sem estarem enquadrados no âmbito dos estudos que consideram a Hipótese da Gramaticalização. Já Qvonje (1979), Gorski (2000), Poggio (2000), Bonfim (2000), Choi (2001) e Di Meola (2002, 2004) tratam da gramaticalização de preposições. Estes estudos são diacrônicos, bastante pontuais e não descrevem a gramaticalização dos itens do sistema das preposições essenciais da língua portuguesa falada no Brasil.

Não se tem notícia de qualquer estudo que já tenha realizado a tentativa de sistematizar estas preposições de acordo com seus níveis de gramaticalização, portanto o leitor está diante de uma sistematização bastante incipiente, que tem por objetivo único a visualização de comportamentos variados das diferentes preposições. Esta colocação das preposições numa escala de gramaticalização não pretende ser exaustiva, mesmo porque ela não é facilmente palpável. Investiu-se na tentativa de dispor as preposições numa escala de acordo com seus graus de gramaticalização, para que o leitor tivesse mais clareza do que é entendido por “graus de gramaticalização”. Os critérios usados para se colocar as preposições em níveis de gramaticalização diferentes são: a variabilidade morfológica da

preposição, a saliência e especificidade do seu conteúdo semântico e o número e variedade de contextos sintáticos em que ela pode ocorrer.

Uma primeira divisão que se pode fazer é entre as preposições variáveis e as invariáveis. Dentre as invariáveis tem-se **até**, **contra**, **entre**, **sob** e **sobre**. Pode-se dizer que estas cinco preposições são menos gramaticalizadas que as preposições variáveis, seguindo apenas o critério morfológico, e, numa análise mais refinada, pode-se perceber que dentre estas cinco preposições há níveis de gramaticalização diferentes. Agora entram em jogo os critérios semântico e sintático para mostrar que elas, apesar de serem todas invariáveis, apresentam comportamentos diferentes.

Tome-se as preposições **contra** e **entre** para um contraste intuitivo. A primeira pode especificar um estado ou um movimento, mas sempre terá, mesmo que usada em sentido abstrato, a idéia de *choque*, *colisão*. A segunda preposição marca uma situação em que algo se localiza *no meio* de dois outros referentes. O uso destas preposições é restrito a este tipo de contextos circunstanciais, o que significa que elas não podem ser combinadas com qualquer item lexical, porque seu sentido é saliente. Estas duas preposições não têm um alto grau de gramaticalização. É possível ainda acrescentar que **contra** e **entre** não se encontram no mesmo nível de gramaticalização. Pode-se usar a preposição **contra** sem um objeto explícito (objeto elidido), como nas *formas livres*:

*Sou **contra**!*

*Nelson vota **contra**.*

O mesmo se dá com a preposição **sem** (que a princípio não era foco de atenção durante a seleção dos dados, mas pode iluminar algumas questões como esta, de graus de gramaticalização):

*Este papel aqui, quem ficou **sem**?*

*Você quer com ou sem pimenta? Quero **sem**.*

Entre já não pode aparecer desacompanhada do objeto do verbo:

Guilbermina não sabe o que fazer, está **entre.*

O carro da Amália é aquele ali, parado **entre.*

Pode-se dizer então que **contra** e **sem**, por terem um valor semântico mais saliente e encerrado em si mesmo, apresentam um comportamento próximo ao de um item lexical. Este comportamento faz com que elas sejam consideradas menos gramaticalizadas. **Entre** possui valor semântico saliente, assim como **contra** e **sem**, mas seu conteúdo semântico não se encerra em si mesmo, pois remete a dois elementos, ou seja, seu significado somente se faz valer quando dois outros pontos de referência

estiverem presentes na sentença²⁵. Isto faz com que **entre** seja um elemento relacional com valor semântico saliente, mais gramaticalizado que **contra** ou **sem**.

Até e **sob** podem ser colocadas no mesmo nível de gramaticalização que **entre**, por exigirem sempre um elemento lingüístico que indique *limite* (**até**) ou *posição inferior* (**sob**), mesmo que em sentido abstrato:

Nádia só viajou até Recife.

Nezira trabalha até o fim do mês.

Nilza estudou até ter condições de fazer a prova.

Norton disse que há um tesouro sob sua casa.

Núbia está se sentindo sob pressão.

É ainda interessante notar que **até** pode ser constitutivo de uma expressão idiomática em alguns dialetos do português brasileiro, em que esta preposição aparece como *forma livre*:

Oscar falou, falou, falou até!

Em outro nível de gramaticalização está a preposição **sobre**: em

Matilde abriu a massa sobre a mesa

a preposição significa *em cima de*, ao passo que em

Madalena falou sobre aquele problema

a preposição não significa *em cima de*, mas *acerca de*, *a respeito de*. Aqui se tem uma palavra polissêmica (ao contrário de **contra**, **sem**, **até**, **sob** e **entre** que possuem um conteúdo semântico específico) que pode estabelecer relações de espaço ou noção. Seu valor semântico ainda é facilmente determinável, mas com sentidos diferentes, o que coloca **sobre** num grau mais alto de gramaticalização que **contra**, **sem**, **até**, **sob** ou **entre**. A preposição **sobre** tem apenas duas ocorrências no *corpus* de R, em contextos que se denominou aqui como “combinação”, como se verá mais adiante. Todas estas preposições são invariáveis, com conteúdo semântico saliente, o que restringe suas possibilidades de combinar-se com outros elementos de uma sentença. De todas estas preposições essenciais invariáveis (**até**, **contra**, **entre**, **sob** e **sobre**) apenas uma pode funcionar como introdutora de argumentos: **sobre**. Todas as outras preposições são introdutoras de adjuntos que codificam informações acerca de espaço, tempo ou modo/ noção e têm caráter adverbial.

²⁵ É possível pensar em Schröder (1977) que defende que as preposições não possuem valência. As preposições do português parecem ter valência, conforme mostram os exemplos acima.

A preposição **sobre**, quando empregada como introdutora de argumentos, pode ser facilmente substituída por outras preposições ou locuções prepositivas: *Virgílio conversou **sobre** o casamento da filha / Virgílio conversou **a respeito do** casamento da filha / (?) Virgílio conversou **do** casamento da filha*. A pergunta se *o casamento da filha* é um argumento ou adjunto e a possibilidade de se substituir a preposição **sobre** por formas equivalentes aponta para o fato de **sobre** ser a preposição que divide as preposições mais gramaticalizadas das menos gramaticalizadas.

Seguindo os graus de gramaticalização, tem-se agora as preposições que são variáveis. Estas preposições (**a, com, de, em, para** e **por**) podem ser amalgamadas com outros elementos, ou seja, assumem características de morfema, indicando seu alto grau de gramaticalização. Há, entre estas preposições, níveis diferentes de gramaticalização, que somente poderão ser capturados se a análise se der nos níveis sintático e semântico. Como a possibilidade de inserção das preposições variáveis em contextos sintáticos diferentes aumenta conforme o valor semântico da preposição é esvaziado, não será possível abarcar aqui todas as possibilidades combinatórias, nem todos os valores semânticos que uma preposição pode assumir. É possível notar que estas preposições podem funcionar como introdutoras de argumentos ou de adjuntos e que três delas (**a, de** e **para**) podem funcionar ainda como introdutoras de orações infinitivas.

Por somente pode ser amalgamada com artigos definidos (**pela(s)/ pelo(s)**) e seu conteúdo semântico já não é mais transparente, pois ele pode variar de acordo com o contexto em que se insere. Ele pode harmonizar com o verbo:

*Quando Adalberto deu **por** encerrada a reunião, acendeu um cigarro*
criando uma unidade de sentido com o verbo, que pode ser traduzido por *considerar*. Em outros casos de harmonia com o verbo, seu valor semântico não é facilmente formalizável:

*Rosalva esperou **por** Raimundo*

*Rita traduziu *Übermensch* **por** “superhomem”, não “sobre homem”*

*Rubens comprou este livro **por** um preço bom.*

Esta preposição pode também harmonizar seu conteúdo semântico com adjuntos, ou seja, nomes que indiquem localização no espaço, tempo ou ainda modo/ noção, em expressões cristalizadas:

*Silvana foi pra São Paulo **pela** Bandeirantes e chegou antes que o Samuel*

*Sibele e Soraya não vão se ver **pelos** próximos dois meses*

Percebe-se que a preposição pode ser variável, e que seu conteúdo semântico emerge quando a preposição harmonizar seu conteúdo semântico esvaziado com o conteúdo semântico do elemento que a seleciona. Por ter um conteúdo semântico dependente do contexto em que se insere, ela é mais funcional que as preposições menos gramaticalizadas. É preciso notar ainda que no *corpus* de R a preposição **por** tem apenas duas ocorrências registradas na função de introdutora de argumento, sendo que nas duas não é amalgamada ao seu conseqüente. Na primeira ocorrência, a preposição não poderia ser amalgamada com o sintagma seguinte, porque **por** somente pode ser amalgamada a artigos definidos, não a pronomes pessoais como em:

(37)

R: Ôh, mãe, eu tô esperando **por** você. (R: 4;00.24)

A segunda ocorrência será apresentada no capítulo seguinte, no quadro das formas divergentes.

Tanto **para** como **com** podem ser variáveis no registro da oralidade, mas isto se dá apenas quando contraídas com artigos: **pra(s)/ pro(s)/ puma(s)/ prum/ pruns** e **cu'a(s)/ cu(s)/ cu'ma(s)/ cum/ cuns** e, na fala coloquial de algumas regiões do país, a preposição **para** ainda pode ser contraída com o pronome *você*: **procê/ pcê/ procêis/ pcêis**. A contração de **para** com artigos está gradualmente sendo aceita em textos escritos, ao passo que a contração de **com** com artigos está restrita à oralidade, assim como a contração da preposição **para** com o pronome pessoal de segunda pessoa. Este fator aponta para um grau de gramaticalização menor de **com** em relação a **para**. Quanto ao conteúdo semântico de **com**, pode-se dizer que ele não é específico, mas harmoniza com o conteúdo semântico dos elementos que selecionam esta preposição. Tem-se, então:

harmonizando com o verbo: *Jair **conversa com** Jonas*

harmonizando com o argumento: *Jussara quer falar **com** Janaina*

harmonizando com o adjunto: *Jurandir pegou o queijo **com** o dedo*

assumindo a função de marcar espaço: *vou aí **com** você.*

Com é a preposição que prototipicamente marca os elementos que assumem o papel de *instrumento*.

Para tem um conteúdo semântico mais diluído que **com**, por estar em nível mais avançado de gramaticalização, e em função disso esta preposição pode ser combinada com uma variedade

maior de sintagmas verbais e nominais. **Para** pode funcionar ainda como introdutora de orações infinitivas, juntamente com **a** e **de**:

*Não dá mais **pra** viver assim.*

Pode-se até mesmo dizer que neste caso em especial a preposição e o verbo formam uma unidade de sentido, de maneira que este sentido é diferente de quando o verbo tem como argumento um sintagma nominal:

*Rebeca deu adoçante **pras** formigas.*

Quando o verbo *dar* for combinado com a preposição **para** que introduzir uma oração infinitiva, o bloco formado por preposição e verbo assume o valor semântico de *ser possível*, mas quando a preposição introduzir um sintagma nominal, ela introduzirá um *beneficiário* da ação de *dar*. Além de ser a preposição prototípica que introduz um argumento do verbo que tem o papel temático de *beneficiário*, como no exemplo anterior ou em

*Arnildo vai contar uma estória **para** a Otacília,*

ela também pode introduzir participantes que não sejam necessariamente beneficiados com a ação do verbo, como em

*Então Dagmar mentiu **pra** Doris!*

Definições são feitas através da preposição **para**, quando estiver regida pelo verbo *ser* e for introdutora de uma oração infinitiva:

*Isto é **para** ver se o bolo já está bom.*

Neste contexto a preposição assume um valor semântico de “finalidade”. A preposição **para** ainda pode marcar relações de espaço e tempo, como em:

*Ricardina vai **pra** praia*

*Euclides preferiu deixar este assunto **pra** amanhã.*

A preposição **a** está sendo gradualmente substituída por outras no português falado, persistindo ainda como introdutora de adjuntos temporais como em:

*Cornélia jantou **às** oito horas da noite*

e como introdutora de orações infinitivas:

*Está começando **a** chover.*

Mesmo sendo pouco usada, como se verá mais adiante, através de uma citação de Pontes (1992), ela pode ser amalgamada a alguns artigos e pronomes (**à(s)**/**ao(s)**/**àquela(s)**/**àquele(s)**/**àquilo**), sendo que o resultado deste amálgama pode ser uma crase ou uma combinação. (Contração não será

possível, se se tiver em mente o critério da perda fonética (ver seção 4.1 do próximo capítulo). O que sobraria de **a**?) Intuitivamente pode-se dizer que a preposição **a** é menos gramaticalizada que a preposição **para**, já que esta última pode ser amalgamada a uma variedade maior de elementos lingüísticos e sofre perda fonética; contudo há de se considerar que o valor semântico de **a** é mais esvaziado que o de **para**. Como não se chegou a uma decisão sobre qual das duas é mais gramaticalizada que a outra, elas serão colocadas no mesmo nível de gramaticalização.

Restam as preposições **de** e **em**. Ambas podem ser amalgamadas aos mesmos tipos de palavras (pronomes pessoais retos de segunda e terceira pessoa singular e plural, artigos definidos e indefinidos, pronomes demonstrativos singulares e plurais), com o diferencial de que **de** ainda pode ser contraída com advérbios de lugar como em: **daqui/ dali/ daí/ donde**. **Em** não pode ser introdutora de orações infinitivas, como é o caso de **de**. Estes dois fatos (**de** poder ser amalgamada a uma variedade maior de sintagmas e funcionar como elemento relacional em mais contextos sintáticos que **em**) podem apontar para um nível maior de gramaticalização de **de** que de **em**. Numa análise semântica, a variedade de sentidos que estas duas preposições podem assumir é tão grande, que a diferenciação entre elas segundo critérios semânticos se torna pouco pertinente. Mesmo assim, uma rápida consulta a qualquer texto que se proponha a apresentar os valores semânticos das preposições do português do Brasil confirmará que as preposições **de** e **em** são as que estão mais gramaticalizadas, porque assumem a função de marcar relações de tempo, espaço e modo/ noção. Desconsiderando o fato de que todas as preposições contempladas aqui como potenciais introdutoras de argumentos podem marcar relações de espaço, e desconsiderando também que “noção” é uma categoria altamente indefinida (compreende tudo o que não for tempo e espaço: elementos que denotam *tema, posse, modo, experienciador, companhia, beneficiário, instrumento* e talvez ainda outros, não previstos aqui), percebe-se que quando as preposições **de** e **em** marcarem qualquer uma destas relações, assumirão valores semânticos diferentes:

*Emanuel saiu **de** casa* (movimento de dentro para fora de um espaço)

*Adelaide vem **de** manhã* (localização na escala temporal)

*Agenor nada **de** costas* (definição do modo como o processo é realizado)

*Rosângela está **em** casa* (localização pontual no espaço, denotando interior de um espaço)

*Armando vem **em** duas horas* (previsão de acontecimento no futuro, equivalente a “daqui a”)

*Melissa sempre fala **em** morar no campo* (marca um tema, equivalente a “sobre”)

Além destes significados que harmonizam fortemente com o adjunto do verbo, as preposições que marcaram aqui relações circunstanciais podem ser usadas como meros marcadores de relação entre um verbo e seu argumento, sem que ele tenha seu valor semântico ressaltado:

*Emílio gosta **de** chocolate.*

*Evandro acredita **em** bruxas.*

O valor semântico destas últimas preposições está bastante esvaziado em relação ao das preposições presentes nas sentenças em que marcavam relações circunstanciais. As preposições mais gramaticalizadas sofrem, então uma mudança semântica: não denotam sentido por si próprias, mas harmonizam seu sentido com o sentido do argumento ou adjunto do verbo ou com o sentido do verbo ou simplesmente não denotam sentido facilmente identificável.

Resumindo, chegou-se aqui à conclusão de que as preposições estão dispostas em níveis diferentes de gramaticalização. A visualização destes níveis pode ser feita através de critérios morfológicos, semânticos e sintáticos. Os critérios semânticos e sintáticos dão pistas para a relação que uma preposição tem com outra, em termos de gramaticalização. Deve-se entender o quadro abaixo como uma escala em que **contra** é a preposição menos gramaticalizada e **de** é a mais gramaticalizada, levando em conta que **até**, **sob** e **entre** estão alocadas no mesmo nível, assim como **a** e **para**:

invariáveis				variáveis										
contra	<	até	<	sobre	<	por	<	com	<	a	<	em	<	de
		sob						para						
(-)		entre												(+)

Apesar de ter um caráter de tabela, a disposição das preposições acima deve ser entendida como uma escala de gramaticalização, um *continuum*.

A frequência das preposições no *corpus* de R foi mencionada duas vezes e quer apontar para o fato de que as preposições mais gramaticalizadas são mais frequentes que as menos gramaticalizadas. Deveras, **de** e **em** são as preposições mais frequentes no *corpus* de R.

Refletindo sobre o caráter funcional da preposição no português do Brasil, Berg (1998) chega à conclusão de que existem dois tipos de preposição nesta língua:

(a) Aquelas que não se comportam como preposições, porque têm conteúdo semântico marcado e imutável são: **ante, após, contra, desde, entre, perante, sem, sob.**

(b) No segundo grupo de preposições estão **a, com, de, em, para, por, sobre**, que podem ser usadas como simples elementos relacionais, com um valor semântico secundário.

Apesar de **até** estar excluída dos dois grupos estabelecidos pela autora, percebe-se que as preposições do último grupo ocorrem em contextos sintáticos variados, por poderem ser semanticamente mais esvaziadas que as do grupo (a). Com a exceção de **sobre**, todos os elementos do grupo que Berg considera como sendo o grupo das “preposições propriamente ditas” podem ser amalgamados a outros elementos, ou seja, são mais gramaticalizadas que aquelas que a autora toma como sendo do grupo (a). As preposições do grupo (b) de Berg podem funcionar como introdutoras de argumentos.

Um objeto indireto é um argumento.

Cegalla (1998), ao tratar do objeto indireto, apresenta a relação das preposições que podem ligá-lo ao verbo: **a, com, contra, de, em, para e por**. Com a exceção de **contra**, todas as outras preposições da lista de Cegalla podem ser amalgamadas a outros elementos, ou seja, são mais gramaticalizadas. Este autor desconsidera a preposição **sobre**, presente na lista de Berg, e ela desconsidera a preposição **contra**, presente na lista dele. Se estas duas preposições não forem levadas em conta, sobram **a, com, de, em, para e por**, que são as preposições mais gramaticalizadas, que

- podem ser amalgamadas a outros elementos lingüísticos,
- possuem valor semântico altamente esvaziado,
- podem funcionar como introdutoras tanto de argumentos como de adjuntos do verbo e
- são mais freqüentes que as menos gramaticalizadas.

Conduzindo esta discussão para a análise dos dados encontrados na fala de R, pode-se observar dois fatos: **contra** não é enunciado pela criança, e a preposição **sobre** é enunciada pela

criança em apenas dois episódios de fala de todo o *corpus* analisado, sendo que **sobre** é usada como elemento relacional, sem o valor semântico de “em cima de”:

(15)

M: Mas cê não quer conversar sobre a Flavinha?

R: Não.

M: Só sobre o boi? ... Tá bom.

R: Só **sobre o boi** ... as comida vai deixá **nas** casa dele.

(R: 3;02.06)

(38)

(M pede a R que conte como aconteceu o incêndio)

R: **Sobre o incêndio** eu não quero. (R: 4;02.03)

As preposições selecionadas para este trabalho são as que Neves (2000) considera introdutoras de argumento. Elas são retomadas aqui:

a, até, com, contra, de, em, entre, para, por, sob, sobre.

Poder-se-ia formar três subgrupos com estas preposições, colocando no:

1. primeiro grupo as preposições que não foram encontradas no *corpus* examinado (**contra, entre, sob**)
2. segundo grupo as preposições que são invariáveis e têm valor semântico saliente e portanto são menos gramaticalizadas, funcionando exclusivamente como introdutoras de adjuntos (**até, contra, entre, sob**)
3. terceiro grupo as preposições que são variáveis (exceto **sobre**) e funcionam como elementos de relação, cujo valor semântico é mais esvaziado, por serem mais gramaticalizadas, funcionando como introdutoras de argumentos, adjuntos (**a, com, de, em, para, por, sobre**) ou ainda introdutoras de orações infinitivas (**a, de, para**).

O terceiro grupo corresponde ao grupo de preposições que Berg denomina de “propriamente ditas” e, com a exceção de **sobre**, todas podem ser variáveis. Estas seriam então as preposições que apresentam um alto grau de gramaticalização e por isso podem ser elos sintáticos, elementos

relacionais, com conteúdo semântico esvaziado. Analogamente ao que postula Cegalla, pode-se dizer que estas preposições são introdutoras de argumentos. Contudo, podem ser também introdutoras de adjuntos do verbo ou ainda de orações infinitivas (**a, de, para**). Não há verbos que selecionem as preposições **até, contra, entre** ou **sob** como introdutoras de seus segundo ou terceiro argumento, porque estas preposições apenas introduzem adjuntos do verbo e sua escolha é semanticamente motivada pelo adjunto que elas introduzem. O espaço para a preposição é aberto pelo verbo transitivo. A preposição é então exigida sintaticamente e sua seleção é feita por critérios semânticos: ou ela harmoniza seu conteúdo semântico com o verbo ou com o elemento que ela introduz. As preposições do terceiro grupo seriam, então, parte da categoria funcional. Os critérios de Berg para que um tipo de palavras seja parte das categorias funcionais são:

CATEGORIAS FUNCIONAIS:

1. *Representam uma classe fechada*
2. *Apresentam uma contribuição semântica de segunda ordem*
3. *Não atribuem papel temático*
4. *Atribuem / checam caso* (Berg, 1998 – p.11)

Desconsiderando os pontos 3. e 4., que fazem parte de uma discussão particular da teoria da Gramática Gerativa, pode-se confirmar que as preposições mais gramaticalizadas representam uma classe fechada de sete elementos que apresentam uma contribuição semântica de segunda ordem. Assim, a classe das preposições interessantes para esta dissertação foi delimitada, reduzida a seis elementos variáveis e um imutável, cujo conteúdo semântico não é específico (único). Todas estas sete preposições podem funcionar como introdutoras de argumentos ou adjuntos do verbo. Quando uma destas preposições for introdutora de argumentos do verbo, a seleção destas preposições é restringida pelo verbo. Os argumentos que estas preposições introduzem não contêm informações a respeito de lugar, tempo ou modo/ noção, como o têm os adjuntos do verbo. Estas sete preposições podem introduzir adjuntos do verbo, e então seu valor semântico harmonizará com o valor semântico do adjunto que restringe sua seleção. Quando uma das três introdutoras de orações infinitivas for selecionada, o verbo flexionado regerá a preposição. Este tópico será discutido em maiores detalhes no capítulo (6), reservado às orações infinitivas.

De fato, as preposições introdutoras de argumentos que são semanticamente mais esvaziadas e regidas pelo verbo encontradas no *corpus* analisado são **a, em, de, com, para** e **por**. **Sobre** não está incluído aqui, porque nas suas duas únicas ocorrências, a preposição estava na constelação aqui

denominada de “combinação”, o que significa que não havia lá a constelação canônica V Prep Arg/Adj (verbo, preposição e argumento ou adjunto), mas apenas Prep Arg/Adj (preposição e o argumento ou adjunto). **A** tem uso restrito na fala de R: foi utilizada na combinação com outra preposição: *vamo **de a pé*** e para introduzir orações infinitivas dos seguintes verbos: *aprender, ajudar, começar, continuar* e *ensinar*. Isto reflete o desuso em que caiu a preposição **a** de modo geral, como confirma Pontes (1992) - que trata especificamente das relações de tempo e espaço que as preposições constroem juntamente com seus complementos:

*Ao examinar as preposições, vimos que algumas que as gramáticas listam já não estão mais sendo usadas na língua coloquial. E fizemos então uma descoberta importante: é que, no processo de desaparecimento, as preposições desaparecem primeiro em seu uso literal, ou seja, de espaço, mas perduram no uso metafórico. Assim, a preposição **a** já não é mais usada na maioria das acepções de espaço na língua coloquial, tendo sido substituída por **em** e **para**, mas continua sendo um pouco mais usada quando indica tempo. Por exemplo, não se diz mais que “a comida está à mesa”, mas sim “na mesa”. Mas ainda se diz “às dez horas”.*

(Pontes, 1992 – p. 8)

Foi constatado que nem todas as preposições que Neves (2000) tomou como sendo potenciais introdutoras de argumentos funcionam como introdutoras de argumentos na fala de R. O motivo pelo qual não houve equivalência entre os usos que Neves descreve na fala adulta e os usos que R fez destas preposições pode estar no fato de que R não realizou três das cinco preposições menos gramaticalizadas (**contra, entre, sob**). Outro indício que auxilia a compreender esta discrepância pode também estar no fato de R ter usado **até** apenas como marcador de tempo e espaço, que são circunstâncias adverbiais codificadas em adjuntos do verbo, não em argumentos dele.

3.4. Outro nível de análise da preposição

Considera-se necessário que haja estudos que se proponham a analisar os efeitos discursivos que a preposição pode provocar. Analisando um texto poético de Michel Leiris:

Au vif²⁶

A cors et à cris.

A toutes brides.

A ras bord.

A tire d'ailes.

A bouche que veux-tu.

A poings fermés.

A pierre fendre.

A chaudes larmes.

A pleines voiles.

Riffaterre (1989) interpreta que:

*(...) a repetição que recupera o isomorfismo das fórmulas, que semantiza a preposição **a** e a eleva de seu papel de palavra-ferramenta ao papel de significante. A esse significante corresponde não um significado complexo, mas um sema apenas, o sema “mais alto grau” (ou “extremo” – o equivalente a uma marca superlativa). Assim, a repetição do **a** indica que cada fórmula é uma variante dessa invariante superlativa.* (Riffaterre, 1989. – p. 29 a 31)

A preposição assume uma função discursiva, comparável ao que há em estruturas paralelísticas. O valor semântico que a preposição assume é determinado discursivamente: marca de superlativo.

Além da poesia, há outro contexto em que a preposição é comumente explorada como marcador discursivo, não como elemento gramatical, relacional, desprovido de conteúdo semântico: anúncios publicitários. Em sentenças como:

1. **Para** você, o melhor.
2. Tudo **por** você.
3. **Para** quem quer apenas o melhor do mundo.
4. XYZ Shopping, orgulho **em** ser seu.

a preposição substitui o verbo que está elidido, de modo que a preposição carrega o valor semântico do verbo, discursivamente rastreável pelo leitor, que preenche a preposição com o significado do

²⁶ Texto citado em Riffaterre (1989): Vivantes Cendres, Innommées (1957 – 1958), In: *Haut Mal*, Paris: Gallimard, col. Poésie, p. 219.

verbo elidido. Nos exemplos acima o leitor encontra diferentes níveis de dificuldade para acrescentar ao anúncio da propaganda o verbo elidido. Os verbos *fazer* e *ter* parecem ser adequados nas construções (2) e (4): **Fazemos** tudo por você e *XYZ Shopping* **tem** orgulho em ser seu. Na sentença (3) um verbo não parece ser o suficiente para completar o que foi elidido, e pode-se pensar numa estrutura completa como XYZ **é** para quem quer apenas o melhor do mundo. Na sentença (1) não é transparente qual posição o verbo deve ocupar, nem qual verbo deve ser selecionado. Estruturas possíveis seriam: **Fizemos** para você, o melhor / **Queremos** para você, o melhor ou ainda Para você, **queremos** o melhor / Para você, **damos** o melhor, dentre outras.

Não serão realizadas análises de dados de fala de criança no nível fonético ou discursivo nesta dissertação. Aqui serão contemplados apenas os planos morfológico, semântico e sintático quando o funcionamento da preposição ligada a verbos for investigado.

4. A forma da preposição

Neste capítulo a forma da preposição será examinada mais atentamente. Por *variação* entende-se o fenômeno morfológico observado quando a preposição pode ser amalgamada a artigos, pronomes ou advérbios de lugar²⁷. O processo de amálgama é descrito pelos gramáticos como sendo uma combinação e/ ou contração, mas o produto resultante não é definido por eles. As construções em negrito nos exemplos abaixo são preposições?

*Apaixonei-me **pela** sua voz.*

*Ele brincava muito **cu'as** crianças.* (registro oral)

*Bolsas de estudo foram atribuídas somente **aos** melhores alunos.*

*Não fique assim, olhando **pro** teto!*

*Eu andei pensando **numa** coisa...*

*Você também gostou **daquele** filme?*

Se os vocábulos em negrito forem considerados como sendo preposições, então é preciso admitir que a preposição pode ser flexionada. Dos autores consultados, apenas Stolz (1990) defende essa perspectiva. Analisando o conjunto das preposições essenciais da língua portuguesa, pode-se observar que nem todas elas podem ser amalgamadas a outras unidades lingüísticas, ou seja, nem todas são variáveis.

4.1. Palavra (in)variável

Nem todos os gramáticos se detêm sobre a variação da preposição, mas os que o fazem optam por uma das estratégias enumeradas a seguir:

1. dizer que a preposição é uma palavra *invariável*,
2. dizer que ela é invariável e apresentar tipos de *combinação* e *contração*,

²⁷ Apenas a preposição **de** pode ser contraída com advérbios de lugar: **de** + *aqui/ ali/ aí/ onde*.

3. definir *combinação* e *contração* e apresentar preposições que podem ser combinadas e/ou contraídas com artigos, pronomes e advérbios de lugar.

Cunha (1970) e Góis (1957) são os únicos dos gramáticos consultados que assumem que a preposição é uma palavra invariável. Isto faz supor que para estes dois autores a preposição não pode ser combinada ou amalgamada a artigos, pronomes ou ainda advérbios de lugar.

Souza Lima (1937), Tôrres (1963), Almeida (1969), Melo (1970) e Cegalla (1998) declaram que a preposição é uma palavra invariável e em seguida apresentam a distinção entre *combinação* e *contração* como meios de formar um único vocábulo a partir do amálgama de preposição e o outro elemento. Destes cinco gramáticos citados acima, apenas Melo e Cegalla não equivalem a *contração* à *crase* (amálgama da preposição **a** com o artigo feminino definido **a** ou pronome demonstrativo singular ou plural **a/ as**). Esta equivalência pode ser conferida em Almeida, Souza Lima e Tôrres: os autores consideram que a *contração* seja necessariamente a fusão de dois elementos de forma igual, que é o que acontece na *crase*). Melo e Bechara explicam que o fenômeno da *contração* acontece quando houver *perda de fonema* de um dos componentes envolvidos no amálgama. Em contrapartida, a *combinação* de preposição com outro elemento *não envolve perda fonética*. Para este último autor pode haver *contração* quando as preposições **a**, **de**, **em** e **por** forem amalgamadas a artigos, pronomes ou advérbios de lugar (ver nota 27). Cegalla enumera as preposições **a**, **de**, **em** e **per** como sendo aquelas que podem ser contraídas com artigo ou pronome. De qualquer maneira, ou estes cinco autores têm uma concepção diferente da esperada de “palavra invariável” (palavra que não muda de forma); ou eles simplesmente desconsideram o fato de que a variação pode se dar por combinação ou contração. Como se verá mais adiante, não são todas as preposições que podem ser variáveis. A possibilidade de variação da preposição será relacionada a processos de gramaticalização.

Azevedo Filho (1966), Bechara (1967), Luft (1985) e Lima (1998) não assumem que a preposição seja uma palavra invariável, o que não significa necessariamente que a discussão sobre a diferença entre *combinação* e *contração*, o que se entende por *contração* e quais preposições se enquadram em qual paradigma seja mais refinada que nos gramáticos mencionados anteriormente. Todos eles, exceto Bechara, tratam a *contração* como sendo exclusividade da preposição **a**, o que mostra que equivalem os conceitos de *contração* e *crase*. Isto indica que os gramáticos definem *contração* pela noção de *crase*, não pelo critério da perda fonética que ocorre no amálgama de dois elementos. Luft destaca-se por incluir **com** e **para** na sua lista de preposições que podem sofrer combinações, (que Melo e Bechara classificariam como sendo *contrações*, já que há perda fonética envolvida no

processo de amálgama), considerando assim as formas **ca/ cas/ co/ cos** e **pra/ pras/ pro/ pros** - que são variantes da oralidade do português do Brasil. A lista elaborada por Bechara de preposições que podem sofrer contração com artigos do objeto do verbo, pronomes ou advérbios de lugar é a que tem o maior número de preposições: **a, de, com, em, per, para**.

Souza Lima já havia apontado para a junção de **com** com pronomes: **comigo, contigo, consigo**, mas tratou estas junções como se fossem combinações. Se as formas *migo, tigo* e *sigio* fossem hoje autosssemânticas (independentes), então poderia-se falar em *combinação*. De fato, do ponto de vista diacrônico, elas já foram formas livres na passagem do latim para o português, em que a preposição era posposta ao pronome:

me cum > mecum > mecu > mico > migo.

nos cum > noscum > nosco

Em sua forma final, a preposição **cum** posposta perdeu seu valor semântico, de modo que se teve de acrescentá-la novamente ao significante, desta vez na posição anterior **com + migo > comigo** e **com + nosco > conosco**. O mesmo processo de gramaticalização se deu com os outros pronomes deste paradigma. Possivelmente pelo fato de *migo/ nosco* terem sido palavras plenas em algum período remoto da história, Souza Lima considera que *comigo/ conosco* são resultado da justaposição de duas formas, sem perda fonética de nenhum dos elementos envolvidos²⁸. Bechara possivelmente teve outras razões para incluir **com** na lista das *contrações*: assim como **para** é contraído no registro da oralidade: **pra/ pras/ pro/ pros**, a preposição **com** também é contraída: **cu'a, cu'as, cu, cu's**²⁹.

Como se viu, as três estratégias de se apresentar ao leitor a variação das preposições estão muito bem representadas por gramáticos de prestígio. A razão da falta de consenso entre os gramáticos parece ser o caráter categórico que eles precisam impor à língua: ou a classe de todas as preposições é formada por palavras invariáveis, ou não. Ou a preposição é elemento da categoria funcional ou não. É preciso levar em conta, no entanto, que há preposições com comportamentos morfológicos e sintáticos – e semânticos, claro – diferentes, e que elas não formam uma classe homogênea.

²⁸ O leitor atento perceberá que há, sim, perda fonética no amálgama de **com + nosco**.

²⁹ Ao menos na variante paulista.

Apenas as preposições mais gramaticalizadas podem ser amalgamadas a outras unidades lingüísticas, sendo que há restrições para cada uma das preposições.

Com e **por** são, dentre as preposições mais gramaticalizadas, aquelas que somente podem ser amalgamadas a artigos definidos, com a ressalva de que **cu'a(s)** e **cu(s)** são contrações observadas apenas no registro da oralidade.

A pode ser amalgamada a artigos definidos e as formas do artigo demonstrativo *aquele/ a(s)*.

Para pode ser amalgamada a artigos (definidos e indefinidos) e pronomes demonstrativos. No registro da oralidade, é possível observar a contração da preposição com as formas singular e plural do pronome pessoal *ocê*.

Em pode ser amalgamada a artigos (definidos e indefinidos) e pronomes pessoais do caso reto da terceira pessoa (*nele/ a(s)*), demonstrativos de toda sorte e pronomes indefinidos variáveis iniciados por vogal (*algum/ a(s)* e *outro/ a(s)*).

De pode ser amalgamada a todas as palavras que também podem ser amalgamadas à preposição **em**, mais os advérbios de lugar: *aqui, aí, ali* e *onde*.

As formas amalgamadas em que há as preposições **com** e **para** não são comuns na escrita do português brasileiro, sendo que todos os outros amálgamas, exceto **de** + *onde* são obrigatórios. Ainda não se chegou a um nome adequado para o produto resultante de um amálgama entre a preposição e outro item.

Stolz (1990) aponta para a *flexão* de *aposições*, considerando um eurocentrismo tratar de *preposições* apenas, já que há, no mundo, línguas com sistemas *posposicionais*, como o húngaro, coreano, hindi e finlandês, por exemplo. Além do mais, *pre-* e *posposições* são nomes que descrevem a posição da palavra funcional em relação a um complemento ou adjunto do verbo, e a posição anterior e posterior não são as únicas que a palavra funcional pode ocupar, vide as raras *circumposições* (conjunto de pre- e posposição). Além deste hiperônimo não ser frequentemente usado no âmbito das gramáticas, a *flexão* das *aposições* não é um fenômeno muito discutido na bibliografia da Lingüística:

Although most of the pertinent literature within the framework of dynamic morphological theory is devoted to problems of morphological erosion and decay, the present paper stresses the theoretical importance of explaining how and where bound morphology emerges in structural subsystems of natural languages. Linguistic manuals and dictionaries traditionally count adpositions among the uninflected wordclasses. After all, this common opinion turns out to be a fake universal. It is demonstrated on the one hand that, owing to the nominal or

verbal origins of adpositions, typical features of inflection may be retained in adpositions, and on the other hand that, in certain syntagms, uninflected adpositions tend to fuse with neighbouring function words, giving rise to new inflectional paradigms. These insights bear upon the ongoing discussion in linguistic theory on the genesis of inflectional morphology. (Stolz, 1990. – p. 334)

Se uma palavra for combinada (com ou sem redução fonética) com outra que tem flexão de número e gênero, como é o caso dos artigos e pronomes, então a palavra resultante desta fusão é considerada por Stolz como sendo uma palavra flexionada. Tome-se as preposições **a, de, com, em, para** e **por** como exemplo. Elas foram escolhidas da maior lista de Bechara e são aquelas - com a exceção de **a** - que aparecem amalgamadas a outros itens lingüísticos no *corpus* de R. Pode-se dizer que, dentre as preposições essenciais do português brasileiro, as preposições **até, contra, entre, sob** e **sobre** são sempre invariáveis, ao passo que **a, de, com, em, para** e **por** sempre sofrerão variação quando amalgamadas com artigos, pronomes ou advérbios de lugar (ver nota 27), justamente porque podem ser combinadas com estes elementos, formando uma unidade lingüística.

Lingüistas que trabalham no quadro da Teoria Gerativa não consideram que a preposição seja um item flexionável. Riemsdijk (1978), Schellinger (1985), Rauh (1991) e Hopper & Traugott (1993) defendem que o produto do amálgama da preposição com outro elemento é um *clítico*. No contexto da Teoria Gerativa, as preposições podem ser núcleos de sintagmas; e núcleos não podem ser subdivisíveis, portanto uma preposição não pode carregar marcas de gênero ou plural.

Fora do âmbito da Teoria Gerativa, autores como Rubba (1994) e Di Meola (2001) defendem que a preposição é um elemento invariável e que o resultado de seu amálgama com outros elementos deve ser chamado de *clítico*. Klaus (1999) cita Kürschner (1997) e assume que as preposições sejam *alomorfe portmanteau*. Todos estes autores notam que a preposição pode (em alguns contextos deve, senão a expressão se torna agramatical: *gosto de o cheiro de maracujá) ser amalgamada a outros elementos funcionais da oração, mas para preservar a uniformidade / homogeneidade categorial da classe das preposições, afirmam que a classe seja composta por elementos invariáveis:

O fato de que algumas preposições formam amálgamas com artigos em que há redução fonética, dá ensejo para a pergunta se as preposições podem ser tomadas como classe de palavras flexionáveis. (...) [Segundo] Kürschner (1997:85), trata-se de alomorfe portmanteau nos casos de amálgamas de preposições com artigos em que há perda fonética, de modo que a preposição possa ser considerada como sendo elemento que não admite flexão. (Klaus, 1999 – p. 227, tradução minha)

Partilhamos da concepção de Kürschner de que se trata de alomorfes portmanteau nos casos de amálgama de preposição com artigo. Em nossa opinião a característica da não-flexão é constitutiva da classe das preposições. (Klaus, 1999 – p. 104, tradução minha)³⁰

Para os fins desta dissertação não é crucial tomar partido e decidir se a preposição pode ser *flexionada* ou se o seu amálgama com outros elementos é um *clítico*. O que importa é perceber que as preposições mais gramaticalizadas podem ser amalgamadas a outros elementos funcionais e essa possibilidade é denominada de *variação* aqui.

4.2. Formas de contração divergentes

Dentre as formas divergentes da fala adulta enunciadas por R, estão “erros de concordância”, de modo geral, que podem ser subdivididos em termos de:

1. concordância de número,
2. concordância de gênero e
3. contrações.

Seguem episódios de fala ilustrativos de cada um dos três casos listados acima:

1.

(39)

M: O quê que o homem tá fazendo?

R: Tilando leite **da** vacas. [(SI)]

M: [Da, “da vacas”? E o galo?]

R: O galo faz assim: cocorocóóóóó! (R: 2;04.19)

(40)

R: (SI) faz de conta que é/ que é **dos** carro do ... de polícia, tá?

M: Dos carro de polícia?

R: Que eu tô contano!

³⁰ O original em alemão:

“Die Tatsache, dass manche Präpositionen Verschmelzungen mit Reduktionsformen eines Artikels bilden, gibt Anlass zur Frage, ob Präpositionen auch als flektierbare Wortart gelten können. (...) [Laut] Kürschner (1997: 85), handelt es sich bei den Verschmelzungen von Präpositionen mit Reduktionsformen eines Artikels um Portmanteau-Allomorphe, so dass die Präposition uneingeschränkt als unflektierbar gelten kann.”

(Klaus, 1999: 227)

“Wir teilen der Auffassung Kürschners, dass es sich bei den Verschmelzungen um Portmanteau-Allomorphe handelt. Die Eigenschaft der Nichtflektierbarkeit ist unserer Meinung nach für alle Präpositionen konstitutiv.”

(Klaus, 1999: 104).

M: Vai, manda vê! (R: 3;01.10)

Foram escolhidos os dois únicos modos possíveis de não concordar o amálgama da preposição com o determinante do sintagma nominal que elas introduzem em termos de número: marcando ou apenas o amálgama ou apenas o nome. No primeiro episódio o amálgama da preposição com o artigo apresenta marcas do gênero, mas não do número do elemento que ele introduz, e no segundo episódio o amálgama da preposição com o artigo tem a marca de gênero que o nome também tem, mas a marca de número não é expressa nele, estando presente apenas no amálgama da preposição com o determinante. O total de todas as ocorrências de “erros” de flexão de número no amálgama da preposição revelou um resultado inesperado: a maior parte das ocorrências é de amálgamas de preposições com artigos que não marcam a flexão de número que o nome que elas introduzem carrega (*na duas, da vacas, no zóio, no bois, numa coisas*). Esta marcação ocorreu mais frequentemente do que a marcação esperada, em que o determinante é o único portador de marca de plural (*dos carro, nas casa*), já que este tipo de recurso é recorrente no português coloquial e é usado em alguns dialetos:

Os homem bom e justo tudo vai pro céu

ao invés de

Os homens bons e justos todos vão para o céu,

ou ainda a variante regional (do interior de Minas Gerais, segundo se tem notícia)

Ques livro você comprou na Feira do Livro?

ao invés de

Que livros você comprou na Feira do Livro?

Uma ressalva deve ser feita ainda no tocante ao recorte que a criança faz das unidades lingüísticas. A criança não tem a palavra escrita e os espaços em branco entre uma palavra e outra como apoio para recortar unidades lingüísticas significativas. A criança recorta unidades da cadeia sonora que ouve de seu interlocutor, e este recorte pode ser diferente do recorte que adultos letrados fariam. Assim, tem-se registros de crianças que recortam fragmentos discursivos da fala do outro, como “*oquêqui*” (O quê que ...) como uma unidade, ou ainda “*temque*” (Tem que ...). Neste mesmo sentido, é possível que a criança tenha recortado *zóio* como sendo uma unidade de sentido, deixando o seu determinante sem a marca de plural: *outo zóio*. É possível ainda que o/a transcritor/a tenha feito este recorte, que na fala da criança aparece como um bloco *outozóio*. Qualquer que tenha sido o

recorte feito pela criança ou pelo/a transcritor/a, o amálgama da preposição com o artigo que introduz *outo zóio* não é flexionado de acordo com o número do nome que ela introduz:

(41)

(R brincando com o estojo de maquiagem)

M: Ai, isso também é sombra, deixa eu vê.

R: Eu vi.

M: Hum! É outra sombra. Mas você já tá com uma. Eu vou passar ne mim, quer ver?

R: Eu vou passá **ne** mim.

M: Ó.

R: Eu vou passá **ne** mim.

M: Fiquei bonita!

R: Passa **no** outo zóio.

M: Ah, no outro, no outro zólho. Isso! Ótimo! Passa, vai passando.

R: **No** meu.

M: No seu? ... Hum.

(R: 2;04.26)

Pode-se especular que R esteja usando aqui a forma plural *zóio* ao invés de usar a forma singular *olho*, como indica a fala da mãe, que repete *no outro zólho*, sem retirar do nome as marcas de plural que a preposição amalgamada ao determinante não possui. Note-se ainda que a mãe repete, em tom de pergunta, as falas de R em que não há concordância de número nos dois primeiros episódios apresentados acima e repete a fala de R em que não há concordância de número no terceiro episódio.

2.

(17)

R: Depois eu ponho **no** bulaquinha tchiiih!

M: Buraquinho do posto?

R: [Tsiih!]

M: [Tá enchendo] a, a (SI), o carro de gasolina?

R: Tsiih! ... Depois **no** eseu seu, esse eu ponho **no** seu. Tsiih! ... tsiih Vô pô **no** bulaquinho.

(R: 2;06.19)

(18)

R: **Na** festa, né, Lela, **na**quela festa di ontem ... de oooontem ... sabe o que aconteceu?

D: Onte/ de ontem?

R: A amiga da mamãe falou assim: (MIA) pronto, ela vai fazê xixi, pô pijama, **i pa carra, i po carra** e ... êh ... ah ... ê ... e o amigo da mamãe errô, e a mamãe falô: não/ não/ não/ não é pra Raquel ir fazer xixi, pô pijama e ir **pra** cama.

D: (rindo) ai, que engraçado.

(R: 4;08.05)

Nestes dois episódios, que já foram apresentados no segundo capítulo, as marcas de número são as mesmas no amálgama da preposição com o artigo e no nome que ele introduz, mas as marcas de gênero são divergentes. Em ambos os episódios o amálgama da preposição tem a marca de gênero masculino do substantivo que ele introduz, que teve seu gênero alterado. No segundo episódio de fala de R, aconteceu uma reformulação do gênero no amálgama da preposição, mas o gênero do substantivo subsequente à preposição se manteve alterado. É de se notar que estas duas únicas formas divergentes de concordância de gênero se deram porque o núcleo do sintagma nominal que a preposição introduz teve seu gênero alterado (*bulaquinha* e *carra*). O amálgama da preposição com o artigo contém a marca do gênero original do nome que ele introduz.

3.

(42)

D: Ah, eu tô em Japão.

M: No Japão?

D: É.

M: Noooooossa, ma/ muito mais longe!

R: Ah, não, tava **em** Rio de Janeiro.

M: Então vai, faz ginástica aí com a sua filha. (R: 3;07.16)

(43)

M: O quê que você tá fazendo quando você faz “tááááh!”, o quê que é? ... Hein? O quê que é, quando você faz “tááááh!”, o quê que é?

R: Ah! Não vou bincá disso, vamo bincá **de** ca/ vamo bincá **de/ de** isso?
(R: 2;09.01)

Nestes dois episódios a contração do artigo do sintagma nominal que a preposição introduz com a preposição não ocorreu. No primeiro episódio R precisava saber se o nome do local que ela usou aceita artigo ou não (*eu moro em Florianópolis / eu fico no Rio de Janeiro*). Um olhar sobre os dados de R revela que há uma certa instabilidade quanto aos artigos de nomes de localizações geográficas: foram computados um **na** *Araraquara*, um **no** *Santos*, três **em** *Japão* e um **em** *Rio de Janeiro*. À procura de uma sistematização do emprego de artigos para nomes de localidades, foi-se à gramática de Bechara (1967), mas logo se percebeu que o método utilizado na gramática não é explicativo, mas sim “exemplificativo”:

b) Constuma aparecer ao lado de certos nomes próprios geográficos, principalmente os que denotam países, oceanos, rios, montanhas, ilhas:

a Suécia, o Atlântico, o Amazonas, os Andes, a Groenlândia.

Entre nós, dispensam artigos os nomes dos seguintes estados: Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco e Sergipe.

NOTA: Não se acompanham de artigo as denominações geográficas formadas com nomes ou com adjetivos: São Paulo, Belo Horizonte.

Quanto às cidades, geralmente prescindem de artigo. Há, contudo, exceções devidas à influência de seu primitivo valor de substantivo comum: **a** Bahia, **o** Rio de Janeiro, **o** Porto, etc. Continuando a prática de outros idiomas que, por sua vez, se inspiram no árabe **el-Kahira** (a Vitoriosa), dizemos com artigo **o** Cairo.

Recife sempre se disse acompanhado de artigo: **o** Recife. Modernamente, pode dispensá-lo. **Aracaju**, capital de Sergipe, conhece a mesma liberdade. (Bechara, 1967 - 303-304)

Parece que o emprego dos artigos em nomes de localidades é arbitrário, o que se reflete na fala da criança, que os emprega aleatoriamente.

O segundo episódio de R apresenta um outro caso de contração da preposição não realizada. *Brincar de* isso deveria ser reduzido: *brincar disso*, já que neste caso a preposição deve ser contraída com o pronome demonstrativo que a sucede. Nestes dois episódios transcritos acima, R manteve invariáveis duas preposições que deveriam ter sido contraídas com outros itens lexicais, segundo as normas da língua portuguesa.

Foram computadas três formas de contração que em princípio são legítimas e mesmo exigidas pela gramática: o amálgama da preposição **de** com o artigo definido do nome que ela introduz. No entanto, estas contrações se mostraram idiossincráticas na fala de R. Este tipo de formas divergentes causa estranhamento, porque não era previsto que pudessem ser inaceitáveis:

(44)

R: Manhêêêê? Num quero mais brincá dos bichos (MIA) quero brincá do Playmobil.
M: Num tem Playmobil aqui. (R: 4;00.24)

(45)

M: A lâ vem do carneiro.
AG: É.
M: Né, Quel?
R: Teeem lá no meu brinquedinho que eu ganhei do meu aniversário, né?!
(R: 4;05.04)

Brincar de bichos, *de Playmobil* e *ganhar de aniversário* são perfeitamente aceitáveis, mas quando a preposição **de** é amalgamada ao artigo dos adjuntos que ela introduz, as construções causam

estranhamento. *Brincar* é um verbo monovalente, que, como foi observado a partir dos dados de R, aceita quatro tipos de adjuntos: **com** [pessoa], **com** [brinquedo], **de** [oração infinitiva] e **de** [brincadeira]. A preposição **de** não será contraída com outro item lingüístico em nenhum dos casos: **brincar da casinha*, **brincar do esconder*. O mesmo se aplica ao verbo *ganhar*. Se o verbo tiver o sentido de “receber”, ele será trivalente, ou seja, terá a estrutura argumental: *alguém*(1) ganha *algo*(2) [**de** *alguém*](3). Se a preposição introduzir um argumento do verbo, então ela será amalgamada com o artigo do elemento que ela introduz:

Ganhei um livro da minha mãe.

Se o elemento que a preposição introduz não for um argumento do verbo, mas um adjunto, então ela não será amalgamada ao determinante do sintagma nominal:

Ganhei estas rosas de presente (o presente)

Ganhei uma bicicleta de Natal (o Natal)

Ganhei um sorriso de manhã. (a manhã)

A distinção entre advérbios e substantivos pode ser bastante sutil (os advérbios: *ouço música de manhã* funcionam como substantivos quando introduzidos por um determinante: *a manhã está linda*) e parece que é possível aproximar advérbios de adjuntos quando se tiver em mente a variação da preposição. A preposição poderá ser amalgamada a determinantes que introduzem argumentos do verbo, mas não a determinantes que introduzem seus adjuntos. Como advérbios não são introduzidos por determinantes, não haverá amálgama possível. Tem-se assim *viajar de noite*, não *da noite*, *acordar de madrugada*, não *da madrugada*, *dormir de dia*, não *do dia*, e, surpreendentemente confirmando a regra, *passar de cinco horas*, não *das cinco horas*:

(46)

(As sessões de gravação sempre terminam às cinco da tarde)

R: Uuué, mã, jááá passô di/ di ciinco, mã?!

M: (SI) desligava ... deixa eu ver.

R: Já passô, óh. (R: 4;05.14)

Houve um caso excepcional em que não houve nem a contração da preposição com o artigo do sintagma nominal, nem a concordância do gênero do substantivo (que foi alterado) com o gênero do seu artigo:

(47)

R: Cadê o ca/ aquele cassorinho banco?

(algo cai)

M: Tava lá em cima e caiu (ri)

R: Não, aquele cachorrinho branco ... Cadê?

M: Ei! Será que num é este?

R: Num é não. Aquele? Aquele que foi pa a Unicampo, aquele ... aquele? (insiste)

M: Ah! Que tava na caixa de brinquedo?

R: É.

(R: 2;06.12)

A contração de **para** com o artigo **a** era esperada neste contexto, porque no registro de fala coloquial este tipo de contração (**pra**) é usual. O gênero de *Unicamp* foi alterado e agora é masculino: *Unicampo*, mas o seu determinante continua feminino: *a Unicampo*.³¹

Em suma, foi possível observar, através dos dados de R que somente as preposições mais gramaticalizadas podem ser amalgamadas com outros itens lingüísticos, quando estes itens forem determinantes de argumentos do verbo. Quando a preposição intermediar entre o verbo e um adjunto ou advérbio, a preposição que poderia, a princípio ser contraída com o determinante do adjunto, não será amalgamada com ele.

4.3. Preposition-stranding

A variação da preposição é um fenômeno bastante relevante para o estudo desta partícula relacional, porque através dela e das formas divergentes de contração observadas na fala de R pode-se perceber regularidades de funcionamento que dizem respeito a outros fenômenos da língua, como por exemplo qual tipo de nome de lugar é precedido de artigo e qual não. Pode-se notar que o amálgama da preposição com o determinante do adjunto não é possível, além de se poder pensar em processos de gramaticalização. A discussão sobre a forma das preposições pode levar à descrição de outros fenômenos ainda, inimagináveis para falantes de português, como por exemplo a *preposição*

³¹ Soube-se recentemente que nos dados das crianças documentadas no Projeto de Aquisição disponíveis no CEDAE, o vocábulo *Unicampo* é recorrente. Este fato foi atribuído ao uso deste vocábulo pelas faxineiras, empregadas e diaristas que trabalhavam nas casas destas crianças e que deve ter influenciado a fala das crianças. Este fenômeno pode ser explicado por várias maneiras, duas delas são: não há, em português, palavras terminadas em -p, salvo em nomes próprios. É comum que as consoantes sejam intercaladas com vogais em português, portanto uma vogal preenche este espaço vazio: *Unicampo*. Poderia ser a vogal - i, como acontece em “*bóti dógu*”. Outra explicação seria a busca por um sentido: assim como *sustar* (um cheque) não faz sentido para muitas pessoas, é comum ouvir-se falar em “*assustar um cheque*”. *Camp*

desacompanhada. Salles (2003) discute este fenômeno, relacionando-o à possibilidade da preposição ser contraída com artigos definidos.

Nas línguas em que não há possibilidade de acontecer esse tipo de amálgama, as preposições podem aparecer órfãs (desacompanhadas, ou ainda *stranded*), ao passo que naquelas em que a contração ou combinação acontece, há o que os gerativistas chamam de “carreamento”, ou *pied-piping*. *Preposition stranding* é um fenômeno marcado que pode acontecer sob certas condições sintáticas específicas, nas seguintes línguas, de acordo com a bibliografia consultada:

Inglês³², holandês³³, islandês³⁴, línguas escandinavas, em algumas línguas Kru da Costa do Marfim¹⁵, francês da ilha de Prince Edward³⁵ e, como foi provado recentemente³⁶, em polonês.

Serão apresentados dois exemplos de *preposition stranding* em inglês, por ser esta a língua mais familiar (ao menos para a autora) das línguas em que este fenômeno pode ser observado. Os complementos que as preposições introduziriam estão deslocados:

*This is the girl I was talking **about** ϕ .*

*Here is the paper I was looking **for** ϕ !*

Este deslocamento do objeto indireto, deixando a preposição *desacompanhada*, somente é possível porque o amálgama entre a preposição e o pronome ou determinante do sintagma nominal não procede.

As preposições mais gramaticalizadas da língua portuguesa não poderiam se tornar independentes, porque estão morfologicamente presas ao pronome ou determinante do sintagma nominal que introduzem. Por esta lógica não poderá haver *preposition stranding* em português com as preposições **a/ com/ de/ em/ para/ por**, porque elas são passíveis de contração e/ou combinação com pronomes ou artigos.

Desvinculando-se de Salles, há contextos específicos em que a preposição pode aparecer *desacompanhada* de complemento imediato em português:

igualmente não faz sentido para essas pessoas, ao passo que *campo* tem um referente no mundo. Assim os brasileiros se divertem com “*açúcar mascado*”, “*açúcar mais caro*” (*açúcar mascavo*) e “*cebolas afogadas*” (*cebolas refogadas*).

³² O primeiro a teorizar sobre o fenômeno foi Hornstein (1981), em inglês.

³³ Segundo Zwatts (1997).

³⁴ Segundo Maling & Zaenen (1985).

³⁵ Segundo King & Roberge (1990).

*Aquele moço que eu comentei e falei **sobre**, vem aí.*

*Dinheiro eu não posso ficar **sem**.*

Sobre e **sem** são preposições pouco gramaticalizadas, portanto não são contraídas com artigos e/ou pronomes. Estas não são, contudo, as únicas preposições que podem aparecer desacompanhadas: *Ainda não terminei o trabalho, mas estou em vias **de**.* Aqui se tem o caso de uma oração infinitiva que não possui determinante ao qual a preposição pudesse ser amalgamada. Nos três exemplos o objeto do verbo que deveria ser introduzido pela preposição numa construção canônica está deslocado para o início da sentença. É possível que se descreva estes três exemplos como casos de *preposition stranding* em português.

Além do mais, já foi mencionado o caso de **contra** e **até** no capítulo anterior, que podem aparecer como *formas livres*, o que é um pouco diferente de *preposition-stranding*, já que as preposições não introduzem objeto algum, sendo apenas constitutivas de expressões cristalizadas, convencionadas pelo uso:

*Sou **contra**!*

*Falou, falou, falou **até**!*

Estes contextos específicos fazem com que a preposição não tenha um complemento imediato depois de si e esteja desacompanhada.

³⁶ Segundo Breul (2000).

5. Transitividade e valência

Neste capítulo serão abordadas questões de *transitividade* atreladas à noção de *valência*. Não existe apenas uma definição do termo *transitividade*, porque este fenômeno pode ser detectado em níveis diferentes: no verbo - que é a abordagem preferida pelos gramáticos - e na oração e discurso, nível escolhido por muitos lingüistas.

Halliday (1967) foi - segundo se tem notícia - o primeiro lingüista a escrever sobre a transitividade em nível discursivo. Como para este autor a transitividade não é uma categoria, mas um *continuum*, uma rede de sistemas, ele estabelece relações entre *transitividade*, *voz* e *tema*. Assim a transitividade não é faculdade exclusiva do verbo, mas afeta a oração e é pragmaticamente determinada. Halliday, que descreve fenômenos lingüísticos a partir da noção de sistemas, atenta para o fato de que os termos “intransitivo” e “transitivo” são de natureza estrutural, o que significa que se na estrutura da oração não houver um complemento para o verbo, a estrutura será intransitiva, mas o sistema continua sendo o *sistema de transitividade*.

Hopper & Thompson (1980) são os primeiros lingüistas que aplicam a idéia da transitividade como um *continuum*, estabelecendo níveis de gradiência de transitividade: uma oração pode ter alta ou baixa transitividade. Dez parâmetros elencados por eles (participantes, cinesa, aspecto, pontualidade, volição, afirmatividade, modo, agentividade, afetação do objeto e individuação do objeto) serviriam de critérios para se medir o grau de transitividade de uma oração. Os dez parâmetros já foram largamente criticados e foram sugeridos reparos à Hipótese da Transitividade destes autores. Interessante para este trabalho, porém, é a idéia de que a transitividade se dá em níveis de graduação diferentes e que a criança pode estar se movendo entre os diferentes graus quando produz “formas divergentes”.

Bittencourt (1987) é uma autora que, antes de aprofundar seu estudo, apresenta uma resenha sobre como os autores tratam a transitividade. Ela contrasta a Hipótese da Transitividade de Hopper & Thompson com a Causação Direta de Lakoff & Johnson (1980). Esta última trata da projeção do verbo sobre o objeto em nível semântico. Causação Direta é tratada pelos autores como sendo um conceito básico do ser humano, um primitivo semântico. Como a análise de Lakoff se dá em nível cognitivo e semântico, não sintático, considerou-se que esta abordagem não é, a princípio, um instrumento apropriado para a investigação do funcionamento da preposição ligada a verbos na fala de uma criança em processo de aquisição de linguagem.

Gurpillares (1986) faz uma resenha sobre como o conceito da transitividade é tratado por gramáticos e lingüistas, e sua lista de pesquisados inclui os seguintes nomes: Bechara, Cunha, Lima e Luft de um lado e de outro Fillmore, Halliday, Lyons, Câmara Jr. e Tesnière. A autora constata que os lingüistas apontam para a valência verbal quando tratam da transitividade, ou seja, apontam para a estrutura semântica do verbo; enquanto os gramáticos afirmam, sem recorrer à noção de valência, que intransitivo é o verbo completo, auto-suficiente, em oposição aos transitivos, que são aqueles que precisam ser completados segundo critérios semânticos. Para distinguir transitivos diretos de indiretos, os gramáticos fazem uso de critérios sintáticos: a presença ou ausência da preposição determina se são indiretos ou diretos. Os lingüistas que ela consultou não distinguem verbos transitivos diretos de indiretos, apenas diferenciam verbos transitivos de intransitivos.

Hernández (1990) apresenta uma resenha sobre a transitividade do ponto de vista diacrônico. O autor aponta para o fato de haver já no século II, no Tratado de Sintaxe de Apolonio Díscolo a classificação de verbos transitivos e intransitivos. Os verbos auto-suficientes que não requerem uma determinação são os intransitivos e os transitivos são aqueles que indicam ações incompletas que precisam ser determinadas.

La definición etimológica de una y otra clase de verbos es transparente; en el verbo transitivo la acción se proyecta sobre el objeto, mientras en el intransitivo se circunscribe al ámbito del sujeto. (Hernández, 1990 – p. 2)

(...) Pues si, como hemos dicho, el verbo transitivo exige una determinación sintáctica porque es semánticamente incompleto, lo de menos es la forma directa o indirecta en que esa determinación se una al verbo; lo importante es que se trata del primer complemento requerido por el verbo (Secchey 1926, pág. 80).

1.2.4 La transitividad se asocia íntimamente a la noción de valencia; no en vano se ha definido (Vernay 1980, pág. 159) como un proceso que establece una predicación inmediata entre un “actante casual” (el sujeto) y un “actante final” (el objeto). El criterio de valencias parece un método adecuado para superar el análisis intuitivo de los usos transitivos, intransitivos y absolutos (Pinkster 1985, pág. 164). Según Tesnière (1969, págs. 240 y sigs.), el verbo intransitivo es esencialmente monovalente (...) en tanto que el transitivo es divalente (...) o trivalente (...). (Hernández, 1990 – p. 3)

Este não é o único autor, ao lado dos mencionados por Gurpillares que relaciona diretamente a transitividade com a valência do verbo. Pode-se mencionar ainda Magier (1987) e Krämer & Wunderlich (1999) que relacionam a transitividade - uma propriedade sintática do verbo - com o conceito semântico de valência verbal em nível frasal e discursivo. Nesta relação a presença ou não da preposição não é considerada, porque o que importa é saturar os espaços abertos pelo verbo, desconsiderando-se a forma sintática destes argumentos (sujeito e objetos direto e/ou indireto).

Para este estudo, porém, é relevante relacionar a preposição e inclusive sua posição na sentença a fenômenos de transitividade e valência.

Magier, ao estudar a transitividade prototípica com base em hindi, nota que uma certa preposição, que merece especial atenção do autor, sempre introduz o terceiro argumento de verbos trivalentes. Haiman (1982: 193) confirma a hierarquia postulada por Keenan & Comrie (1977)³⁷ de que o papel temático denominado de *beneficiário* (introduzido por preposição) sempre ocupará a posição do terceiro argumento e afirma de seus dados em hua que seria uma surpresa encontrar dados em que o *beneficiário* (objeto indireto introduzido pela preposição **para**) antecederesse o objeto direto do verbo. Cook (1976) realizou um experimento com crianças para testar se a ordem V OD OI é a preferida ou se as crianças privilegiam a ordem V OI OD. Seus resultados mostram que as crianças preferem a ordem V OD OI, em que o terceiro argumento do verbo é preposicionado.

5.1 Hipóteses

Pretende-se confirmar as hipóteses de Cook (1976), Haiman (1982), Magier (1987) e Borba (1996), acerca da posição das preposições na estrutura argumental de um verbo; e criar novas hipóteses que concernem a seleção da preposição.

Um olhar mais detido sobre os dados de R revelará que os verbos com valência três possuem como terceiro argumento um objeto preposicionado. Dentre as preposições introdutoras de argumentos foram selecionados os seguintes verbos trivalentes com as suas preposições e o número de ocorrências no *corpus* total de R:

Chamar **de** (1), contar **para** (33), dar *banho em* (4), dar **para** (65), dar *um soco em* (1), dar *um tapa em* (4), dar *um beijo em* (1), dar *um murro em* (1), emprestar **para** (6), encher **de** (2), esconder **de** (3), estar/ ficar *brava com* (3), fazer “*companias*” **com** (1), ganhar **de** (2), jogar **com** (1), mandar **para** (4), mostrar **para** (2), mudar **para** (2), pedir **para** (8), perguntar **para** (11), roubar **de** (1), tomar *conta de* (1), trocar **com** (1), vender **para** (2).

As palavras em itálico correspondem ao segundo argumento do verbo, conferindo aos verbos *dar/ estar/ ficar/ tomar* o estatuto conhecido na literatura como “verbos leves” ou “verbos suporte”. Verbos leves podem formar estruturas equivalentes a verbos plenos, mas as duas formas paralelas

não são intercambiáveis entre si, como apontam Ilari & Basso (2005), em exemplos como *fazer xixi* e *urinar/ mijar*, porque os três termos pertencem a registros de variantes lingüísticas diferentes. Como nota Lyons (1977), a diferença entre verbos plenos e seus verbos leves, além de pragmática, é estrutural: ao criar um verbo leve, aumenta-se-lhe a valência. *Dar [um soco](2) [em alguém](3)* é um exemplo em que o verbo tem valência três. *Socar [alguém](2)*, seu equivalente, tem valência dois³⁸.

Lembrando que em língua portuguesa não há dois objetos diretos ligados simultaneamente a um mesmo verbo, e considerando as afirmações de Cook (1976), Haiman (1982), Magier (1987) e Borba (1996), pode-se comprovar então a hipótese de que todo terceiro argumento do verbo será necessariamente preposicionado. Contudo, isto não significa que a preposição somente será introdutora do terceiro argumento do verbo, afinal há verbos bivalentes como por exemplo *acreditar*, *gostar* e *cuidar* que são de valência dois, cujo objeto é necessariamente preposicionado. Seguindo a diagramação de Borba apresentada no capítulo (3), pode-se confirmar que alguns verbos bivalentes têm seu segundo argumento introduzido por preposição.

Quanto aos verbos que a gramática tradicional considera como sendo intransitivos, que não necessitam de informações adicionais para terem seu significado explicitado, mas podem ser especificados através de adjuntos, pode-se dizer que os adjuntos que não forem advérbios serão introduzidos por preposições. Tem-se assim, intuitivamente:

Gasparzinho gritou de manhã em que a preposição introduz uma informação temporal.

Gasparzinho gritou ontem em que não há preposição introduzindo o adjunto adverbial de tempo.

Gargamel caiu no chão em que a preposição introduz uma informação sobre espaço.

Gargamel caiu aqui em que não há preposição introduzindo o adjunto adverbial de espaço.

Isso sai com óleo Johnson em que a preposição introduz uma informação de modo.

Isso sai assim em que não há preposição introduzindo o adjunto adverbial de modo.

Pinóquio mente pra todo mundo em que a preposição introduz um *experienciador*.

Pinóquio mente muito em que não há um segundo participante.

Peter Pan nada com a Sininho em que há preposição introduzindo um *experienciador*.

Peter Pan nada muito em que não há um *experienciador*.

Há, contudo, estudos como o de Gurpilhares (1986) que questionam a classificação dos verbos intransitivos que a gramática tradicional atribui aos verbos de movimento/ deslocamento

³⁷ Citado em Haiman (1982).

(que são, em sua maioria, intransitivos). Se o verbo não for considerado como sendo intransitivo, então sua especificação locativa será parte integrante da estrutura argumental do verbo. Pelo simples fato de existir este tipo de discussão, é possível perceber o quanto é complicado alojar fatos de língua em categorias estanques.

Independentemente de como se classificam os verbos (transitivos ou intransitivos), é preciso notar que eles abrem um espaço sintático para sintagmas preposicionados, que por sua vez funcionam como argumentos ou adjuntos do verbo. Verbos transitivos com valência dois podem ter argumentos preposicionados e quando o verbo transitivo tem valência três, a terceira valência será preenchida por um argumento preposicionado. Resta investigar que tipo de preposições ocupam estas posições e qual elemento da sentença as seleciona. Para tanto, optou-se por analisar dados em que há ausências e excessos de preposições, porque se acredita que as formas divergentes de produção da criança apontam para o funcionamento de um determinado sistema. As ocorrências em que há ausências e excessos de preposições são consideradas como sendo formas divergentes justamente porque lhes falta uma preposição marcando o objeto indireto ou porque há lá uma preposição não prevista pela estrutura argumental do verbo. Vale lembrar que os dados de R em que há ausências e excessos de preposições serão tomados como indício de que a criança está na segunda posição das três postuladas por De Lemos (2002), que é a posição em que a criança deforma a linguagem, muitas vezes mostrando-se insensível às intervenções de sua interlocutora que possam eventualmente chamar a atenção da criança para as suas construções divergentes.

5.2. Ausências como instrumento para avaliar as hipóteses

a) Quando o verbo transitivo tem valência três, a terceira valência será preenchida por um argumento preposicionado.

Na fala da criança esta norma não se fixa de imediato. A criança transita entre formas transitivas, preenchendo a terceira valência do verbo com um argumento preposicionado ou não:

³⁸ Para maiores esclarecimentos sobre as razões para se separar uma classe chamada de “verbos leves” ou “suporte” da classe dos verbos plenos, conferir Ilari & Basso (2005).

(48)

R: **Esse ága.**

M: Ahn?

R: Énse.

M: Enchê de água?

R: É.

(R: 1;08.25)

(49)

R: Essê.

M: Vai encher o balde.

R: **Enessê aleia.**

M: Com quem cê brinca de encher o balde? Com a Nair?

R: É.

(R: 1;08.25)

(50)

(Ainda não se descobriu onde Toninha guardou o livro de estorinhas)

M: Quem tá aí, será? Toninha? Ah, não, é o papai.

R: De/ de deisa eu **perguntá papai** hã, **pa** Tô, a Toninha pois a estora.

(R: 2;03.06)

Estes são os únicos episódios de fala de R em que o terceiro argumento do verbo não é introduzido por preposição, como previsto na hipótese acima. O segundo argumento não é preenchido em nenhum dos episódios, mas está presente na estrutura argumental dos verbos: *Alguém*(1) enche [*um recipiente*](2) [*de alguma coisa*](3) e *Alguém*(1) pergunta [*alguma coisa*](2) [*para alguém*](3). Estas estruturas semânticas são realizadas sintaticamente, na fala de R:

Enche [ϕ](2) [ϕ alguma coisa](3) e

Pergunta [ϕ](2) [ϕ alguém](3), sem que a transitividade dos verbos seja alterada.

Apenas dois verbos trivalentes em que a preposição do terceiro argumento foi elidida foram encontrados no *corpus* de R: *encher* e *perguntar*. Quando um verbo tem três argumentos, não é a ordem das palavras na sentença que distingue o segundo do terceiro argumento. Se a ordem fosse responsável por esta diferenciação, então haveria confusões semânticas toda vez que o segundo argumento fosse elidido (o que é perfeitamente possível: *Super Mouse ainda não contou ϕ para a Formiga Atômica*), porque aí o terceiro argumento seria tomado como se fosse o segundo: *encher areia*. O elemento que distingue o segundo do terceiro argumento é a preposição. O contexto bloqueia as leituras *perguntar papai*(2) ou ainda *encher água*(2)/ *areia*(2) (supõe-se que R não dispõe de instrumentos para aumentar o volume de moléculas de água ou grãos de areia).

As ausências de preposições introdutoras do terceiro argumento do verbo são característica peculiar da fala da criança. Lembrando os graus de transitividade estabelecidos por Hopper & Thompson (1980), pode-se dizer que R está tratando os verbos *encher* e *perguntar* como altamente transitivos, porque R ainda está se movendo entre os diferentes graus de transitividade dispostos num *continuum*. A transitividade prototipicamente alta se dá em verbos transitivos diretos, porque neles a projeção do verbo sobre o objeto pode ser verificada linearmente: não há elementos intermediários entre o verbo e o objeto direto. Esta relação de proximidade imediata, de projeção direta da ação sobre o argumento não pode ser interpretada em *perguntar papai* e *encher água/ areia*.

b) Verbos transitivos com valência dois podem ter argumentos preposicionados

Contemplando os dados de R, pode-se observar que a ausência de preposições é mais freqüente em verbos de valência dois, em que o segundo argumento é preposicionado e quando o verbo se combina com um verbo não finito do que em verbos trivalentes. Segue uma amostra de verbos com valência dois que selecionariam um argumento preposicionado, e que tomam, na fala de R, seus argumentos como se fossem objetos diretos. Será apresentada também uma ilustração de verbos que selecionam verbos não finitos por intermédio de uma preposição. Estes últimos verbos seriam de valência dois (o agente é um argumento e a oração infinitiva introduzida por preposição é o outro argumento).

(51)

(Com um livro ilustrado na mão, apontando para as figuras)

R: Aqui. Aqui.

M: O menino?

R: Mininu.

M: Que menino bravo, né? (vira a página) Ói o cavalo aqui de novo.

R: Adê u mininu?

M: O menino?

R: Adê u mininu?

M: O menino?

R: É.

M: Ói. (aponta para a figura do menino)

R: U mininu não. (Bate na revista, irritada) Num gótu mininu.

(R: 1;09.08)

(33)

(R e M tocando xilofone)

- R: Ficou muito barulho?
 M: Não, não faz mal. Pode fazer barulho (ri).
 R: Não gosto **de** barulho, não.
 M: Mas por quê?
 R: Poque **pichiza uma coisa** aqui.
 M: O quê que precisa? (R: 2;03.28)

(52)

- R: Menina acreditoou.
 M: E daí?
 R: Daíí (MIA) ele falou que toooodo mundo **acredita as coisa** deeeele.
 M: ãh?
 R: Tô fazendo a estória.
 M: E daí? (R: 4;04.10)

Estes verbos bivalentes com um argumento preposicionado são tratados como se tivessem objetos diretos. A ausência da preposição provoca alterações semânticas: ou a oração não é interpretada como sendo aceitável, ou o sentido atribuído ao verbo é alterado (*precisar de ajuda* e *precisar uma data* são unidades semânticas diferentes sob a mesma forma *precisar*); e pode provocar alterações sintáticas: o que deveria ser um objeto indireto é realizado como objeto direto. Contudo, a pergunta da mãe evidencia que o verbo *precisar* não sofreu alterações semânticas. Se as orações infinitivas realmente tiverem um *status* nominal, como é postulado pela gramática tradicional e assumido por Perroni (1999), mas polemizado por Gorski (2000), então o mesmo vale para as orações em que o verbo tem como segundo argumento um verbo não finito introduzido por preposição: o verbo principal toma como segundo argumento a oração infinitiva e não admitirá um terceiro argumento preposicionado

(53)

- M: [É mamãe] é mamãe do, do, do cisne, né?
 R: [É.]
 M: [É.]
 R: É mamãe do cisne. Eu apendi **a** montá.
 M: Você aprendeu?
 R: [I/ i/ i eu hã/ e esse daqui?]
 M: [(SI)]
 R: E, e o filhotinho.
 M: É. (SI)
 R: Que bonitinho, né?
 M: Uma graça, menina, um barato, né?
 R: E/ eu **aprendi montá**. (R: 2;03.28)

(54)

M: Raquel, eu quero saber uma coisa, vem cá, vem cá, vou te perguntar uma coisa ... Vem cá, Raquel.

R: (SI) ajuda eu tilá os brinquedos **daqui**.

M: Tirar da sacola? Vai, então tira. (R: 2;08.24)

(55)

(M tenta descobrir quem ensinou R a fazer balão)

M: Quem te ensinou?

R: (tosse) Mh, ninguém. Ninguém me ensinô fazê isso.

M: E agora, quê cê tá fazendo? (R: 2;09.30)

(56)

M: Batê um papo, né?! Em vez de brincar com os brinquedinhos?

R: Vamo.

M: Ãããããh.

R: Você queeee ... que começô primeiro, você que começou falá.

M: Começou falá o quê?

R: Falá coisa, não fui eu, não, tava quietinha, balançano ... foi você que começou falá.

M: Mas falá o quê?

R: Falá coisa, né, batê um papo.

M: Sim, então. Vamo batê um papinho hoje em vez de brincar.

R: Mais, mais cê começô, cê começô a falá, viu?!

M: Eu comecei então, e cê tava quietinha, balançando.

(R: 3;02.13)

Apenas uma amostra dos verbos de duas valências com argumentos preposicionados foi apresentada aqui, mas mesmo nestes poucos dados é possível perceber que não é a estrutura argumental a ser abalada pela ausência da preposição, mas sim a forma sintática: o que seria um objeto indireto é realizado como objeto direto (*gostar menino, estar dor, precisar uma coisa e acreditar as coisa*). A transitividade destes verbos não é afetada: eles continuam sendo transitivos, mas a estrutura sintática de seus argumentos é abalada, implicando uma mudança de sentido do verbo. Ou a sentença causa estranhamento, ou a mesma forma verbal assume um valor semântico diferente (*precisar uma coisa*). Quando o verbo *precisar* tiver como argumento um objeto direto (*precisar uma data*) ele significa “definir com precisão, acuidade” e quando ele tiver como argumento um objeto indireto (*precisar de ajuda*), então ele assumirá o sentido de “necessitar”. Há, portanto, verbos com valência dois que têm

o segundo argumento introduzido por preposição, cuja ausência ou presença é semântica e sintaticamente relevante para a interpretação da sentença.

É ainda possível observar que os verbos bivalentes formam uma unidade de sentido juntamente com suas preposições. Estas preposições não são aleatórias, nem há muitas concorrentes para um mesmo verbo, e pode-se dizer que estas preposições têm sua escolha restrita pelo verbo. Esta restrição coloca como candidatas a introdutoras de segundo argumento, seja ele um SN ou um SV, as preposições mais gramaticalizadas. Dois exemplos são *torcer* [*um pano de chão*] e *torcer* [*pelos/pro Corinthians*] e ainda *mandar* [*uma carta*] e *mandar* [*em todo mundo*]. Pode-se observar que verbos bivalentes como *gostar de*, *cuidar de*, *acreditar em* e outros mais não selecionam outra preposição a não ser esta, das quais aparecem acompanhados. Da mesma maneira, quando introduzem orações infinitivas, é sempre uma mesma preposição que se liga a determinado verbo (*começar a*, *parar de*, *continuar a*, *aprender a* etc.). **A**, **de** e **em** são preposições altamente gramaticalizadas que podem funcionar como introdutoras do segundo argumento do verbo.

c) Verbos intransitivos podem ter adjuntos preposicionados ou advérbios depois de si

Abaixo estão listados todos os episódios encontrados no *corpus* de R em que verbos intransitivos recebem adjuntos não preposicionados:

(57)

M: Ai! Onde é que cê vai agora?

R: **Na** Le la.

M: Na Lela? Cadê a Lela?

R: Tá. (balançando a cabeça)

M: Não tá mesmo.

R: Lela. (voz descendo)

M: Lela saiu com o papai.

R: **Sai papai?**

M: É. Saiu com o papai.

R: El sai.

M: É... saiu.

R: Sai.

(R: 1;06.03)

(58)

M: Vai nanar na casa do boi? Será que ele deixa? Pede pra ele.

R: De? Dêssaeu sê nana ... **a** casa do boi. Ele n tem boca.

- M: Ele não tem boca?
 R: E/ ele nu fala.
 M: Ele não fala?
 R: Nu fala.
 M: Ah, então ele não vai responder se ele deixa ou não deixa dormir na casa dele.
 R: El dessa! (enfática)
 M: Ele deixa. Será que ele deixa?
 R: Dêssa.
 M: Então vai lá na casa dele nanar, uai.
 R: Dêssae/ m/ dumi ... **dumi du/ a casa** du boi. Dêssa. El nu tem boca.
 (R: 1;11.25)

(59)

- R: Cadê o pente?
 D: Ele é mulher!
 M: É mulher? Como é que você sabe? Num sei! É mulher? É. Como é que você sabe que o nenê é mulher?
 R: Ele **vem meu colo**. Pega o pente. (grita) Pega o pente! Pega o pente **pa** eu!
 D: Porque ela sama Juliana.
 (R: 2;00.26)

(60)

- M: Pronto ... Vamo, Raquel. Eu quero ouvir a história da Branca de Neve que você vai me contá. Chega de limpá o nariz. Deixa eu dobrá o lencinho.
 R: Hum. Então.
 M: Hum.
 R: O tavaló correu, correu, correu, correu, correu, correu, **correu a Banca de Neve**.
 M: Hã!
 (R: 2;01.23)

(61)

(Contando história)

- R: E esse?
 M: É o João Pilantra também.
 R: Zão Pilanta foi esquevendo, [foi (SI)]
 M: [(SI)]
 R: [Vamo, vamo virar?]
 M: Onde é que eles foram?
 R: Então ... **foi São Paulo. [Foi São Paulo]**
 M: [Ele foi em São Paulo?]
 R: São Paulo. O Zepeto levou eles.
 (R: 2;02.20)

(62)

- M: Quem chorava?
 R: Eu.
 M: Quando?
 R: Quando eu **fui pesqueilo pescá**.

- M: Quando você foi no pesqueiro pescar? Por que você chorava?
 R: Porque sim. (R: 2;02.20)

(63)

- R: Vamo **em** Jesus da Cu/ as Cruzes?
 M: [Ãh?]
 R: [Cidade]
 M: Aonde?
 R: **Vamo Jesus da Cu/ das Cruzes**, vamo? Lá!
 M: Jesus das Cruzes?
 R: É. (R: 4;09.09)

Deste grupo de verbos intransitivos que não tiveram seu adjunto introduzido por preposição deve-se destacar o primeiro episódio por dois motivos: ele está temporalmente mais afastado do segundo que os seguintes entre si e a fala da mãe tem um papel fundamental neste episódio. A criança repete fragmentos da fala da mãe que se deu imediatamente antes de sua fala. Segundo De Lemos (2002), a criança incorpora fragmentos da fala do outro, característica da primeira posição das três que a autora estabelece: as posições são relativas à **fala do outro**, à **língua** e sua **própria fala**. Os outros episódios seriam referentes à segunda posição: a relação fundamental da criança é com a língua - que ela deforma. No último episódio ainda é observável que R, no primeiro enunciado, preencheu o lugar da preposição com o elemento **em**: *Vamo em Jesus da Cu/ as Cruzes*³⁹? O espaço para a preposição está aberto no eixo sintagmático, mas a preposição selecionada no eixo paradigmático não é a esperada: **para**. Mais adiante R repete o enunciado, desta vez sem que haja, no eixo sintagmático, espaço para qualquer preposição.

Todos os adjuntos dos verbos intransitivos *sair*, *passar*, *dormir*, *vir*, *correr* e *ir* não são introduzidos de preposição. Para se especificar um verbo intransitivo, são acrescentados a ele advérbios ou adjuntos preposicionados. Isto não é o que aconteceu nos episódios de fala listados acima e o investigador tem a impressão de que a criança trata os verbos intransitivos como se fossem transitivos com valência dois, sendo que o segundo argumento seria um objeto direto. Na fala corrente, adjuntos adverbiais de lugar (*casa/ meu colo/ São Paulo*) sempre serão preposicionados, assim como os de companhia (*papai/ Branca de Neve*).

É ainda importante notar que os dados coletados compreendem um período de tempo extenso: do início do segundo ano de vida aos quase cinco anos de idade. Com esta informação,

pode-se observar que a ausência de preposições em adjuntos de verbos intransitivos e em terceiros argumentos de verbos transitivos com valência três se dá apenas num período inicial da fala da criança – exceto o último (*vamos Jesus das Cruzes*), apontando para uma mudança de relação da criança com a língua. Esta mudança não pode ser tomada como evolução ou superação de estágios, porque exatamente o último dado alistado indica que aos quase cinco anos a criança aplica, no mesmo episódio de fala, a regra de que adjuntos de lugar devem ser preposicionados, para depois desconsiderá-la. Todavia, não se pode ainda supor um “saber da língua” na criança, uma reflexividade da criança sobre sua linguagem; ou mesmo em conhecimento de categorias lingüísticas.

Quando a preposição introdutora do adjunto do verbo não é realizada na fala, como em *sai papai*, a construção poderia ser até mesmo interpretada como uma causativa sintética:

sai papai significa fazer com que papai saia

dormir a casa significa fazer com que a casa durma

vir meu colo significa fazer com que meu colo venha

correr a Branca de Neve significa fazer com que Branca de Neve corra

ir São Paulo/ pesqueiro/ Jesus das Cruzes significa fazer com que estas localidades se movam

Estas interpretações não são autorizadas pelo contexto, então pode-se inferir que *papai, casa, meu colo, Branca de Neve, São Paulo, pesqueiro* e *Jesus das Cruzes* não são argumentos do verbo. Não sendo argumentos, são adjuntos ou advérbios. Não são advérbios, mas adjuntos para os quais não foi realizado um elemento de relação que os coordenasse com o verbo intransitivo. Assim pode-se concluir que a presença ou ausência da preposição é motivo de heterogeneidade na/ da fala da criança porque a preposição sempre será introdutora de adjuntos nominais. Como o tipo de adjuntos com valor adverbial pode ser muito variado, lança-se a hipótese de que a preposição harmoniza seu conteúdo semântico com o conteúdo semântico do adjunto que introduz.

³⁹ **Jesus das Cruzes** não é nome de cidade. R refere-se a **Mogi** das Cruzes e a associação que ela faz muito provavelmente se dá via imagem: Mogi das **Cruzes** traz a imagem da cruz em que morreu **Jesus**, então o nome da cidade

5.3. Excessos como instrumento para avaliar as hipóteses

Seguem alguns episódios de fala em que há excessos de preposições. Eles não são sistematizáveis porque são singulares, ou seja, não se repetem⁴⁰. Apenas cinco excessos foram selecionados aqui a título de ilustração:

(35)

M: Ah! Eu vi uma coisa nesse pesqueiro.

R: O quê?

M: Uma coisa que chama perereca.

R: Peleleca.

M: (ri)

R: Ela pula.

M: Ela pula? Como é que cê fez nela?

R: Sutei nela e pe, pulou.

M: Chutou nela e pulou?

D: Vamo, Raquel, vamo fazê uma estada? A mamãe, eu e ela.

M: Viu, eu tô conversando com ela do pesqueiro, filhinha. E depois, e depois, o que aconteceu com a perereca?

R: Pulou.

M: E você?

R: Eu sutei ela.

M: Você chutou ela?

R: É. (R: 2;02.02)

Novamente se tem aqui a fala da mãe determinando a fala da criança. A criança, na primeira posição, segundo De Lemos (2002), incorpora fragmentos da fala do outro em sua própria fala: **Sutei nela** é induzido pela fala de M: “Como é que cê fez **nela**?”. M repete a preposição **nela** enunciada por R e mais adiante, no mesmo episódio, R enuncia **sutei ela**, sem a preposição **em**, o que M repete. Este é um belo exemplo para a observação de que as formas divergentes e os acertos co-ocorrem num mesmo episódio de fala de criança, como havia sido apontado por Figueira (2003), quando a autora discute as múltiplas direções dos erros na fala infantil. Esta simultaneidade de ocorrência de formas divergentes e acertos de uma mesma forma lingüística aponta para a

é alterado para Jesus das Cruzes.

⁴⁰ Dos 37 excessos computados, 21 são realizados pela preposição **de**, 14 pela preposição **em** e apenas dois **com** são excedentes. Note-se que estas três preposições são altamente gramaticalizadas. É possível especular que, por serem mais gramaticalizadas e portanto poderem ocorrer num número maior de contextos sintáticos, ou seja, por serem muito freqüentes, as preposições **de**, **em** e **com** e não outras são selecionadas pela criança para marcar relações entre o verbo e seus argumentos.

constatação de que a criança não tem consciência de suas produções heterogêneas, mas movimentar-se entre categorias como *erro* e *acerto*.

(64)

(R no banheiro)

R: Fica sujo.

M: Quê? Fala mais alto.

R: Molhei no papel.

M: Puxa a descarga.

(R: 3;01.10)

(65)

R: Malévala.

M: Da Malévola?

R: É. Vai pegá com livlo.

M: Eu vô pegá o livro o cê, mas quem vai contá é você! (estacando)

R: Tá.

M: Tá bom?

R: Tááá.

(R: 2;06.19)

(66)

R: É, é, é todas as minhas camisolas são bem lindas. Estaaa! **Com** foizinha?

M: Com florzinha? Ai.

R: Que bonitinha?

M: Cê viu que amor?

R: Vi.

M: Cê gostô?

R: Gostei. [Aonde que cê compô?]

M: [Bonita, né?] Eu ganhei.

R: **Do/ do** quê?

M: De quem?

R: É.

M: Da tua vó.

R: (ri) é, é um, é dum presente?

M: Dum presente!

R: Num pode abi ninguém?

M: Não. Só eu que abro (ri) ... viu?

R: ... vi.

(R: 2;07.02)

(67)

R: Eu vô te jogá ... isso daqui, viu?

M: Por quê?

R: Porque ocê falô de mal de mim.

M: Eu não falei mal de você.
 R: Falôôôô! (R: 3;01.10)

Os excessos de preposição alistados acima marcam relações espaciais (*chutei nela*, *molhar no papel*), instrumento ou modo (*pegar com o livro*), e de mais um tipo que será comentado adiante. Contudo, *chutar*, *molhar* e *pegar* não são verbos intransitivos, ou seja, admitem argumentos codificados em objetos diretos: *chutar a perereca*, *molhar o papel* e *pegar o livro*. Apesar de se estar diante de verbos transitivos diretos, pode-se interpretar que a preposição introduz adjuntos de lugar e instrumento nos episódios acima descritos. Se esta leitura for pertinente, então a hipótese de que adjuntos sob a forma de sintagmas nominais devem ser preposicionados pode ser corroborada nestes casos.

Os dois últimos episódios apresentados aqui não podem ser analisados no nível sintático ou semântico do verbo, porque o que determina a seleção da preposição excedente parece ser a sonoridade que se repete – no penúltimo episódio – *do/ do quê? De quem? Da tua vó, é dum presente*. Já no último episódio pode ter ocorrido uma antecipação da preposição: *falar mal de mim* gerou a forma *falar de mal de mim*. Outra maneira de interpretar este excesso seria pensar que houve um cruzamento das estruturas:

ficar de *mal de mim*

falar *mal de mim*

⇒ falar **de** *mal de mim*.

De maneira geral, pode-se constatar que a ausência da preposição abala a estrutura sintático-semântica de um verbo, tornando a sentença inaceitável, ao passo que aumentar ou diminuir valências (preservando a preposição) do verbo é permitido em português, sem que haja necessariamente um estranhamento por parte do ouvinte. O excesso da preposição causa estranhamento, mas não abala a estrutura sintático-semântica do verbo. Os excessos não são considerados aqui um bom material para se analisar a posição da preposição, porque na maioria dos casos a preposição excedente será posicionada imediatamente após o verbo. Os excessos podem, no entanto, apontar para a seleção das preposições mais gramaticalizadas. Apenas três preposições foram usadas em excesso, sendo que estas três são altamente gramaticalizadas: **de**, **em** e **com**. Estas preposições têm alta frequência de uso e possuem um conteúdo semântico bastante esvaziado. Acredita-se ser este o motivo pelo qual elas podem aparecer, na fala de R, em posições não previstas

pelo adulto: se seu valor semântico fosse saliente, é possível que a criança não as tivesse usado em excesso.

É preciso examinar as questões de transitividade e valência mais a fundo, para que se possa chegar a conclusões sobre a posição e seleção da preposição na estrutura de valências de um verbo e na estrutura superficial da sentença.

5.4. Mudança de transitividade

A transitividade pode ser entendida como uma propriedade sintática inerente ao verbo que somente é atualizada no uso. Esta propriedade é definida pela estrutura semântica do verbo: o número de valências que um verbo pode saturar determina se o verbo será transitivo ou intransitivo. Quando o verbo é empregado em enunciados, o número de valências de um verbo pode não ser correspondente ao número de valências da estrutura argumental do verbo. Isto explica o fato de haver verbos transitivos sendo usados como se fossem intransitivos e vice-versa, mas isto não significa que quando um verbo transitivo é usado intransitivamente (*Scoobi-Doo não estudou ontem*) a sua estrutura semântica é alterada. A estrutura argumental do verbo pode permanecer a mesma, de modo que apenas seu uso se torna intransitivo, não sua natureza. Esta alternância entre usos transitivos e intransitivos de um mesmo verbo pode ser ilustrada através de dois episódios.

Escrever é um verbo trivalente⁴¹ (*alguém*(1) escreve *algo*(2) **para** *alguém*(3)), mesmo que este *alguém* a quem se escreve seja o próprio *agente* do evento. Na fala de R existem duas ocorrências de um argumento preposicionado que poderia corresponder a este sujeito para o qual se escreve, porém, o que R pede não é que se escreva **para** ela (um texto que ela vá ler), mas sim **por** ela (isentando-a da tarefa de escrever), já que ela ainda não sabe escrever. O que R faz com o verbo *escrever* é, portanto, uma modificação na estrutura superficial do verbo. O terceiro argumento não é preenchido e não é explicitado o que será escrito, de modo que o verbo trivalente seja usado como se fosse monovalente, ou seja, intransitivo. O complemento preposicionado que vem adicionado à oração é um adjunto que se combina com outros verbos intransitivos que a criança usa intransitivamente: *lé pra mim*, *abre pra mim*, *fecha pra mim*. Em todas estas ocorrências ela pede que seu interlocutor faça algo **por** ela.

(68)

- R: Vô fazê uma coisa **pucê**, bonitchiiiiinha.
 M: O quê, meu bem?
 R: E você escreve **pra** mim, tá?
 M: Tá. (R: 4;04.01)

(69)

- R: Eu num sei escrevê, mãããe, escreve **pra** mim aqui, óh?
 (R: 4;04.23)

O movimento que R faz com estes verbos (*escrever, ler, abrir e fechar*) é de não-preenchimento de valências que implica na mudança de transitividade: os verbos transitivos são atualizados intransitivamente por não terem todas as suas valências saturadas. O sentido, porém, destes verbos cuja transitividade foi alterada, não foi comprometido. A estrutura argumental continua a mesma: *alguém*(1) escreve *algo*(2) [*para alguém*](3) **por** *alguém*, em que o segundo e terceiro argumentos não são realizados na fala, e apenas o primeiro argumento e o adjunto do verbo são realizados.

5.5. Mudança de valência

Valências são os espaços que o verbo abre a seus argumentos para que eles completem o sentido do verbo. A valência é uma propriedade semântica inerente ao verbo. Todo verbo - exceto aqueles que descrevem fenômenos meteorológicos, como *nevar, chover, trovejar* – são dotados de ao menos uma valência, um lugar vago a ser saturado por um argumento. Pode-se aumentar ou reduzir o número de valências de um verbo, como por exemplo acontece com os “verbos leves” (a valência do “verbo suporte” é maior que a do verbo que ele substitui: *dar um murro* é trivalente, enquanto *esmurrar* é bivalente). Quando uma oração infinitiva for o argumento de um verbo trivalente, o número de valências do verbo é reduzido para duas, já que o segundo argumento preposicionado impede que haja outros argumentos preposicionados para o verbo:

[*Os Piratas do Tietê*](1) *estão ensinando* [*a população*](2) [**a** *fazer cambalhotas*](3)

* [*Os Piratas do Tietê*](1) *estão ensinando* [**a** *fazer cambalhotas*](2) [**para/ à** *população*](3)

[*Overman*](1) [*me*](2) *deu* [**a** *entender*](3) *que precisa salvar o mundo todos os dias.*

* [*Overman*](1) *deu* [**a** *entender*](2) [**pra** *mim*](3) *que precisa salvar o mundo todos os dias.*

⁴¹ Será que esta é uma questão filosófica?

Nos exemplo acima foram escolhidos dois verbos trivalentes e a posição que o segundo argumento ocupa na estrutura argumental dos verbos *ensinar* e *dar* foi checada. Quando a oração infinitiva ocupar a posição do terceiro argumento (que será sempre preposicionado), a sentença parece ser mais aceitável que quando a posição do segundo argumento abrigar a oração infinitiva. Isto indicaria que a oração infinitiva bloqueia argumentos preposicionados depois de si. Assim pode-se especular que se um verbo trivalente tiver uma oração infinitiva como segundo argumento, o terceiro argumento do verbo dificilmente será atualizado.

Acredita-se na hipótese de que haja verbos que, sob a mesma forma, podem mudar sua estrutura de valências, alterando assim seu significado. Isto significa que a estrutura argumental e o sentido de um verbo estão intimamente relacionados, condicionando-se mutuamente. Neste sentido pode-se pensar nos verbos encontrados no *corpus* de R que admitem argumentos nominais preposicionados, como *falar*, *mandar*, *mudar* e *trocar*. Quando estes verbos tiverem valência três, selecionarão uma determinada preposição, e quando reduzirem sua estrutura argumental para dois, então selecionarão outra preposição para introduzir o argumento. Os verbos identificados no *corpus* de R que se comportam desta maneira são: *mandar* (**em/ para**), *falar* (**com/ para**), *trocar* (**de/ com**) e *mudar* (**de/ para**). O primeiro par desta lista apresenta diferenças de valor semântico mais evidentes que o segundo par, em que a diferenciação se torna gradativamente mais sutil. A análise que segue é uma maneira possível de se descrever as estruturas argumentais dos verbos acima listados e não remete a nenhum gramático. Apesar de se saber que a fala da criança é heterogênea e singular, parte-se aqui de dados da criança para se fazer generalizações acerca do funcionamento da língua.

Mandar para tem valência três (*alguém*(1) manda *algo*(2) **para** *alguém*(3)), enquanto **mandar em** admite apenas valência dois (*alguém*(1) manda **em** *alguém*(2)). É possível pensar que o bloco **mandar em** forma uma unidade de sentido, já que a preposição é necessária para relacionar o verbo ao seu objeto com o sentido de “dar ordens a”. Esta nova unidade de sentido pode ser considerada como sendo uma expressão idiomática, já que o sentido do *cluster* **mandar em** não é derivável dos sentidos de cada parte integrante da expressão. O sentido de “enviar” é apagado em construções com a preposição **em**:

Woodstock vai mandar um cartão postal para Snoopy.

**Woodstock vai mandar um cartão postal em Snoopy.*

Traduzir estes verbos para outra língua ajuda a perceber que o significado de **mandar em** é completamente diferente do significado de **mandar para** (em inglês: *command / send*, em alemão: *befehlen / senden*). Os dados de R sustentam esta diferenciação semântica:

(70)

R: Nãão, tô falânu (MIA) tô fa/ (MIA) laaando **pra** lá, **pro** Sesc eu vô mandá pros/
Pro Sesc uma carta um dia.

M: (SI)

R: Mandá assim: eu gosto **de** você, Sesc.

AG: (ri) (R: 4;07.01)

(71)

M: Quê que é pirata?

D: (assobia)

R: Cooom (SI) Sá que nem manda no (MIA) no barco e nos piratas.

D: (assobia)

M: Ah?

R: Capitão Gancho. (R: 4;01.12)

Eu vou mandar uma carta para o Sesc é uma oração em que o verbo tem valência três, ao passo que em *quem manda no barco e nos piratas* o verbo tem valência dois.

Falar é um verbo de valência três (*alguém*(1) fala *algo*(2) **para** *alguém*(3)), envolvendo dois *participantes* e um *tema*. Pode-se usar este verbo de diversas formas, realizando ou não todos os seus argumentos:

[*Gandalf*](1) *falou*.

[*Frodo*](1) *não falou* [*isso*](2).

Foi [*o Legolas*](1) *que falou* [**para** *Gimli*](3).

[*Sauron*](1) *falou* [*o segredo*](2) [**para** *Saruman*](3),

o que afetaria a transitividade do verbo, preservando a sua estrutura argumental (o verbo continua sendo trivalente, mesmo que nem todos os seus argumentos sejam realizados foneticamente). Pode-se ainda acrescentar adjuntos à oração. Nos dados de R foram encontradas as preposições **de** e **em** introduzindo adjuntos deste verbo (episódios (67) e (114)). Ainda é possível usar a preposição **sobre** para introduzir um adjunto, mas isto não pode ser comprovado a partir da fala de R, porque esta preposição aparece duas vezes na fala da criança em contextos em que o verbo (*falar*, provavelmente)

é elidido. Um elemento que não pode ser adicionado ao verbo *falar* quando este tiver todas as suas valências saturadas, é o de *experenciador*, introduzido pela preposição **com**. Esta concorrência entre as preposições **com** e **para** não se torna evidente na fala de R, porque a criança não as usa concomitantemente. Envolver três participantes na ação de *falar* não é permitido em português:

* *Wolverine falou **comigo para** você*

* *Dr. Xavier falou **para mim com** você*

* *Magneto **me** falou **com** você*

não são sentenças aceitáveis. Esta concorrência entre as preposições **com** e **para** que introduzem um novo participante na ação pode ser resolvida da seguinte maneira: o verbo *falar* tem duas estruturas argumentais. Numa estrutura, o segundo *participante* é introduzido pela preposição **com**, na outra, pela preposição **para**. Em ambas as estruturas o acréscimo de adjuntos é possível, assim como também é possível não se realizar todos os argumentos do verbo na fala. Se o verbo *falar* selecionar a preposição **com**, então ele será bivalente, ao passo que se ele selecionar a preposição **para**, ele será trivalente.

Se há duas estruturas argumentais para o mesmo verbo, o sentido do verbo é mantido? Não. *Falar para alguém* tem um significado diferente de *falar com alguém*. Traduzindo as duas formas para outras línguas, tem-se indicação mais forte de que se trata de dois verbos com a mesma forma, mas sentidos diferentes (inglês: *say*, ou *speak/ talk*; alemão: *sagen/ sprechen*). A estrutura argumental destes dois verbos não é a mesma: **falar para** admite três argumentos, ao passo que **falar com** admite apenas dois (alguns dialetos podem aceitar três argumentos em **falar com**: *Eu preciso falar um assunto importante **com** você*).

Nas quatro ocorrências de **falar com** detectadas no *corpus* de R o verbo tem valência dois.

(72)

R: [Você tá falando **com** a Cláudia?]

D: [Deixa eu falá?]

M: Não, tô falando com o ... microfone. (R: 2;08.14)

Já nas doze ocorrências de **falar para** há um episódio em que os três argumentos estão realizados na fala, apesar de estarem em ordem não prototípica (verbo > objeto direto > objeto indireto).

(73)

- D: Num caiu nada, sa bes – tá/ tá, sua bestinha.
 M: Ainda bem, né, filha?
 R: Ela falou pra mim bestinha!
 M: Num pode, é feio, né? (R: 3;07.16)

Trocar admite valência três (*alguém*(1) troca *algo*(2) **por** *outra coisa*(3)), sendo que a preposição **com** pode introduzir um adjunto do verbo *trocar*, não um argumento (*Miraculix*(1) *trocou* [*um peixe*](2) [**por** *um punhado de ervas*](3) **com** *Majestix*); ao passo que **trocar de** admite apenas valência dois (*alguém*(1) troca [**de** *algo*](2)). As duas preposições podem estar presentes simultaneamente em expressões fixas: *Lise quer trocar de lugar/ casa/ roupa com Lotte*, mas concorrem em outras, como se verá a seguir:

Asterix trocou gentilezas com os romanos.

Obelix trocou de roupa.

Parece, no entanto, impossível combinar estas duas preposições numa única sentença:

**Asterix trocou de gentilezas com os romanos.*

(?) *Obelix trocou de roupa com os romanos* – é ambígua.

O sentido do verbo sofre alterações: **trocar de** é distinto de **trocar com**, que em outras línguas são expressos sob formas diferentes (em inglês: *swap / change*, em alemão: *wechseln / tauschen*). É possível especular que **trocar de** implica na troca de dois objetos da mesma natureza: **trocar de bicicleta** significa trocar uma bicicleta por outra. Já **trocar com** pode ter esta idéia ou não, a informação relevante é acerca do outro *participante* envolvido no ato da troca. Um olhar sobre os dados de R confirma a hipótese de que **trocar de** e **trocar com** sejam verbos diferentes:

(74)

- R: Não queria (MIA) eu queria o Pluto (MIA) e ela peixinho ... e aquela môcha (MIA) môcha beeeem chaaaata ... me deu o peixinho.
 M: Então por quê que cê pintou o peixe/ por quê que cê não trocô com a Ra/ com a Daniela, hein?
 R: Agora tem que lavá esse aqui (MIA) e trocá com a Lela.
 M: Vamo lavá?
 R: Vamo. (R: 4;01.12)

(75)

(R e M brincando de mãe e filha)

R: Vam **trocá de** lápis?

M: Já volto. Trocar de lápis por quê?

R: Porque tá tudo (SI) esse lápis.

M: Ah, tá tudo o quê?

R: **Sem** lápis.

M: Sem lápis?

R: Cê/ cê tá **cum** q/ s/ **seeem** ponta que é (SI) **sem** ponta é melhor, óh.

M: Ah. Precisa apontar, em vez de trocar de lápis.

(R: 3;09.27)

Trocar esse aqui com a Lela é uma oração em que o verbo tem valência dois realizada e valência três em potencial (*alguém*⁽¹⁾ troca *algo*⁽²⁾ **por** *outro algo*⁽³⁾ *com alguém*), enquanto *trocar de lápis* tem valência dois. O resultado de combinações de determinados verbos com certas preposições altamente gramaticalizadas, em que há uma alteração semântica do verbo, pode ser chamada de *posvérbio* no sentido estendido ou ainda de expressão idiomática. Tanto a expressão idiomática ou o *posvérbio* será bivalente.

Pode-se pensar que **mudar de** e **mudar para** fazem parte de uma mesma expressão. O sintagma introduzido pela preposição **de** marcará o ponto de origem da mudança e o sintagma introduzido pela preposição **para** marcará o destino da mudança:

Tico e Teco vão mudar de um pinheiro para um castanheiro.

Quando as preposições **de** e **para** estiverem ligadas ao verbo *mudar* simultaneamente, como no exemplo acima, então **de** indicará o ponto de origem e **para** o destino da mudança, sendo que ambos serão codificados em adjuntos do verbo. As informações codificadas em *origem* e *destino* da mudança são informações circunstanciais, ou seja, são expressas em adjuntos ou advérbios, carregando informações acerca de espaço, tempo e modo/ noção.

Charlie Brown pretende mudar para uma casa maior. (espaço)

Charlie Brown pretende mudar de casa. (espaço)

Linus quer mudar para a parte da tarde. (tempo)

Linus quer mudar de turno. (tempo)

Lucy vai mudar para melhor. (noção)

Lucy vai mudar de vida. (noção)

Tanto **mudar de** quanto **mudar para** possuem valência dois: *alguém*(1) muda [**de** *algo*](2) e *alguém*(1) muda *algo*(2) **para** *outro espaço/ tempo/ modo/noção*. A preposição **de** marca que a mudança/ troca ocorreu entre objetos da mesma natureza. *Mudar de casa* significa transportar-se de uma casa para outra casa. Tanto **mudar de** como **mudar para** são verbos bivalentes, mas possuem um valor semântico diferente (em inglês: *change / move*, em alemão: *ändern / verändern* ou ainda *umziehen*).

(76)

R: A gente tava gr/ gravâno lá no teu quarto (MIA) a gente mudô (MIA) pro meeu, então vam (MIA) mudá pro meu agora, **daqui da cozinha pro meu?**

M: Éééé, vamo almoçá primeiro, né, Raquel? (R: 4;05.14)

(77)

R: Vam mudá de casa, mãe (MIA) leva o gua/ o gravador (MIA) [lá onde]

D: [a gente]

R: Onde/ onde a gente vai, puque a gente [vai mudá de casa]

D: [A gente/ a gente] a gente vai morá aqui agora.

(R: 3;08.13)

Estas alternâncias de estrutura e significado do verbo, quando acrescido de certas preposições (preposições altamente gramaticalizadas, vale notar), faz pensar que verbo e preposição formam uma unidade significativa, como já aponta Travaglia (1985: 23). Considerando-se a questão de qual elemento seleciona a preposição, pode-se dizer que o verbo seleciona a preposição deste tipo de verbos, já que são verbos com valores semânticos diferentes sob a mesma forma (em inglês e alemão eles são traduzidos para formas diferentes). Os *posvérbios* de Nascentes, Bechara e Travaglia são elementos que dão um matiz semântico ao verbo transitivo direto, ou seja, trata-se de objetos diretos preposicionados. Ampliando esta noção de *posvérbio* para

“elemento que altera a estrutura argumental do verbo porque forma uma unidade de sentido com ele”,

é possível pensar que se trata de *posvérbios* em **mandar em**, **trocar de** e **mudar de**. Trata-se de preposições altamente gramaticalizadas que alteram o conteúdo do verbo com o qual formam um bloco e funcionam como se fossem um morfema dele, introduzindo sempre o segundo argumento do verbo, que é o único argumento preposicionado que o verbo admite.

5.5.1. Verbos bivalentes, trivalentes e monovalentes combinados com verbo não finito

O capítulo seguinte é dedicado à investigação do comportamento de preposições introdutoras de orações infinitivas, mas aqui algumas observações serão adiantadas sobre esta constelação combinatória. Quando o verbo vem combinado com um verbo não finito introduzido por preposição, o verbo finito toma o verbo infinitivo como sendo um argumento. Incorporar uma oração infinitiva em sua estrutura argumental pode acarretar uma mudança no número de valências verbais. Sabe-se já, através da leitura dos textos de Lyons (1977) e Ilari & Basso (2005), que os verbos podem mudar a sua estrutura, alterando seu número de valências. Lança-se aqui a hipótese de que esta alteração da estrutura de valências implica na mudança de significado do verbo.

Verbos bivalentes

Se o verbo principal já tiver valência dois, então sua estrutura não é alterada, o que implicaria que o sentido do verbo não será alterado também. Um exemplo seria o verbo *gostar* que tem valência dois (**gostar de**). Quando **gostar de** introduzir um verbo não finito, a valência continua sendo dois:

Níquel Náusea(1) gosta **de** *naftalina*(2).

Níquel Náusea(1) gosta **de** [*comer naftalina*](2).

(78)

- M: Eu perguntei por quê que vocês brigam ... Cê tá falando que que conhecê o Tiradentes ... que que fumá ... mas por quê que vocês brigam tanto?
- D: Porque a gente adora.
- M: Já sei, gostam é de brigar mesmo, né?
- R: É nada, é puquê a genti ... a gente gosta de brigá memo.
- D: Num é, eu/
- R: Não! Sá quê que é?
- M: Hm?
- R: Que a gente tem muita dor de barriga, então a gente briga muito.
- D: (ri)
- R: É porque ela usa muito short e eu não gosto **de** short.
- D: (dá uma risada) (R: 4;08.05)

Os verbos **gostar de**, **pensar em**, **esquecer de**⁴², **lembrar de**⁴³ são verbos de valência dois que introduzem um objeto indireto. O número de valências e o sentido dos verbos não são alterados quando seu complemento for uma oração infinitiva. Quando alguns verbos transitivos diretos assumem como segundo argumento uma oração infinitiva, então a estrutura e o valor semântico do verbo igualmente não são alterados. Estes verbos apresentam um comportamento semelhante ao de *esquecer*: quando relacionados a orações infinitivas, uma preposição assume a função de relacionar estes dois verbos na sentença. Um exemplo seria o verbo *aprender* que tem valência dois, mesmo quando acrescido de verbo não finito. O significado de *aprender* é mantido quando um verbo infinitivo for introduzido por preposição:

Calvin (1) aprendeu *química* (2) na escola.

Haroldo (1) aprendeu [*a cantar*] (2) no coral.

(79)

R: Ói que bonitinha da Susi? Isso aqui é **da** Susi, é uma saia.

M: Quem fez?

R: Toninha.

M: Ah, a Toninha [que fez?]

R: [Cê qué] aprendê a fazê, mãe?

M: Deixa eu ver. (R: 4;02.03)

Acabar, *parar*, *ajudar*, *cansar*, *começar*, *fazer*, *continuar*, *ser* e *ficar* são os verbos encontrados no *corpus* de R que apresentam este comportamento: não alteram sua estrutura argumental, mantendo valência dois e mantendo o seu sentido original quando o segundo argumento for um verbo não finito introduzido por preposição. É introduzida, nestes casos, uma preposição para relacionar os dois verbos na sentença. A escolha da preposição pode ser restringida pelo verbo infinitivo (*ficar a ver*

⁴² Na verdade *esquecer* pode apresentar três argumentos. Este verbo pode ser usado com objetos diretos e/ou indiretos. É possível dizer *Hagar esqueceu as flores para Helga* quando se tem como objeto direto um sintagma nominal. Quando, porém, um segundo objeto direto, como por exemplo um pronome reflexivo, for introduzido na sentença, então é preciso preposicionar o sintagma nominal que agora assume o papel de terceiro argumento. Assim tem-se: *Hagar esqueceu-se das flores para Helga*. Se não houver um sintagma nominal na função de objeto do verbo *esquecer*, mas sim uma oração infinitiva, a presença da preposição se faz necessária: *Hagar esqueceu de colher flores para Helga*. Em suma, a preposição **de** obrigatoriamente acompanha o verbo *esquecer* em dois casos: quando o verbo tiver três argumentos e quando o verbo tiver como complemento uma oração infinitiva. No *corpus* de R o verbo *esquecer* foi registrado apenas como transitivo indireto, sendo que a preposição introduz orações infinitivas.

⁴³ De fato *lembrar* é trivalente: *alguém*(1) lembra *alguém*(2) [**de algo**](3), mas nos dados de R o verbo aparece como sendo bivalente: *alguém*(1) lembra [**de algo/ de fazer algo**](2). O pronome reflexivo não é empregado por R, nem um *experenciador* ocupa o segundo argumento:

(M e R estão falando do Robinson)

M: Num precisa apresentar de noovo.

R: E se ele num lembrá mais de mim (SI) quê que acontece?

navios/ ficar até não agüentar mais/ ficar de telefonar/ ficar entre dizer sim ou não/ ficar por fazer). Foi escolhido um verbo com o qual várias combinações são possíveis. Algumas combinações de preposição com verbo finito são expressões cristalizadas, como **ficar de**, em que o sentido de “permanecer/ localizar-se” não é atualizado, para significar “assumir a tarefa/ responsabilidade”. Por outro lado, a restrição da seleção da preposição pode ser feita pelo verbo (*acabar de escrever, acabar de comer, acabar de começar*), sendo que então a preposição e o verbo finito formam um bloco que pode ser combinado com qualquer oração infinitiva. O mesmo se aplica aos *clusters parar de, ajudar a, cansar de, começar a, fazer para, continuar para e ser de*.

O sentido de “posse” do verbo *ter* não é mantido quando se combina este verbo com um verbo não finito introduzido por preposição. O verbo mantém suas duas valências, mas o valor semântico passa de “ter posse de” a “ser obrigado a”, quando o segundo argumento for um verbo não finito introduzido pela preposição **de**:

Manolito (1) tem *um coelho* (2).

Mafalda (1) tem mesmo **de** [*tomar sopa*](2)?

(80)

(R e M jogando o jogo da memória)

R: Aaaah, tem que dis/ eu tem com disvirá o meu ... cê num desvirô pra mim!

M: Proooooonto.

R: Quero achá esse ... Num tem di achá ... Só achava ALÍÍÍ.

M: Muito beecem. (R: 4;05.14)

Acredita-se que **ter de** forma uma unidade de sentido, assim como **gostar de**, e **cuidar de**. Porém, os motivos pelos quais se acredita que estas são unidades de sentido diferentes são: *gostar* e *cuidar* apenas admitem argumentos introduzidos por uma preposição específica, que no caso destes dois verbos é a mesma: **de**. **Ter de** é uma expressão cristalizada que tem um valor semântico diferente daquele do seu verbo primitivo. Como esta preposição modifica o conteúdo semântico do verbo, formando uma unidade de sentido com ele, como se a preposição fosse um morfema do verbo, acredita-se que a comparação deste tipo de fato lingüístico com um *posvérbio* é autorizada.

Estes foram os verbos de valência dois cuja estrutura argumental não é alterada quando o segundo argumento do verbo for um verbo não finito introduzido por preposição. O valor semântico do verbo principal não é alterado, a não ser que a preposição e o verbo finito formem uma unidade de sentido (**ter de, dar para, chega de**). Esta unidade de sentido tem um valor

M: Cê acha que ele não lembra mais de você? (R: 4;03.16)

semântico diferente do verbo primitivo e só existe quando a expressão for uma forma cristalizada pelo uso, ou seja, uma expressão idiomática.

Verbos trivalentes

Dentre os verbos de três argumentos que existem em português, apenas dois foram encontrados no *corpus* de R em combinação com orações infinitivas. Os verbos *dar* e *ensinar* são trivalentes, mas seu comportamento sintático não é o mesmo quando um de seus argumentos for um verbo não finito introduzido por preposição. **Dar para** passa a ser usado como um verbo bivalente, cujo primeiro argumento não é comumente expresso na fala de R. A estrutura argumental de *dar* é alterada, seu número de valências é reduzido e seu significado não é mais “transferir a posse de algo a alguém”, mas passa a ser “ser possível”. Quanto ao verbo *ensinar*, o verbo infinitivo introduzido por preposição apenas substitui um argumento nominal e nem a estrutura argumental nem o significado do verbo são alterados. Tem-se então:

Batman(1) deu [*um livro*](2) [**pra** *Robin*](3).

Não dá **pra** [*Morfeu*](1) [*estudar*](2) com esse barulho.

(81)

(Há uma barata no recinto)

R: Sabe (MIA) eu tava **na** porta, né?

D: Deixa que eu vô [buscá]

M: [Quê qui é?]

D: [(SI)]

M: [Vai/ vai/ vai buscar]

R: (MIA) ela tava **na** outa, né?

M: Áhn?

R: **Na** porta, né? (MIA) e daí ... ela/ ela/ cê ... abriu a zanela. Cê não tinha coragem.

M: Mhm.

R: E daí cê abriu e cê viu ela, né?

M: Mh, e ela tava aonde?

R: **No** lugar que ela tá ... não vá/ não vai dá **pra** gente matá, né?

(R: 3;03.28)

[*O Cérebro*](1) ensinou [*matemática*](2) [**pra** *Pinky*](3).

[*Capitão Caverna*](1) vai ensinar [*Penélope Charmosa*](2) [**a** *fazer barquinhos de papel*](3).

(82)

M: O meu nome é esse?

R: É.

M: Aaaah

R: Não (MIA) eu tô/ eu tô f/ ensinano vocês a lê, a escrevê.

M: Ah!

(R: 3;09.04)

Dar para forma uma unidade de sentido, assim como **ter de**. A hipótese de que a estrutura argumental do verbo e seu sentido são mutuamente determinantes é confirmada aqui: ou o número de valências se mantém, preservando assim o valor semântico do verbo, ou o número de valências é alterado, provocando a mudança de sentido do verbo.

Verbos monovalentes

No *corpus* de R, os verbos intransitivos são mais numerosos que os trivalentes, se procurados dentre aqueles que têm como segundo argumento um verbo infinitivo introduzido por preposição. São eles: *chorar, subir, descer, ir, engatinhar* e *chegar*. Primeiramente, a expressão **chega de** será examinada:

(83)

R: Uma, duas, três, quat/ cinco, seis ... uma, duas, três, quat/ cinco, seis ... nós queremos lugar pra seis.

M: Pra dez.

R: Está a/ ... qui.

M: E daí?

R: E daí oooo co/ o coelho (MIA) foi almoçá **cum** eles.

M: Por quê que foi almoçá com eles?

R: Pooor q/ (MIA) chega de pergunta.

M: Chega de perguntáááá?

R: É.

(R: 3;11.30)

O verbo *chegar* não conserva o sentido de “alcançar o fim de um percurso”, mas passa a ter o significado de “basta” quando um sintagma nominal ou verbo infinitivo for combinado com ele, intermediados pela preposição **de**, no modo imperativo:

O Mestre dos Magos(1) chegou ontem de viagem.

Chega **de** *bagunça*(1)!

Chega **de** *trabalhar*(1)!

O verbo combinado com uma preposição continua sendo monoargumental, pois não admite sujeito. Permanece então o número de valências do verbo *chegar*, mas a estrutura argumental muda: **chega de** é um verbo transitivo sem sujeito, cuja única valência é preenchida por um intagma nominal ou uma oração infinitiva, ao passo que o verbo de deslocamento espacial *chegar* é um verbo intransitivo, cuja única valência é preenchida pelo sujeito. **Chegar de** é considerada aqui como sendo uma unidade de sentido, assim como **dar para** ou **ter de**. Percebe-se que o número de argumentos do verbo foi mantido em um, mas o sentido do verbo foi alterado. A hipótese de alteração do número de valências determinado pelo sentido do verbo e vice-versa não se mantém neste caso. É preciso pensar na qualidade e posição dos argumentos do verbo para que se possa manter a relação entre sentido do verbo e tipos de argumentos.

Chorar para é usado no registro oral, no sentido de “implorar, pedir com insistência”. Em construções deste tipo é possível que se interprete o vocábulo **para** como sendo uma conjunção final. Se este for o caso, uma construção como

*Garfield chorou muito **para** John lhe dar mais uma porção de atum*

seria possível, e a equivalente a

*Garfield chorou muito **para que** John lhe desse mais uma porção de atum,*

em que há claramente uma conjunção final. O sentido de *chorar* nestes dois últimos exemplos não é equivalente a “resistir, espremer”, como acontece no episódio de fala de R a seguir:

(84)

R: Tô penteando sua filha, ela num chola pa penteá?

M: Ela não chora.

R: E **ca** mão? E **ca** mão ela chora, (SI) não?

M: Com a mão, como?

R: **Ca** mão assim, olha. (R: 3;00.25)

Não está muito claro se **chorar para** forma de fato uma unidade de sentido, denotando “executar tarefa desagradável”, de modo que se poderia construir, neste paradigma, sentenças como

*Cascão **chora para** tomar banho*

em que a oração infinitiva que é introduzida pela preposição é considerada um argumento desta expressão idiomática. É possível ainda que expressões deste tipo sejam neologismos e são aceitas

pelo falante que precisa interpretar o enunciado de seu interlocutor. Seja como for, o verbo *chorar* não tem seu sentido original comprometido nesta construção de R.

Nas construções com verbos intransitivos que denotam deslocamento espacial é mais evidente que o verbo não finito introduzido por preposição não é argumento do verbo intransitivo, mas sim um adjunto. Segundo Henriques (1992) e Broschart (1992), as indicações de tempo, espaço e modo são sempre introduzidas por preposições, como já foi mencionado no capítulo (2). Henriques trata de preposições em português, Broschart trata de posições prototípicas nas línguas naturais, para depois canalizar seu estudo para preposições em tonga. Ambos constatarem que indicações de tempo, espaço e noção (para Henriques) e modo (para Broschart) são de caráter adverbial. Lexemas que codificam informações deste tipo são ou introduzidos por preposição ou são advérbios de tempo, espaço ou modo. Se forem introduzidos por preposições são adjuntos do verbo, não argumentos.

Isso posto, um olhar atento para o tipo de informações que sucedem o verbo não finito e a preposição relacionada aos verbos *subir*, *descer*, *ir* e *engatinhar* evidenciará que há, na sentença, informações acerca do espaço: *até chegar lá/ até chegar no bumbum/ sem cair (do telhado)/ sem chegar lá na estrada*. Curiosamente, as preposições introduzem outros verbos intransitivos que têm adjuntos espaciais.

(85)

R: E daí ele
 D: [subiu/ subiu]
 R: [(SI) subiu/ subiu/ su/ subiu/ subiu/ (MIA) subiu/ subiu/ subiu bastaaaante
 D: [Vagalume]
 R: [**Até chegá**] lá/ o casteelo (SI) [vagaluuuume]
 M: [Quietinha, bem] (R: 4;03.02)

(86)

R: A comida vai desceeeeno, desceeeeno, mas não passa **pela** veia.
 M: Aaaah!
 R: Deeesce **do** des/ (MIA) até chegá **no** bumbum.
 M: É mesmo?
 R: Daí pode nadá. (R: 3;10.07)

(87)

(R conta a estória do gato Mimi que subiu no telhado)

R: Mimi/ Mimi/ Mimi/ Mimi/ Mimi/ Mimi/ Mimi/ Mimi. Como eu não posso subi **no** telhado? Pque cê caiiiii ... daí o Mimi tirou o laaaço, pôs o laço (MIA) daíí ele foi brincá, né?! Daí ele foi **no telhado sem** caí. (R: 4;00.24)

(88)

M: Sem olhá, fecha o livro e conta pra mim ... Conta pra mim?!

R: Não! Fechá o livro assim, tá? (MIA) (SI) Oooooo o Caaarl/ (SI) de engatinhando **na** (MIA) **na rua sem** chegá lá na estrada (MIA) Mmmmmh, ah, nããã, é o Ca/ (MIA) a (MIA) será que ele está procurando a boooola? Aaaaah, não, é o cachorro.

(R: 4;04.23)

Os verbos intransitivos são monovalentes, o que significa que apenas um argumento, o que corresponde ao sujeito, precisa ser saturado. Quando um verbo não finito lhes é acrescentado por intermédio de uma preposição, sua estrutura argumental não é afetada, porque as informações acrescentadas não são argumentos do verbo, mas sim seus adjuntos. Mantida a estrutura argumental do verbo, o valor semântico dos verbos intransitivos é também preservado. Note-se ainda que as preposições que introduzem os verbos não finitos não são as preposições prototipicamente introdutoras de orações infinitivas **a**, **de** e **para**, cujo valor semântico é altamente esvaziado. As preposições que introduzem os adjuntos espaciais acima citados são **até** e **sem**, cujo valor semântico é saliente. A seleção de preposições semanticamente salientes não se dá pelo verbo, mas pelo argumento ou adjunto. Isto fica bastante evidente quando se examina o comportamento dos adjuntos de verbos intransitivos.

Tome-se como exemplo o verbo *sair*, um verbo intransitivo. É possível combiná-lo com informações de espaço, tempo e modo:

Magali (1) saiu **de casa pela manhã com** uma lista de compras.

É possível inverter a ordem destes complementos sem prejudicar a aceitabilidade da sentença, assim como é possível omitir algumas ou todas estas informações circunstanciais. As preposições **de**, **por** e **com** foram selecionadas pelos seus adjuntos: se outros adjuntos fossem escolhidos, outras preposições teriam sido selecionadas:

Chico Bento (1) saiu **para a rua de noite de** fñinho.

É possível que o acúmulo de adjuntos provoque a inaceitabilidade desta sentença, mas vale notar que o adjunto de espaço que era introduzido por **de** no exemplo da Magali agora é introduzido por **para**; o de tempo era introduzido pela preposição **por** e agora é introduzido pela preposição **de**, o de modo tinha **com** como elemento relacional, ao passo que agora ele é **de**.

A hipótese formulada anteriormente de que a alteração do número de valências ou estrutura argumental acarreta a alteração do sentido do verbo se confirma aqui, pois os verbos intransitivos não tiveram nem sua estrutura argumental nem seu valor semântico alterado.

Houve um caso em que a hipótese não se confirmou: quando o verbo e a preposição introdutora de argumento formavam uma unidade semântica, mudando o sentido original do verbo, mas mantendo o número de valências: **chega de**.

5.6. As hipóteses revisitadas

Reformulando a hipótese problematizada imediatamente acima, chega-se à conclusão de que ao se alterar o número e/ou a posição dos argumentos do verbo que está relacionado a uma oração infinitiva através de uma preposição, então o sentido original do verbo é alterado porque a preposição forma uma unidade de sentido com o verbo finito.

É possível ainda que as preposições ligadas a **verbos monovalentes** sejam introdutoras de um adjunto, que pode conter informações acerca de espaço, tempo ou modo/ noção. A seleção destas preposições seguirá critérios semânticos: uma harmonização entre o sentido da preposição e o do adjunto se realizará.

Verbos bivalentes podem ter como segundo argumento um elemento preposicionado. Pode-se dizer de verbos bivalentes com uma preposição que o verbo e a preposição formam uma unidade de sentido, de modo que a preposição se torna fixa para expressar aquele significado. A seleção da preposição é restringida pelo verbo, que selecionará dentre as preposições possíveis aquelas que têm graus menores de saliência semântica. A preposição e o verbo formam uma unidade de sentido por motivos diferentes:

- Por reforço do sufixo que perdeu seu valor semântico (em pronomes pessoais): **comigo, contigo, conosco** etc.
- Por sinonímia com o preverbo: **conversar com, desfazer de, introduzir em** etc.
- *Posvérbio*, numa acepção mais estendida, formando uma unidade de sentido equivalente a uma expressão idiomática:
trocar de, mandar em, (chega de, ter de, dar pra etc.) + oração infinitiva.

- Por “servidão lingüística”, como se coloca Travaglia (1985: 23). São estas relações enrijecidas, em que o valor semântico da preposição não é mais retraçável: **gostar de, cuidar de, acreditar em, pensar em** etc.

Os exemplos e episódios de fala de R explorados aqui indicam que em verbos bivalentes o verbo seleciona a preposição, (por via de regra, as preposições mais gramaticalizadas encaixam-se aqui), mas é possível que haja argumentos determinando a seleção da preposição introdutora do segundo argumento deste tipo de verbos na fala adulta, possibilidade que não foi investigada aqui.

Verbos trivalentes têm como terceiro argumento um elemento preposicionado, sendo que a preposição possibilita a distinção entre o segundo e o terceiro argumento. A seleção desta preposição é sintaticamente determinada pelo verbo, porque seu lugar está assegurado já na estrutura da valência verbal, mas semanticamente restringida pelo argumento que ela introduz, que na grande maioria das vezes é um elemento ao qual pode ser atribuído o papel temático de *beneficiário* (introduzido por **para**). Na escala das preposições possíveis, as que se encontram próximas ao pólo do esvaziamento semântico serão selecionadas.

6. Orações infinitivas

Considera-se que a combinação de verbos com orações infinitivas por intermédio de uma preposição não seja um fenômeno suficientemente bem descrito na literatura da Lingüística.

6.1. Preposições introdutoras de orações infinitivas

O número de verbos que admitem como argumento um sintagma verbal é restrito, assim como o número de preposições que introduzem orações infinitivas também é restrito. Se um verbo finito tiver como argumento uma oração infinitiva, uma preposição será exigida para servir de intermediadora entre os dois verbos. Verbos auxiliares (há exceções aqui: verbos modais como **ter de**, **dar para** e **gostar de**) não requerem uma preposição para relacionar-se com o verbo que modificam:

Renoir pôde expor seus quadros no Salon des Refusés

Rembrandt deverá entregar sua casa para pagar as suas dívidas.

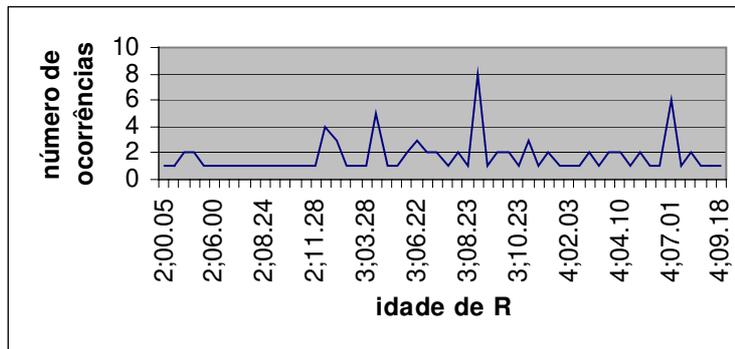
Quando um verbo pleno tiver como argumento uma oração infinitiva, presume-se que a oração infinitiva abra o espaço para uma preposição. A seleção, dentre as preposições possíveis no papel de introdutoras de orações infinitivas, é realizada pelo verbo pleno, de modo que a relação entre esta preposição e o verbo flexionado se torna fixa quando ela introduzir um verbo não finito. Assim, o verbo *começar*, por exemplo, seleciona a preposição **a** toda vez que seu argumento for uma oração infinitiva:

Goya começou a pintar seus “quadros negros” aos 72 anos de idade.

O espaço que emerge para a preposição é aberto pela oração infinitiva, já que o verbo *começar* não admite preposição introdutora de seus argumentos:

Dali começou mais um projeto.

A primeira ocorrência de preposição introdutora de oração infinitiva foi registrada quando R contava com 2;00.05 de idade e a última foi registrada aos 4;09.18. Um gráfico mostra com que frequência este tipo de combinação se deu ao longo do *corpus* de R:



As preposições que introduzem verbos infinitivos ao longo do *corpus* de R são **a**, **de** e **para**:

(89)

R: (SI) me azuda a pegá as coisa aqui?

M: Que coisa?

R: Coisas ... (R: 3;00.25)

(90)

(R tenta contar uma estória que não acabe em morte)

R: Depoooois eles cabô de andá e viu um monstro. Ah, essa também é feia, né?

(R: 3;01.10)

(91)

(R vendo o Minotauro)

M: Essa aí é a boca dele, né?

R: Comé que ele faz pá/ pá falá?

M: Pra falá?

R: É.

M: Eu nunca assisti a televisão, mas eu acho que ele nem fala, né?

R: Ele... (R: 2;10.23)

Apesar de ser uma informação redundante, é bom lembrar que neste contexto de introdutoras de orações infinitivas, as preposições serão invariáveis, porque o argumento que introduzem não é de caráter nominal, mas verbal, portanto não possui artigo, pronome ou advérbio de lugar com os quais a preposição pudesse ser amalgamada. De caráter esporádico são as preposições **sem** e **até** na função de introdutoras de orações infinitivas. Abaixo estão listadas todas as ocorrências destas duas preposições no papel de introdutoras de verbos não finitos:

Sem introduzindo verbo na idade de 4;00.24 : foi **sem** caí

4;04.23: engatinhando **sem** chegá

4;06.03: ficar **sem** pôr:

(87)

(R conta a estória do gato Mimi que subiu no telhado)

R: Mimi/ Mimi/ Mimi/ Mimi/ Mimi/ Mimi/ Mimi/ Mimi. Como eu não posso subi **no** telhado? Pque cê caiiiuu ... daí o Mimi tirou o laaaço, pôs o laço (MIA) daíí ele foi brincá, né?! Daí ele foi no telhado **sem** caí. (R: 4;00.24)

(88)

M: Sem olhá, fecha o livro e conta pra mim ... Conta pra mim?!

R: Não! Fechá o livro assim, tá? (MIA) (SI) Oooooo o Caaarl/ (SI) de engatinhando na (MIA) **na** rua **sem** chegá lá na estrada (MIA) Mmmmmh, ah, nããã, é o Ca/ (MIA) a (MIA) será que ele está procurando a boooola? Aaaah, não, é o cachorro. (R: 4;04.23)

(92)

M: Vai ficá com esse cabelão na cara? I sso não pode.

R: [Vôôô]

M: [Ou tem] que fazê um rabo, uma [tranciiiiinha]

R: (fala chorando) [Vôôô/] você cuida seempre **da** Lela, agora num vô deixá você fazê nada, nem cortááá.

M: Eu não entendi nada que cê falô, o quê que tem no da Lela?

R: (MIA) (grita) VOCEÊ (SI)

M: Eu cuida sempre do da Lela?

R: Ééééé, e **do** meu não!

M: (ri) Como é que nãããooooo? É só de v/ seu que eu cuida.

R: (choraminga) (SI) verdade, você cuida mais **do** da Lela.

M: Eeeentão agora eu quero cuidá mais do seu. Veeem cááá.

R: Naããããã (MIA) (soluça) cê cuida sempre **do** da Lela (MIA) e agora vô ficá **sem** pô nada **no** cabelo (chorando)

M: Sem pôôôr nada?

R: (choramingando) Éééé. (R: 4;06.03)

Até introduzindo verbo na idade de: 3;09.27: termina **até** chegá

3;10.07: desce **até** chegá no bumbum

4;03.02: subir **até** chegar

4;07.01: vai vê **até** acaba.

(93)

- R: Cê vai contornaaaaano **tééééééssss...**
 M: Contornando até o quê?
 R: Cê vê que ele termina até chegááááá ... lá dexô ficá.
 M: No fim da linha?
 R: É. (R: 3;09.27)

(86)

- R: A comida vai desceeeeno, desceeeeno, mas não passa **pela** veia.
 M: Aaaah!
 R: Deeesce do des/ (MIA) até chegá no bumbum.
 M: É mesmo?
 R: Daí pode nadá. (R: 3;10.07)

(85)

- R: E daí ele
 D: [subiu/ subiu]
 R: [(SI) subiu/ subiu/ su/ subiu/ subiu/ (MIA) subiu/ subiu/ subiu bastaaaante
 D: [Vagalume]
 R: [Até chegá] lá/ o casteelo (SI) [vagaluuuume]
 M: [Quietinha, bem] (R: 4;03.02)

(94)

(Brincando com dinheiro velho)

- AG: Por quê ela tem tanto dinheiro aqui?
 R: Vai vê até acabá a gente vai tirá as moeda.
 AG: Uma vez de cada um, tá? (R: 4;07.01)

É importante atentar para a estrutura argumental dos verbos principais que regem as preposições introdutoras de orações infinitivas. Os verbos *ir*, *engatinhar*, *ficar*, *descer* e *subir* são verbos plenos e monovalentes, ou seja, intransitivos, que indicam deslocamento espacial. O espaço reservado para o único argumento estes verbos é preenchido pelo papel temático de *agente*. Como a estrutura de valências destes verbos não prevê um segundo argumento, nem os grupos **ir sem**, **engatinhar sem**, **ficar sem**, **terminar até**, **descer até**, **subir até** e **vai ver até** formam unidades de sentido, conclui-se que a informação que segue o verbo principal deve ser tomada como sendo um adjunto do verbo, porque são de caráter adverbial, indicando as circunstâncias de um evento, não os *participantes* envolvidos nele. Assim as orações infinitivas **sem cair**, **sem chegar lá na estrada**, **sem pôr nada no cabelo** e **até chegar lá/ no bumbum** são adjuntos do verbo principal, não seus argumentos.

Terminar é um verbo cuja estrutura de valências permite dois argumentos a preencher seu significado: *Van Gogh*(1) *terminou [mais uma carta a Theo]*(2). Uma valência é ocupada por um elemento

que assume o papel de *agente*, a outra é ocupada por um elemento que ocupa o papel de *tema*. Este *tema* não é introduzido por preposição, ou seja, é um objeto direto do verbo. A preposição contida em *terminar até chegar* está introduzindo então um adjunto do verbo *terminar*. Se **terminar até** fosse uma unidade de sentido com um valor semântico diferente de “pôr fim a”, então **até chegar** seria um argumento deste verbo. Como este não é o caso, a oração infinitiva introduzida por preposição é apenas um adjunto do verbo.

Assume-se aqui que a língua seja uma convenção que se estabelece no uso, primordialmente na fala. Dessarte, a expressão *vai ver*, que é uma expressão idiomática usada na fala, pode ser tomada como uma unidade de sentido. O sentido de *vai ver* não é diretamente derivado do sentido de cada parte da expressão, mas é um terceiro, que emerge na constelação da expressão idiomática: “é possível que”. Não consta que um argumento de *vai ver* seja obrigatoriamente introduzido pela preposição **até**. Isto indica que **até chegar** não é um argumento, mas sim um adjunto da expressão.

Uma conclusão geral que se pode tirar dos parágrafos acima é que no *corpus* de R as preposições **até** e **sem** não são introdutoras de argumentos do verbo, mas sim de seus adjuntos sob a forma de orações infinitivas.

6.2. Duas formas de análise: semântica e sintática

Segue uma tentativa de sistematização dos **verbos** que regem as preposições introdutoras de orações infinitivas. Os verbos podem ser divididos de acordo com o número de valências que admitem, ou de acordo com a função que assumem na oração.

6.2.1. Valência e transitividade

Verbos monovalentes

Dentre as ocorrências de preposições introdutoras de verbos não finitos foram encontrados outros verbos intransitivos (além de *ir*, *engatinhar*, *ficar*, *subir* e *descer*) na posição de verbos principais:

(83)

- R: Uma, duas, três, quat/ cinco, seis ... uma, duas, três, quat/ cinco, seis ... nós queremos lugar pra seis.
 M: Pra dez.
 R: Está a/ ... qui.
 M: E daí?
 R: E daí oooo co/ o coelho (MIA) foi almoçá **cum** eles.
 M: Por quê que foi almoçá com eles?
 R: Pooor q/ (MIA) chega **de** perguntá.
 M: Chega de perguntáááá?
 R: É. (R: 3;11.30)

(84)

- R: Tô penteando sua filha, ela num chola **pa** penteá?
 M: Ela não chora.
 R: E **ca** mão? E **ca** mão ela chora, (SI) não?
 M: Com a mão, como?
 R: **Ca** mão assim, olha. (R: 3;00.25)

O episódio em que há **chorar para** já foi examinado no capítulo anterior e não se chegou a uma conclusão definitiva acerca da natureza do elemento introduzido pela preposição **para**: é argumento ou adjunto do verbo? Levando-se em conta que o significado do verbo que antecede a preposição é preservado em construções em que há adjuntos, porque eles não fazem parte da estrutura de valências do verbo, pode-se pensar que *para pentear* é apenas um adjunto do verbo.

Chegar é outro verbo intransitivo, mas **de perguntar** não é um adjunto do verbo. A combinação **chega de** forma uma unidade de sentido diferente de “deslocar-se de algum lugar para outro”. **Chega de** tem o significado de “basta” e somente pode introduzir argumentos verbais que estejam em sua forma infinitiva. O valor semântico de **de**, a preposição mais gramaticalizada, está opaco, assim como também o de *chegar*. Da junção dos dois vocábulos não se pode inferir o sentido de “basta”, pois este sentido emerge na expressão idiomática. Assim pode-se dizer que a preposição em questão introduz um argumento do verbo.

Outro verbo monovalente que pode funcionar como regente de preposições introdutoras de orações infinitivas é *brincar*. *Brincar* pode admitir adjuntos introduzidos por duas preposições: **de** ou **com**. Quando este verbo selecionar um adjunto de caráter verbal, então somente a preposição **de** será selecionada para introduzir as orações infinitivas:

(95)

- R: Vam brincá de fazê balééc?
 AG: Aaaah, aaaah!
 M: Brinca sim, brinca sim.
 R: Ah, então a gente tem que trocá **de** rôpa.
 M: Pode trocar.
 R: Lá vou eu, hein? (R: 4;07.01)

Verbos bivalentes

Dentre os verbos plenos encontrados nos dados de R que têm em sua estrutura semântica dois argumentos estão: *aprender (a)*, *parar (de)*, *ajudar (a)*, *cansar (de)⁴⁴*, *continuar (a)*, que podem ter como segundo argumento nominal um objeto direto, ou seja, um objeto não introduzido por preposição. Quando o segundo argumento for uma oração infinitiva, uma das três preposições possíveis neste contexto é selecionada:

(96)

- M: A Raquel é minha professora.
 R: Vamo aprendê a lê, a escrevê/ esquevê.
 M: Espera, tá bom. (R: 3;09.04)

(97)

- D: [Blim/ blim/ blim]
 R: [Pára de fazê blim/ blim/ blim/ blim!!]
 D: [Blim/ blim/ blim]
 (R: 3;08.13)

(98)

- M: Sabe pra onde nós vamo?
 R: ãhm?
 M: Pra Araraquara.
 R: Eu vô ... te azudá a arrumá a mala (SI) eu sei, eu sei doblá assim.
 M: Cê sabe dobrá?
 R: Sei.
 M: Ah, cê é um amor.
 R: (SI) pa doblá tem que dobrá bem difícil, né? (R: 3;00.25)

⁴⁴ *Cansar* é considerado aqui como sendo bivalente, porque pode ser usado de modo causativo, significando “causar fadiga em alguém”, como por exemplo em: *Andy Warhol me cansa*.

(99)

M: E quem que vai carregar essa sacolinha, Raquel?

R: O indinho.

M: Então vai.

R: Eu não pô **no** indinho porque eu, eu tô cansada de pô no indinho.

M: [Tá cansada de pô no indinho.]

R: [Tô.]

M: Pra pôr no indinho ou de pôr no indinho? Acho que cê tá cansada pra pôr no indinho, porque cê não pôs nenhuma vez... (R: 2;08.24)

(100)

R: Eu não quero, mãe.

M: Quê que não quer, filha?

R: (SI) continuá a gravá ... eu quero agora (SI) e agora vai. (R: 3;06.22)

Estes verbos, quando subordinarem orações infinitivas, restringem a seleção de uma preposição (dentre as três possíveis) para que este elemento estabeleça a relação entre o verbo principal e seu argumento sob a forma de oração infinitiva. Os verbos que, se acrescidos de argumento nominal, eram transitivos diretos, passam a ser transitivos indiretos quando sua segunda valência for preenchida por um verbo não finito; mas o número de suas valências continua sendo dois. O mesmo se dá com os verbos *ter* (**de**), *acabar* (**de**), *começar* (**a**) e *fazer* (**para**). Pode-se pensar que, na constelação de verbo que tem como argumento uma oração infinitiva, a preposição assume uma relação fixa com o verbo flexionado. O valor semântico da preposição é esvaziado, ela é apenas um elemento de ligação entre dois verbos.

Há ainda, na condição de bivalentes, verbos que têm como segundo argumento um sintagma nominal introduzido por preposição. A preposição que eles regem se mantém a mesma, não importando se ela introduz sintagmas nominais ou verbais: *gostar* (**de**), *esquecer* (**de**), *lembrar* (**de**). Como uma mesma preposição é sempre combinada com estes verbos, independentemente de subordinar um argumento de caráter nominal ou verbal, pode-se dizer que ela é regida pelo verbo principal e forma com ele uma unidade de sentido. Seguem episódios de fala de R que exemplificam o que foi dito acima:

(101)

R: Putiz ... [Putiz griiiillll]

D: [(SI)]

R: Putz griiiila, puuuutz criiiia!

M: Quê que é “putz grila”? “Putz grila” é palavrão?

- R: Nããããão.
 M: Mas [não pode tá falando toda hora]
 R: [Tsssss, sssss, criiii (SI) éh (SI)]
 M: Quelzinha?
 R: Que eu gosto de falá griiilo ... putz griiilo. (R: 4;04.10)

(102)

- R: Ôôôôpa, ôh, mãe, cê esqueceu de dar mamadêra **pra** mim ... aaaah ... aaaah
 M: Quando que eu esqueci?
 R: Aaaah ... aaaah. (R: 3;10.07)

(103)

- R: E tem que lembra maaaaais/
 M: Cuidado, esse negócio não dá [certo]
 R: [**De**] ôtra coisa...
 M: O quê?
 R: **De ... de...**
 D: Pronto.
 M: De?
 R: **De ... de** não com/ de compra ... é?
 M: Mh?
 R: É?
 M: É? (R: 3;08.23)

Existe um verbo que apresenta um comportamento diferenciado: *precisar*. O verbo pode ser combinado com argumentos nominais ou verbais e em ambos os casos apresentará valência dois. O que muda quando ele é combinado com sintagmas nominais ou verbais é sua estrutura sintática: de transitivo direto (*Monet precisa pintar ao ar livre*) ele passa a transitivo indireto (*Monet precisa **de** luz natural*). O que foi observado nos dados de R é o movimento de acréscimo de preposição à estrutura do verbo quando ele tiver como segundo argumento um verbo não finito. (*acabar algo* > *acabar **de** fazer algo*), o que justamente não procede com o verbo *precisar*.

Verbos trivalentes

Apenas um verbo trivalente que não muda a sua estrutura argumental nem sua estrutura sintática quando combinado com um argumento verbal foi encontrado no *corpus* de R: *ensinar*.

(82)

- M: O meu nome é esse?

- R: É.
 M: Aaaah.
 R: Não (MIA) eu tô/ eu tô f/ ensinano vocês a lê, a escrevê.
 M: Ah! (R: 3;09.04)

O verbo trivalente *dar*, quando combinado com sintagmas verbais mudará sua estrutura argumental e passará a ser bivalente. Ao mudar a estrutura de valências, muda também o significado do verbo: de “transferir a posse de algo para alguém” passa a significar “ser possível”:

(104)

- R: Não dá **pra** pegá, ó aqui!
 M: Claro, não é por aí, é por aqui. (R: 3;04.29)

Dar para forma uma unidade de sentido, constituindo uma expressão idiomática. O verbo passa a ser bivalente, não admitindo um terceiro argumento, mas mantendo a preposição **para** como introdutora de argumento.

O que foi observado:

Através dos dados apresentados aqui e dos instrumentos da *transitividade* e *valência verbal* foi possível observar que as preposições podem funcionar como introdutoras de adjuntos, o que não modifica a estrutura sintático-semântica do verbo que as subordina:

Cézanne pintou paisagens até virar cubista.

As preposições podem também funcionar como introdutoras de argumentos do verbo, e para que isto se realize, é necessário que o verbo seja ao mínimo bivalente:

Chagall continua a pintar pessoas apaixonadas.

A natureza dos argumentos pode ser de dois tipos: nominal ou verbal. Quando um verbo tem como argumento um sintagma verbal, este verbo se apresentará sempre na sua forma infinitiva e será sempre introduzido por uma preposição. A seleção da preposição introdutora desta oração infinitiva é restringida pelo verbo regente/ subordinante, que é o primeiro verbo da sentença:

Degas começou a pintar bailarinas

Gauguin parou de frequentar o círculo dos impressionistas

Picasso pediu para fazer um curso de pintura.

Se o verbo for monovalente e introduzir um argumento preposicionado, então o verbo e a preposição formam uma unidade de sentido, como por exemplo o imperativo

***Chega de** dar aspirina pro peixinho!*

Verbos como este são expressões idiomáticas em que a preposição já atingiu um alto grau de gramaticalização. Se o verbo original for trivalente e formar uma expressão idiomática com uma preposição ao introduzir orações infinitivas, então ele se torna bivalente:

*Frida Kablo acha que não dá **pra** viver assim.*

Se o verbo for bivalente, ele pode ser transitivo direto ou transitivo indireto. Se ele já apresentar na sua estrutura sintática um espaço para a preposição, esta preposição será usada para introduzir argumentos de dois tipos: sintagmas nominais

*Rodin gosta **da** vitalidade da superfície*

ou verbais

*Vermeer gosta **de** posicionar janelas à esquerda de seus quadros.*

Se um verbo tiver um argumento nominal sem intermédio da preposição, então ele selecionará uma dentre as três preposições introdutoras de orações infinitivas para subordinar verbos não finitos:

*Toulouse-Lautrec não parou **de** frequentar cabarés.*

Se o verbo for trivalente, ele manterá a sua preposição introdutora do terceiro argumento nominal para introduzir orações infinitivas⁴⁵, mas pode também sofrer uma redução de valências, se surgir uma nova unidade de sentido a partir do momento em que se combina uma determinada preposição com um determinado verbo, formando uma expressão idiomática:

*Não dá **pra** considerar Klimt um romântico.*

6.2.2. Função dos verbos na sentença

À análise da estrutura de valências do verbo realizada acima escapa a percepção da função que exercem os verbos flexionados envolvidos nas construções em que há orações infinitivas. É preciso pensar numa tipologia para os primeiros verbos da cadeia. Desconsiderando-se os verbos que

⁴⁵ Uma exceção – ao menos em partes – parece ser o verbo *ensinar*. Assumindo que em *alguém*(1) ensina *algo*(2) [*a/ para alguém*](3) e que as preposições **a** e **para** possam ser intercambiáveis entre si, tem-se: *Miquelangelo*(1) *ensinou* [*a arte de entalhar*](2) [**para** os/ *aos seus discípulos*](3) quando o verbo for trivalente e *Miquelangelo ensinou a entalhar* quando ele for bivalente que tem como segundo argumento uma oração infinitiva. Note-se que a preposição **para** não pode assumir o papel de introdutora da oração infinitiva: * *Miquelangelo ensinou para entalhar*.

antecedem as preposições **sem** e **até**, tem-se um grande grupo de verbos regentes das preposições **a**, **de** e **para** no *corpus* de R: *ser de e para, dar para, gostar de, ter de, acabar de, parar de, começar a, continuar a, aprender a, ensinar a, ajudar a, brincar de, cansar de, fazer para, chorar para, esquecer de, lembrar de e chega de*. Este grande grupo de verbos pode ser subdividido em: copulativos, modais, perífrases fasais e verbos plenos.

Copulativos

O verbo *ser*, quando acompanhado das preposições **de** ou **para** que introduzem orações infinitivas, tem a função de verbo copulativo na construção de definições.

(105)

- M: Vira a página, vira a página!
 R: Nã, nã (virando a página)
 M: Olha a rainha má.
 R: Hã? Nããã! É **pá** é **pá**, **é pá** vê.
 M: Ah! E depois o quê que aconteceu? (R: 2;01.23)

(106)

- R: Aqui não é estólia.
 M: Ah, não?
 R: É tudo **de** lê, é tudo **de** lê, cê tem que contá ... **comigo** ... e lê.
 M: Ah, tá bom, então vai. (R: 3;01.10)

Modais⁴⁶

É possível selecionar os verbos *dar para, gostar de e ter de* e dizer que eles têm na sentença a função de verbos modais (auxiliares). Em outras línguas a configuração sintática é semelhante: o verbo modal é realizado antes do verbo que ele modifica, sendo que o modal é conjugado e o outro permanece em sua forma infinitiva. Estes três verbos apenas funcionam como verbos modais porque modificam um outro verbo e porque os três verbos formam uma unidade de sentido com as preposições que introduzem as orações infinitivas. O verbo *dar* deixa de ter o sentido de “transferir a

⁴⁶ Entende-se por verbos modais aqui o que se conhece por este nome de outras línguas: inglês e alemão. Em alemão há seis verbos modais: *dürfen, können, möchten, müssen, sollen e wollen*; e no inglês eles são sete: *can, may, must, will, shall, ought, dare e need*, segundo as gramáticas “Duden” e “Oxford pocket basic english usage”. Não foram consultados estudos sobre

posse de algo para alguém” para significar “ser possível” na construção **dar para**, e *ter* deixa de significar “possuir”, para significar “dever, ser necessário” na construção **ter de**. As preposições com alto grau de gramaticalização têm seu valor semântico esvaziado, de modo que não se pode inferir o sentido dos blocos **dar para** e **ter de** a partir dos significados de cada parte. O bloco é um verbo modal que restringe como argumentos de si orações infinitivas.

(107)

M: Tá difícil cê pôr a chupeta hoje!

R: Num dá **pá ... pá ...pá** pôr. (R: 2;00.05)

(108)

R: Assim, óh (MIA) a geeente foooi **pa** São Paulo, [mas]

D: [(SI)]

R: Eu num **gosto de contá** coisas assiiim (MIA) difícil, esse é difícil.
(R: 4;04.10)

(80)

(R e M jogando o jogo da memória)

R: Aaaah, tem que dis/ eu tem com disvirá o meu ... cê num desvirô pra mim!

M: Proooonto.

R: Quero achá esse ... Num **tem di achá** ... Só achava ALÍÍÍ.

M: Muito beeeem. (R: 4;05.14)

Estes não são os únicos modais detectados no *corpus* de R, há também ocorrências de *poder* e *deixar*, mas estes dois verbos não estão inseridos na estrutura prototípica de verbo flexionado + preposição + verbo não finito. Eles ocorrem em construções em que o verbo não finito está elidido. Adotando a postura de que as formas divergentes ocorridas podem dar pistas para o funcionamento geral de um certo sistema, alguns episódios em que há elipses da oração infinitiva serão analisados. Os modais presentes nos episódios de fala a seguir: *querer fazer xixi*, *deixar ficar*, *poder fazer assim*, não subordinam preposições que introduzem as orações infinitivas. O verbo auxiliar detectado nesta constelação de eclipse da oração infinitiva, que marca tempos verbais (*vou olhar*) igualmente não seria ligado ao seu verbo não finito por intermédio de uma preposição.

verbos modais ou modalizadores para o português, o que significa que o termo é usado aqui para identificar verbos que delimitam o modo como ações são realizadas: com gosto, permissão, obrigação ou habilidade.

(109)

M: Então vamo lá na privada, vai. Cansei! Nem você mesmo...

R: Hum, hum. Eu quelo de pé.

M: Não, de pé não pode. Você não é menino. (R: 2;00.05)

(110)

M: Quê que aconteceu? Por quê que cê telefonou, querendo ir embora hoje?

R: (MIA) (SI) que (SI) acordo **de** manhã é muito tchaaaato.

M: Ir na escola de manhã é muito chato?

R: Éééé ... eu quero í sempre **na** escola **de** tarde.

M: (SI) mas você pode ir dormir cedo e acordar cedo.

R: Nuuuuum queeeeeero.

M: Por quê que é muito chato de manhã?

R: (MIA) porque ela não dêxa nem um pouquinho ficá **de** recreio [(SI)]

M: [Como é (SI)]

R: (chorando) só deixa na classe.

M: Cêis não ficam de recreio lá fora?

R: Nããããão. (R: 4;06.03)

(111)

M: Não pode fazer assim com o amarelo?

R: Não.

M: Ooolha!

R: Só podi **cu**a mão.

M: Que azar ... ó, mexeu. (R: 4;08.20)

Como os verbos não finitos foram elididos nestes episódios, os verbos modais tornam-se autosssemânticos e aparecem diretamente relacionados à preposição que introduz o adjunto do verbo ausente. O episódio seguinte traz um auxiliar sem seu verbo principal, relacionado ao adjunto do verbo elidido:

(112)

M: Hum! Tá maravilhosa! (irônica) Tá parecendo uma indinha em pé de guerra.

R: Agola eu vou olhá **no** espelho.

M: O espelho tá qui.

R: (SI) eu vou, eu vou com esse.

M: Olhou com esse mesmo? ... Cê tá linda? Vem aqui no claro. Aí não dá, aí tá escuro. Vem cá.

R: Eu vi. Vi. Não tá escuro, não. (R: 2;04.26)

Nenhum destes episódios em que há a elisão da oração infinitiva causa estranhamento ou dificuldades de compreensão, porque o contexto possibilita ao interlocutor preencher os espaços

vazios da sentença. Através destes episódios, tentou-se mostrar que o verbo auxiliar pode ocorrer sem o verbo não finito que ele modifica e que o elemento que diferencia verbos plenos de verbos auxiliares pode ser a preposição: verbos auxiliares (à exceção de três modais) não modificam os verbos infinitivos por intermédio de uma preposição, ao passo que verbos plenos, quando tiverem como argumento uma oração infinitiva, precisam selecionar uma preposição que possa intermediar os dois verbos. Não foi registrada a elisão do verbo não finito em sentenças com verbos modais que são formados por um verbo e uma preposição, como *gostar de*, *dar para* ou *ter de*. Se houvesse elisões do verbo não finito com estes verbos, seria interessante observar se a preposição é manifestada ou não, porque aí se teria pistas para pensar em relações de subordinação: a preposição é selecionada porque o elemento que a segue é um verbo não finito, mas por outro lado, uma preposição específica é selecionada por cada verbo que admite orações infinitivas como argumento (*acabar* seleciona sempre **de**, *começar* seleciona **a**, *dar* seleciona sempre **para**, e assim adiante, quando combinados com uma oração infinitiva).

Perífrases fasais⁴⁷

Os verbos *acabar de*, *parar de*⁴⁸, *começar a* e *continuar a* carregam informações a respeito da fase em que se encontra o desenvolvimento da ação, portanto são chamados de perífrases fasais. Considerados como sendo distintos de marcadores aspectuais e de acionalidade⁴⁹, estes são verbos auxiliares que recebem marcas de flexão de pessoa e tempo verbal e que fornecem dados sobre as fases do desenvolvimento do outro verbo, não sobre os sintagmas nominais presentes na sentença.

(113)

(R tomando banho e lavando a sua roupa)

R: Hum! Só já tô cabano de lavá a blusa.

M: Lava o pé direitinho, lava ... tudo direitinho ... eu vô levá o/ o chiclete na geladeira.

R: Manhê?

M: ãh?

⁴⁷ Este termo está sendo usado de maneira intuitiva aqui para agrupar verbos que funcionam como auxiliares de outros verbos, acrescentando-lhes informações acerca do desenvolvimento da ação dos verbos não finitos, especificando em que fase se encontra a ação. Para maiores esclarecimentos, conferir Bertinetto (1991).

⁴⁸ **Parar de** não codifica exatamente informações sobre a fase de um evento, mas sobre a suspensão ou interrupção do evento. Contudo, **parar de** não traz informações acerca da telicidade ou perfectividade de um evento, ou seja, não pode ser considerado como sendo um marcador de acionalidade ou aspecto. Esta é uma construção perifrástica que não se encaixa perfeitamente em nenhuma das categorias de verbo introdutor de oração infinitiva mencionadas acima, mas está mais bem acomodada na categoria das perífrases fasais.

⁴⁹ Para um estudo mais detido, recomenda-se conferir Bertinetto (1991), Squartini (1998) e ainda Ilari & Basso (2005).

R: Já acabei de lavar a blusa.
 M: Pronto?
 R: Ponto. (R: 3;06.22)

(114)

M: Legal, hein? Cabelo desse até parece a Gal Costa.
 R: Gaaaaaaaal Coooooosta! Pára de falá em Gal Costa! Minha vida, que num gosta **desse** nome Gal Costa aí, não!
 M: A Gal Costa é do Balancê. (R: 4;07.01)

(115)

R: E ó, derrubô a xícara, o leite, tudo (MIA) [ele]
 D: [Chorô]
 R: E daí ele começô a chorar.
 M: Pronto. (R: 3;09.04)

(100)

R: Eu não quero, mãe.
 M: Quê que não quer, filha?
 R: (SI) continuá a gravá ... eu quero agora (SI) e agora vai.
 (R: 3;06.22)

É preciso notar ainda que estes verbos (*acabar*, *começar* e *continuar*) podem ser combinados com outros verbos sem intermédio da preposição, contanto que o segundo verbo esteja no gerúndio. Assim pode-se construir:

Camille Claudel acabou enlouquecendo por causa da separação

Kandinsky começou tocando piano e cello

Da Vinci continua inspirando engenheiros.

Já o verbo *parar*, que não é exatamente um constituinte de uma perífrase fasal, não pode ser combinado com verbos em sua forma gerundiva:

**Modigliani parou desenhando rostos compridos.*

O significado de sentenças em que os verbos *acabar* e *começar* são combinados com verbos no gerúndio é diferente do significado interpretado a partir de sentenças em que estes verbos são relacionados a orações infinitivas através de uma preposição:

Camille Claudel acabou enlouquecendo por causa da separação

é muito diferente de

*Camille Claudel acabou **de** enlouquecer por causa da separação,*

assim como também

Kandinsky começou tocando piano e cello

é diferente de

Kandinsky começou a tocar piano e cello.

O verbo *continuar* não induz a interpretações diferentes:

Da Vinci continua inspirando engenheiros

tem, a princípio, o mesmo valor semântico que

Da Vinci continua a inspirar engenheiros.

Verbos plenos

Os verbos plenos *aprender a*, *ensinar a*, *ajudar a*, *brincar de*, *cansar de*, *fazer para*, *chorar para*, *esquecer de*, *lembrar de* e *chega de* são autosemânticos, o que significa que não modificam o desenvolvimento da ação referida pelo verbo não finito, mas apenas coordenam-se a ele por intermédio da preposição. Estes verbos foram descritos na seção anterior em termos de valências e transitividade.

A análise do número de valências e da transitividade dos verbos finitos da sentença não desqualifica a análise funcional destes verbos, pois elas podem ser feitas em paralelo. A diferença entre as duas análises é que quando se analisa a função do primeiro verbo da sentença, está-se analisando um verbo em um contexto sintático específico, e quando se examina a estrutura argumental de um verbo, a posição sintática dele na sentença é irrelevante.

Uma única implicação de causalidade entre estes dois níveis que se pode ver a partir dos poucos dados que se tem à disposição é a seguinte: se o primeiro verbo da sentença não for um verbo pleno, ou seja, se ele for copulativo, modal ou perífrase fasal, ele terá apenas um argumento introduzido por uma preposição que ele determinará. Este argumento é a oração infinitiva. Se o primeiro verbo da sentença for um verbo pleno, ele pode admitir outro argumento além da oração infinitiva introduzida por preposição. Dos verbos da lista apenas dois se enquadram neste parâmetro: *lembrar* e *ensinar*:

*Paul Klee lembrou **sua mãe** [**de** botar o lixo pra fora]*

*Manet ensinou **seus companheiros** [**a** libertar-se das representações].*

Apenas o verbo *ensinar* (episódio (82)) teve suas três valências saturadas por argumentos. O verbo *lembrar* foi usado como se fosse bivalente ao longo de todo o *corpus* de R.

6.3. Formas divergentes

As ausências de preposições em posição de introdutoras de orações infinitivas já foram descritas na seção 5.2. Não houve registro, nos dados de R, de excessos de preposições introdutoras de orações infinitivas. Restam as trocas de uma preposição por outra no âmbito das formas divergentes. No segundo capítulo desta dissertação foram mencionadas as trocas de uma preposição por outra e foi notado que a grande maioria delas se deu na marcação de circunstâncias espaciais. Esta abundância de trocas de preposições no âmbito espacial se dá porque todas as preposições contempladas aqui podem marcar espaço (**a**, **até**, **contra**, **com**⁵⁰, **de**, **em**, **entre**, **para**, **por**, **sob** e **sobre** – em itálico estão as preposições que não foram encontradas no *corpus* de R) e este é o uso mais freqüente da preposição na fala de R: marcadora de expressões locativas. Há, contudo, três episódios em que R troca uma preposição por outra em contextos não locativos. Considerando-se os eixos metafórico e metonímico como eixos organizadores da língua duplamente articulada, pode-se pensar que R escolheu, no eixo metafórico, uma entre três candidatas a introdutoras de oração infinitiva para o espaço aberto na cadeia, no eixo sintagmático:

(27)

R: (SI) então vamo continuá?

M: Continuar o quê?

R: Continuá de brincá.

M: De brincá? (rindo) ((quem transcreveu, sublinhou)) Vamo. Mas eu quero te contar uma coisa.
(R: 2;08.24)

Se o verbo *continuar* for combinado com um verbo não finito, este selecionará a preposição **a** para estabelecer esta relação de subordinação. Isto não aconteceu aqui. **De** também serve como elo entre dois verbos, como acontece em

⁵⁰Sim, na fala de R foram computados quatro casos em que ela usa **com** para marcar relações espaciais. Segue apenas um:

R: Vô aí nadando **com** você.

M: Tá bom. ... vem ... Muito bem, dona Quell (R: 2.06.08)

A fala de M, que diz *vem*, indicando que M e R não estão no mesmo local, autoriza a pensar que mais adequado seria *von aí nadando*, **até** você.

*Caspar David Friedrich combinou **de** passear no campo.*

No episódio acima, R trocou uma preposição introdutora de verbos não finitos por outra. Nos dois episódios que seguem, a preposição introdutora de verbos não finitos é empregada para introduzir sintagmas nominais, o que causa estranhamento, já que nesta posição era esperado um sintagma verbal:

(116)

- R: A minha casa era lá em Rio de Janeiro ... nós já combinamo disso, né? ... Ah, é, esqueci **de** enxugá.
 D: Agora eu tô em Campinas.
 R: Acho que vô **na** Carla.
 D: Eu também.
 R: Mas cê já tá **em** Campinas, Dã! (R: 3;07.16)

(28)

- R: Manhê? Vamo pará desse assunto e vamo gravá?
 M: Uai? Nó/ nós tamo gravando! (R: 4;04.23)

Combinar de é uma constelação que introduz orações infinitivas (*combinar **de** ver um filme*) e não introduz sintagmas nominais. Para relacionar sintagmas nominais ao verbo *combinar*, pode-se usar a preposição **com** para introduzir participantes da ação (*combinar **com** ele*), ou o verbo *combinar* pode ser usado de modo transitivo direto, sem preposição alguma entre o verbo e seu argumento (*combinar uma data*). Quando este verbo for ligado a orações infinitivas através da preposição **de**, a preposição manterá sua forma invariável. Pode-se pensar num cruzamento de estruturas:

combinar + **de** (invariável) + SV

combinar + **com** (variável) + SN

⇒ combinar + **de** (variável) + SN

⇒ combinar disso.

Parar de é uma combinação que introduz uma oração infinitiva (*parar **de** fumar*), mas aqui se tem um sintagma nominal regido por **parar de**. A preposição esperada seria **com**. Pode-se especular, então, que um cruzamento de estruturas esteja em vigor:

parar + **de** (invariável) +SV

parar + **com** (variável) + SN

⇒ parar + **de** (variável) + SN

⇒ parar desse assunto.

Como não há outras trocas de preposições, ou registro de outras preposições introdutoras de verbos não finitos, pode-se afirmar que as preposições introdutoras de argumentos sob forma verbal são de fato **a**, **de** e **para**. Nas sete ocorrências de **até** e **sem**, as preposições, na função de introdutoras de orações infinitivas, não introduzem argumentos, mas sim adjuntos do verbo. Esta constatação corrobora a hipótese lançada nesta dissertação de que as preposições invariáveis, como por exemplo **até** e **sem**, são introdutoras exclusivamente de adjuntos do verbo, ao passo que as preposições variáveis, como por exemplo **a**, **de** e **para** podem ser introdutoras de adjuntos e/ou argumentos do verbo.

7. Marcas de fala heterogênea

No segundo capítulo, foram apresentados todos os tipos de contextos em que a preposição estava presente (ou ausente) na fala de R. As ocorrências que foram denominadas “formas divergentes” são formas idiossincráticas, mas não são facilmente sistematizáveis. Assim como Figueira (2003), que, analisando a conjugação de verbos na fala da criança, conclui em seu trabalho que o “erro” ocorre em várias direções, não é previsível, é individual de uma criança e ocorre paralelamente com os acertos; foram detectadas várias formas de uso idiossincrático da preposição ligada a verbos na fala de R: “erros de concordância”, trocas de uma preposição por outra, ausências e excessos de preposições e inversões de ordem sintática.

As preposições que não foram amalgamadas a outros itens lingüísticos (quando era esperado que fossem) estão descritas num capítulo reservado à forma da preposição. Lá foi discutida a contração de preposições com pronomes e artigos e sua marca de concordância em número e gênero. Foi constatado, através do manuseio de dados que continham “erros de concordância”, como a análise das “formas divergentes” pode contribuir para a descrição do sistema de preposições na língua portuguesa. A contribuição é pequena, mas a descoberta de que há uma certa regularidade no uso da preposição **de**, em especial, só pôde ser feita quando esta regularidade foi desfeita na fala de R: *não quero mais brincar **dos** bichos, quero brincar **do** Playmobil e ganhei **do** meu aniversário* deram pistas para que se pensasse que **de** é uma preposição invariável quando introduz adjuntos do verbo e advérbios:

*Kierkegaard não vai mais viajar **de** trem*

*Nietzsche costumava escrever **de** manhã*

e aparece amalgamada a outros itens lexicais quando introduz argumentos do verbo:

*Sartre cuidava bem **das** plantas*

*Hegel não gosta **dessa** cor.*

Neste capítulo serão abordadas as combinações de verbo + preposição e as combinações entre duas preposições, e será feita uma breve retomada das ausências e excessos de preposições como marcas de heterogeneidade da fala da criança. Por fim serão discutidas as inversões da ordem das palavras na sentença.

7.1. Dois tipos de combinações

Foram apresentados, neste trabalho, quatro tipos de combinações realizadas na fala de R, envolvendo a preposição:

Preposição + sintagma nominal

Preposição + sintagma verbal

Verbo + preposição

Preposição + preposição

As duas primeiras constelações combinatórias em que a preposição pode ocorrer são tão comuns na fala de crianças quanto na fala do adulto. É necessário apenas, como condição para a manifestação deste tipo de combinação, que o elemento elidido esteja expresso no enunciado anterior. Um contexto favorável a este tipo de combinações é o diálogo.

Quanto aos dois tipos de combinação que encerram a lista de tipos de combinação, pode-se dizer que são fenômenos marcados. O não preenchimento do argumento do verbo não é idiossincrático em si, se a preposição e o argumento formarem um bloco e estiverem ambos elididos

*Adorno disse que não gosta (**de** roxo)*

Adorno disse que não gosta **de (roxo)*

Se apenas a preposição estiver manifesta na cadeia, sem que o elemento que ela deveria introduzir seja expressado, tem-se uma combinação heterogênea em relação à língua instituída. Primeiro serão alistadas as três únicas ocorrências em que R não reformula seu enunciado, se interrompe ou é interrompida, deixando a seqüência verbo + preposição inacabada:

(117)

R: Um cach/ cachorrinho tá, um/ um cachorrinho tá, tá, tá, tá, tá lá **na** casinha.

M: O cachorrinho tá lá na casinha?

R: Tá **na**!

M: Hum.

(R: 2;01.16)

(118)

V: Tá peladinha?

M: Tá só de saia.

- R: Tá só de.
 M: Né, Verrô?
 V: (ri)
 R: Eu tô gavaaando! (R: 2;10.14)

(119)

(R no banheiro)

- R: Fica sujo.
 M: Quê? Fala mais alto.
 R: Molhei **no** papel.
 M: Puxa a descarga.
 R: Espera aí, tchô molhá até!⁵¹
 M: Molhá até? Molhar tudo?
 R: É, molhar tudo ... vai?
 M: Não, Quel, não põe a mão aí. (R: 3;01.10)

Mesmo que o verbo e a preposição formem uma unidade de sentido, como é o caso das expressões idiomáticas e dos *posvérbios*, o sintagma que a preposição introduz não pode ser elidido da sentença. Assim *Não dá pra!* e *Agora chega de!* não são construções aceitáveis em português brasileiro. *Estar na*, *estar de* e *molhar até* são formas heterogêneas porque o elemento que as preposições deveriam introduzir, desempenhando sua função de palavras relacionais, não está manifesto no enunciado de R. É possível pensar que a criança faz um recorte de unidades lingüísticas significativas de modo diferente do adulto. Como a criança em questão ainda não foi alfabetizada, os limites da palavra são recortados com base em outros critérios que os espaços em branco antes e depois da palavra escrita. A única forma de *input* lingüístico que a criança decodifica é a cadeia sonora que é a linguagem falada. É possível especular, então, que a criança recorte unidades como **ta na**, **ta só de** ou ainda **molhá até** como sendo unidades correspondentes a um verbo, porque estas unidades estão linearmente dispostas. Vale lembrar que neste momento a noção de *posvérbios* de Nascentes, Bechara e Travaglia pode ser aplicada aqui: *a preposição funciona como um morfema do verbo*. A preposição não tem saliência fônica ou semântica na cadeia sonora que a criança ouve. Como as preposições não possuem um “peso semântico” comparável ao de substantivos ou verbos, e não são destacadas na curva entonacional da fala, parece pertinente pensar que a criança aglutina as preposições a

⁵¹ A entonação da criança revelaria se ela estava entoando *molha até* analogamente à expressão *falou, falou, falou até*. Infelizmente não se teve acesso às gravações dos dados, somente às transcrições. A resposta da mãe indica que a preposição **até** de R tenha sido usada com este sentido de *até cansar, bastante, muito mesmo*, já que ela pergunta: “Molhá até? Molhar tudo?”.

elementos da cadeia sonora que sejam semanticamente e foneticamente salientes. Assim a criança recorta unidades de sentido de maneira heterogênea.

Nos dois episódios seguintes R desiste de preencher a valência do verbo:

(13)

(R virando as páginas do livro)

R: Ó?

M: Hã.

R: Ó, ó o Pinóquio **tá na**... viu?

M: Viu.

(R: 2;02.14)

(120)

(R e D mexendo na máquina de escrever)

R: Papel, nunca vi (SI) cair **pa** fola. Caiu **pa** fola ... Ô Lela, eu nunca vi o papai/ o/ o/ o papel **cair na** ... Ah! Caiu.

(R: 2;04.02)

As pausas indicam que R desistiu de realizar o sintagma nominal que a preposição introduziria. Acredita-se que nestes dois episódios R recortou as unidades significativas de modo heterogêneo. Já nos episódios seguintes, há características do diálogo que justificam a elisão de sintagmas nominais que deveriam ser introduzidos pela preposição. Interjeições, reformulações, mudanças de tópico discursivo e a interrupção do interlocutor fazem com que o espaço reservado para o argumento ou adjunto do verbo não seja preenchido:

(121)

R: Esteimote.

M: O quê é isso, esteimote? O quê que é isso?

R: Ester Mote (grita)

M: O quê que é isso?

R: Es - ter Mo - te (estaca)

M: O quê que é isso?

R: É Ester Mote.

M: Isso aí é televisão, é?

R: É, **tem filme na**, uai! Quase que eu vô [(SI)]

M: [É televisão isso aí, é?]

R: É.

(R: 2;07.21)

(122)

R: Ó? Ó isso, ó?

M: Pra quê/ o quê que cê faz com remo, André?
 R: [Ó, ó, pôe/]
 A: [Eu remo.]
 R: Põe **no, na**, hum, **ê, esse** aqui, ó? (R: 2;08.24)

(123)

M: O quê cê tá fazendo?
 R: Tô (SI)
 M: Engatou, engatou no trem?
 R: Engatou **no**, éé (SI) [(SI)]
 M: [No trem no outro?] Um vagão no outro? (R: 2;09.01)

(30)

R: Depois teve uma briiigaaa.
 M: Não é briga! Que briga?
 R: Teve sim, **co Bambi e com** óh!
 M: Não/ não/ não não foi o bicho-homem?
 R: É o bicho-homem. (R: 4;06.17)

(124)

R: Olha aqui, olha aqui, esse.
 M: Lindo, esse da Daniela, [né?]
 R: [Mais] a gente pode brincá, [a gente pode brincá]
 M: [É muito bonito, o da Daniela] também.
 R: Mais a gente pode brincá **de**/ é **de** você esses vestido aqui, é **de** você esse?
 M: Mais eu sou uma irmã muito grande ... Será que eu caibo lá?
 R: Caaabe ... e esses dois é **pra** mim.
 M: É.
 R: Esses três ... **pra** mim.
 M: Ah, é uma graça. (R: 3;01.02)

(125)

R: Ela mentiu **pra**...
 M: Pra Glória.
 R: **Pra** Gló/ **pra** G (SI)
 M: E quê que aconteceu aqui, que é mais importante da estória?
 (R: 4;01.24)

Estima-se que a combinação de verbo + preposição (sem a realização de argumentos ou adjuntos) poderá ser encontrada em diálogos entre adultos, o que provaria que este tipo de combinação não é heterogêneo no contexto dialógico – em que há interrupções, reformulações e mudanças de tópico discursivo.

Outro tipo de combinação detectado no *corpus* de R foi a combinação de duas preposições. Este não é um fenômeno idiossincrático e específico da fala de criança. Bechara (1967) aponta para este tipo de combinação em sua gramática:

Acúmulo de preposições. – Não raro duas preposições se juntam para dar maior efeito expressivo às idéias, guardando cada uma seu sentido primitivo:

*Andou **por sôbre** o mar.*

Êstes acúmulos de preposições não constituem uma locução prepositiva porque valem por duas preposições distintas. Combinam-se com mais freqüência as preposições: **de, para e por** com **entre, sob e sôbre**:

(...) olhar **por entre** duas portadas mal fechadas (...)

(...) não levantar a mão **de sôbre** os joelhos (...) (Bechara, 1967 – p. 191)

As combinações feitas por R não serão compostas pelas preposições **entre, sob** ou **sobre**, mas sim pelas preposições **de e a, sem e de, até e em e para e de**:

(7)

R: Eu quero i **no** pescueiro.

M: Hã?

R: Quero ir **no** pescueiro.

M: Mas nós estamos sem carro.

R: Eu quero.

M: Uai! É longe, filha!

R: Vamo **de a** pé.

M: Como, vamo de a pé?

R: **No** carro do vovô Zamil.

M: No carro do vô Jamil não pode. É muito longe o pescueiro, minha filha. Cento e cinqüenta quilômetros, não é daqui ali.

R: Vamo! (R: 2;02.20)

(126)

M: Três chiclete? Cê não quer tirar o chiclete da boca pra gente gravar melhor?

R: Gravaaaah, mãe?! Esperaí, qual que (SI) lá em cima do leão tinha o copo de Bá e daí morreu, eu vou **com** chiclete, **sem da** boca.

M: Sem da boca?

R: [(SI)]

M: [Aaaah] Tirou o chicle da boca? Ótimo. (R: 3;07.29)

(127)

R: Sabia que a/ m/ Jaaana ficô um tempão, **até na** hora de sair, né?! (MIA) daí ficô.

M: Ficô um tempão aonde?

R: **Com** o pintinho **na** mão ... **com** o (SI) até na hora de ir **no** carro.

M: Mas a Jana levou o pintinho hoje?
 R: Nããããã (MIA) (R: 4;03.16)

(8)

(R reclama pra M que a sua professora não a deixa sair da classe durante o recreio)

M: Eu vô falá com ela.
 R: Nããããã! Deixa, eu vô pa di taaaarde.
 M: Ué, mas cê não quer que a mamãe fale com ela?
 (R: 4;06.03)

No total foram detectadas nove combinações entre duas preposições. Duas ocorrências são de *vamo de a pé*, duas de *sem da boca*, uma *ir pra de manhã*, uma *ir pra de tarde* e uma *ir pra de noite*, uma *ficar até na hora de sair*, e uma *bate até no chão*.

“Vamo **de a pé**”, “ficou **até na** hora de ir embora” e “eu vou **pra de tarde**” poderiam perfeitamente ser enunciados realizados por falantes adultos do português brasileiro e não causam estranhamento.

Quando um falante de português quiser especificar um meio de transporte com o qual se locomove, a preposição **de** é utilizada. Assim tem-se *andar de carro*, *ir de trem*, *viajar de moto* e assim por diante. “Andar sobre os próprios pés” é marcado por preposição diferente daquela que marca um meio de transporte externo ao ser humano: diz-se *ir a pé*, não *ir de pé*. Em outras línguas o mesmo fenômeno pode ser observado: *on foot*, mas *by car*, *bus*, *train* em inglês e *zu Fuß*, mas *mit dem Auto*, *Bus*, *Zug* em alemão. Em português a combinação **de a pé** é corrente, mas não acontecem combinações do tipo: *vou de a carro* ou *vou a de ônibus*. Observe-se que a criança não diz *ir de pé*, mas diz *ir de a pé*. O elemento marcado é *pé* e a ele se aglutina a preposição que o introduz. A preposição mais usada, portanto não marcada, é **de**. Usa-se então a preposição **de** para introduzir o bloco *a pé*.

No caso de “ficou **até na** hora de sair” a segunda preposição é opcional e somente reforça a idéia de que inclusive na hora de sair o evento ainda estava em processo. Já em “vou **pra de tarde**” há a elipse do nome que rege a segunda preposição: “vou **para** o período **da** tarde”. Esta elisão é aceitável em português do Brasil.

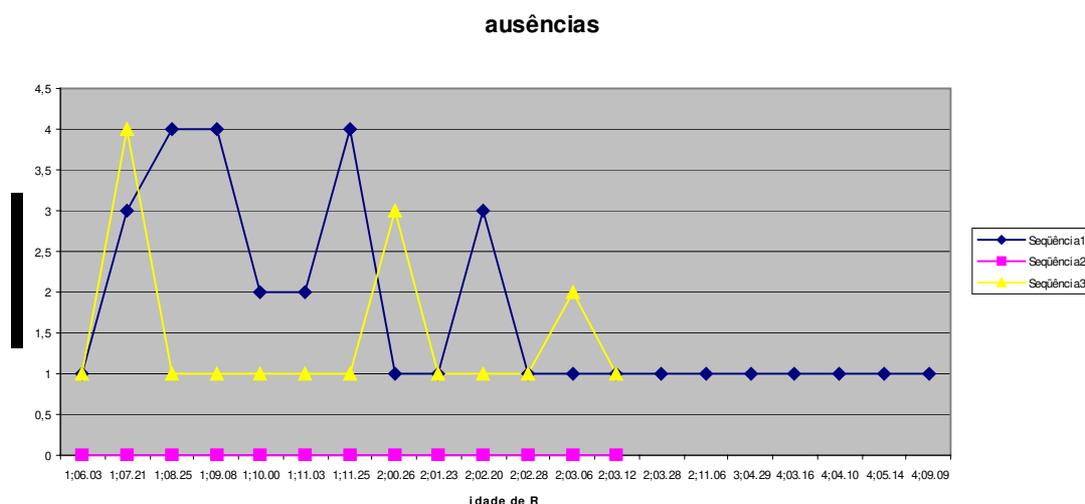
Singular da fala de R é a construção “**sem da boca**”, que parece ser resultado de uma elisão do verbo não finito que selecionaria a preposição **sem**: “**sem** (tirar o chiclete) **da boca**”. A forma **sem da boca** não é aceitável em português brasileiro, mesmo porque quando houver elisão de verbo, como já foi constatado no capítulo anterior, o verbo auxiliar ou modal permanecem na sentença, mantendo o sentido do verbo elidido. Na combinação **sem da boca** não há verbo que

garanta o sentido *sem tirar da boca*, por isso o enunciado não é semanticamente transparente. Outra forma de se interpretar este dado é observando que em *eu vou com chiclete, sem da boca* há a contraposição de sentidos de duas preposições. Nesta construção é o sentido das preposições **com** e **sem** que determina a escolha das preposições. Os critérios sintáticos tornam-se pouco relevantes neste momento em que o conteúdo semântico das preposições antônimas é saliente. Isto somente acontece porque **sem** não é uma preposição altamente gramaticalizada e **com** ainda preserva um valor semântico retraçável. Pode-se dizer então que houve um deslocamento do plano sintático para o plano semântico neste enunciado.

7.2. Ausências e excessos

Tanto as ocorrências de elipses como as de excessos de preposições (em relação ao previsível pela gramática da língua) não seguem um padrão e dificilmente são sistematizáveis. É possível perceber que as preposições elididas na fala de R são: **a**, **de**, **em**, **com** e **para** e que os excessos são preenchidos pelas preposições **de**, **em** e **com**.

As preposições foram elididas em dois contextos: quando introdutoras de sintagmas nominais e quando introdutoras de sintagmas verbais. O gráfico a seguir mostra a frequência com que as preposições foram elididas nestes dois contextos ao longo do tempo em que a fala da criança foi gravada:



Seqüência 1 da legenda indica as ocorrências em que a preposição foi elidida quando deveria introduzir sintagmas nominais, ao passo que **seqüência 3** indica as ocorrências em que não há preposição introduzindo orações infinitivas. **Seqüência 2** está assinalado o período em que a ausência de preposições introdutoras de sintagmas verbais é concomitante com a ausência de preposições introdutoras de sintagmas nominais.

O maior índice de reincidência de ausência de preposições é no contexto da combinação de verbo pleno e verbo não finito, em que o **a** é elidido. Pode-se observar na linguagem corrente que os paulistanos freqüentemente não realizam esta preposição quando ligada ao verbo *começar* introduzindo uma oração infinitiva:

Kant começou fazer um curso de culinária.

Mesmo assim, o número de ocorrências de elisões de preposições que introduziriam orações infinitivas não é alto, se comparado com o número e freqüência das elisões de preposições introdutoras de sintagmas nominais.

(128)

R: Eu **apendi fazê** a ponte.

D: A ponte, olha o seu carro aqui.

R: Mas eu vô **fazê** apendê. (R: 2;08.14)

(55)

(M tenta descobrir quem ensinou R a fazer balão)

M: Quem te ensinou?

R: (tosse) Mh, ninguém. Ninguém me **ensinô fazê** isso.

M: E agora, quê cê tá fazendo? (R: 2;09.30)

(34)

(R quer brincar com M)

R: Então brinca, cê não tá **começano brincá**.

M: Então vamo brincá. Do quê? (R: 3;02.13)

As outras elisões não são absolutamente da ordem do repetível, configurando-se totalmente singulares e esporádicas. Seguem três episódios ilustrativos:

(60)

M: Pronto ... Vamo, Raquel. Eu quero ouvir a história da Branca de Neve que você vai me contá. Chega de limpá o nariz. Deixa eu dobrá o lencinho.

R: Hum. Então.

M: Hum.
 R: O tavaló correu, correu, correu, correu, correu, correu, **correu a Banca de Neve.**
 M: Hã!
 (R: 2;01.23)

(62)

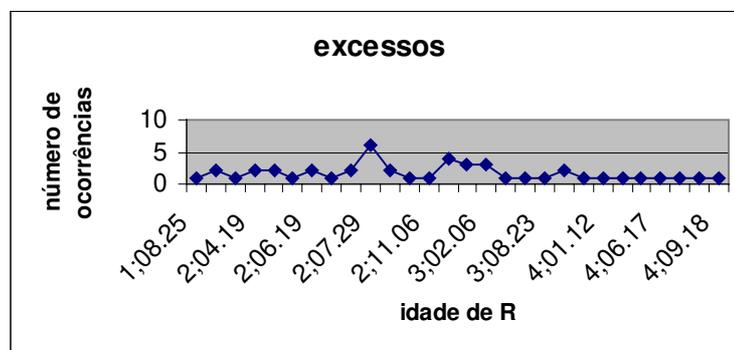
M: Quem chorava?
 R: Eu.
 M: Quando?
 R: Quando eu **fui pesqueiro pescá.**
 M: Quando você foi no pesqueiro pescar? Por que você chorava?
 R: Porque sim.
 (R: 2;02.20)

(33)

(R e M tocando xilofone)

R: Ficou muito barulho?
 M: Não, não faz mal. Pode fazer barulho (ri).
 R: Não gosto **de** barulho, não.
 M: Mas por quê?
 R: Poque **pichiza uma coisa** aqui.
 M: O quê que precisa?
 (R: 2;03.28)

Os elementos que selecionariam a preposição estão presentes nos enunciados (os verbos não finitos, os complementos *a Branca de Neve* e *pesqueiro* e o verbo *precisar*), mas a preposição não é realizada. Não se encontrou explicação para este fenômeno, assim como também não se encontrou explicação possível para os excessos de preposições. Estas ocorrências igualmente não são fenômenos que se repetem, são singulares, pontuais e muito provavelmente particulares da fala de R. Estas são marcas insólitas da fala da criança que não são passíveis de sistematização, porque as ausências e os excessos não seguem padrões.



É possível verificar, através deste gráfico, que os excessos de preposições são menos frequentes que as ausências de preposições ao longo do *corpus* de R. Seguem algumas amostras de excessos:

(35)

- M: Ah! Eu vi uma coisa nesse pesqueiro.
 R: O quê?
 M: Uma coisa que chama perereca.
 R: Peleleca.
 M: (ri)
 R: Ela pula.
 M: Ela pula? Como é que cê fez nela?
 R: Sutei nela e pe, pulou.
 M: Chutou nela e pulou?
 D: Vamo, Raquel, vamo fazê uma estada? A mamãe, eu e ela.
 M: Viu, eu tô conversando com ela do pesqueiro, filhinha. E depois, e depois, o que aconteceu com a perereca?
 R: Pulou.
 M: E você?
 R: Eu sutei ela.
 M: Você chutou ela?
 R: É. (R: 2;02.02)

Sutei nela é induzido pela fala de M: “Como é que cê fez **nela**?”, depois M repete **nela** e R retoma **sutei ela** no fim, o que M repete. Este é o único excesso explicável pelo contexto de diálogo. Considera-se que uma explicação para os excessos dos outros episódios de fala não passaria de especulação:

(65)

- R: Malévala.
 M: Da Malévola?
 R: É. Vai pegá com livlo.
 M: Eu vô pegá o livro o cê, mas quem vai contá é você! (estacando)
 R: Tá.
 M: Tá bom?
 R: Tááá. (R: 2;06.19)

(129)

- (M volta com um livro da Alice no País das Maravilhas na mão)
 M: Achei. Eu trouxe aqui. Mas é pra contar. Vem?
 R: Eu não tô poculando.
 M: O quê que cê tá poculando?

- R: Poculando **dum** lápis.
 M: Procurando o quê?
 R: Lápi. (R: 2;09.01)

(67)

- R: Eu vô te jogá ... isso daqui, viu?
 M: Por quê?
 R: Porque ocê falô **de** mal **de** mim.
 M: Eu não falei mal de você.
 R: Falôôôô! (R: 3;01.10)

O verbo *pegar* não rege a preposição **com**, porque esta não é uma escolha sistemática, assim como o verbo *procurar* não seleciona sistematicamente a preposição **de**. Se se considerar que os complementos selecionam estas preposições, tem-se alterações de significado: R vai usar o livro como instrumento para pegar algo, como em

*Benjamin pega selos **com** a pinça,*

mas esta não parece ser uma leitura autorizada. Que R procura algo que é de posse de um lápis, igualmente não parece ser uma leitura autorizada. A conclusão mais plausível a que se pode chegar é que nenhum dos elementos da sentença pode ser responsabilizado pela escolha destas preposições em excesso. O mesmo acontece no último episódio citado. O complemento dativo *mim* seleciona a preposição **de**, mas o adjetivo *mal* não seleciona uma preposição neste contexto. *Estar de mal* é possível, assim como *ser do mal* também, mas neste caso a preposição que antecede o adjetivo é supérflua e pode ter sido antecipada⁵².

Resumindo, é quase sempre possível identificar o regente da preposição, mesmo que ele esteja elidido. A única exceção são os excessos, em que a preposição não é selecionada por nenhum dos termos da sentença. Era esperado que se pudesse provar que não é sempre que o verbo seleciona preposições, mas não era esperado que se encontrasse casos em que há uma preposição cuja razão de ser não pode ser retraçada. Anteriormente foi apontado que Travaglia (1985) trabalha com a função das preposições: uma delas é a semântica, de forma que elas são selecionadas para dar ênfase ao enunciado. Assim, a preposição é selecionada por razões estilísticas ou discursivas. A preposição não

⁵² Uma forma de cometer “erros” ou “lapsos” de língua é antecipando elementos lingüísticos que apenas apareceriam no final do enunciado ou palavra. Um exemplo poderia ser *Alibusser tomou um **chente*** em vez de ***chocolate quente***. Para mais detalhes, conferir Cutler (1982).

marca caso ou a posição de objeto indireto, mas dá ênfase ao que se diz. No entanto, não é possível perceber que tipo de ênfase R quer dar aos seus enunciados quando produz excessos de preposições.

É preciso apontar que nem todas as preposições excessivas de R podem ser consideradas como sendo formas divergentes da fala adulta. Foram encontrados dados em que a descrição de Travaglia (1985) dos *posvérbios* é bastante adequada ao que se denominou aqui de excessos:

(64)

(R no banheiro)

R: Fica sujo.

M: Quê? Fala mais alto.

R: Molhei **no** papel.

M: Puxa a descarga. (R: 3;01.10)

(130)

AG: Tá vendo? ... Olha, olha a mulher bonita! Depressa!

R: Nããão, gora/ (MIA) larga **da** chaminé e vamo **na** portinha.

AG: É. (R: 4;07.01)

*Largar **de*** é um exemplo feliz de *posvérbios*, porque a alteração semântica que a preposição provoca sobre o verbo é sutil, mas perceptível:

Popper largou a escada

*Popper largou **da** escada.*

Em ambos os exemplos há objetos concretos envolvidos na ação de *largar*. No segundo exemplo, porém, tem-se a impressão de que o *agente* estava grudado, preso ao objeto concreto. Se, contudo, o objeto de *largar* for um conceito abstrato:

**Descartes não consegue largar as dicotomias*

*Descartes não consegue largar **das** dicotomias*

então a preposição faz-se necessária para que não se interprete o conceito abstrato como sendo um objeto concreto. Pode-se dizer que a seleção ou não da preposição para este verbo com objetos concretos é processo de diferentes variantes dialetais.

Observando o episódio acima, pode-se notar que *chaminé* não é, apesar da preposição **de**, um objeto indireto, já que o *posvérbio* afeta somente o valor semântico do verbo. Na sentença *Molhei **no** papel* a preposição parece exercer a função de delimitar e enfatizar o espaço que foi molhado, não alterando a função de objeto direto do *papel*.

7.3. Inversões de ordem de palavras

A ordem dos elementos lingüísticos na sentença é um critério sintático para a língua portuguesa. São poucos os episódios registrados em que isto acontece, no entanto é possível perceber uma certa regularidade em alguns destes episódios: a preposição aglutina-se ao verbo que a subordina:

(131)

M: Onde será que o sapinho tá?

R: Táqui, tá no quarto meu. (R: 2;00.12)

(132)

R: Eu pôr fralda na boneca minha.

D: Porque ele tá/

M: [Você vai pôr o quê?]

D: [Porque ele tá doente?]

M: É porque o Bolinha tá doente? Não, é que ele caiu da escada, ó! Ele foi tique, tuque, tuque. Não dá pra olhá, mas tá aqui o barulho dele. Caiu tum, tum, tum. Foi caindo na escada até lá embaixo. (R: 2;00.26)

(133)

(M desenhando uma mulher com roupas)

R: Eu quero dessa cor saia.

M: A vermelha, né?! [mh] ... quando a gente vai/

R: É vermelha. (R: 2;09.22)

Nestes episódios pode-se perceber que um elemento que era esperado em outras posições foi movido para o final da sentença:

*Tá no **meu**(x) quarto (x)*

*Eu (vou) pôr fralda na **minha**(x) boneca (x)*

*Eu quero (uma) **saia**(x) dessa cor (x)*

As sentenças enunciadas por R causam estranhamento porque elementos satélites do núcleo do sintagma nominal que as preposições em questão introduzem estão em posições inusitadas, não porque a posição da preposição está inadequada.

Há dois casos em que R faz uma topicalização, destacando em primeira posição da sentença um elemento que quer enfatizar:

(21)

M: Olha o que eu fiz, ó o que eu aprontei, ó.

R: Cola dá **pa** mim.

M: Cola dá po cê, né, veíaca? Tô mostrando (SI)

R: [Ó o que cê fez]

M: [Derrubei no chão.]

R: Ó o que cê fez. Agola dá **pa** mim, agola dá **pa** mim ... cola, cola ...

(R: 2;02.28)

(134)

(R, D e M montando um brinquedo)

M: Vai lá ... procura outro, ó ... olha, Raquel. Procura a outra parte aqui ... Aí cê põe ... é, esta vai ficar aqui em cima ... dáqui, Quel, olha, põe, pode pôr ... isso!

R: (SI) Agora **no** céu é que eu ponho.

M: No céu?

D: Ah, mas tamém aqui não vai ... montá mais. (R: 3;03.28)

Ambas as sentenças dos episódios acima podem ser aceitáveis, dependendo da entonação que o falante dá para topicalizações como estas. Há ainda episódios em que R insere um item entre a preposição e o verbo, o que causa estranhamento:

(135)

(R e M brincando com bonecas)

R: (SI) pronto ... a minha Suzi também tá tudo descabelado.

M: Tá mesmo, olha a Suzi também ... [descabeladíssima]

R: [(SI)] A minha também ... aah minha tava quebrada **ca** perna também.

M: Sabe por quê que a Naninha tem a perna daquele jeito?

(R: 2;11.02)

(136)

(R acabou de decidir que na nova brincadeira ela é mamãe e M é o papai)

M: Quem vai ser minhas fi/ nossos filhos?

R: Ele ... essa filhinha minha (SI) a nossas filhinha desta tá quebado **co** pezinho (SI), não pode bincá **com** ela, não.

M: A Naninha? Coitada da Naninha, judiação. Tem esses dois filhinho aqui, olha, o Fabinho, e a Lilinha.

(R: 2;11.02)

(137)

(Salão de beleza em casa)

M: Hum ... tá linda, bem, tá linda.

R: Eu preciso mais de coisa.

M: Mais de coisa? Que coisa?

R: Pa passá aqui, aqui.

M: Nos olhos, sombra?

R: É. (R: 3;00.25)

(138)

R: Eu vô, eu preciso mais, eu preciso mais, eu preciso mais de coisa.

M: Que coisa?

R: Coisa, ruge. (R: 3;01.02)

A posição da preposição não causa estranhamento, mas sim a colocação dos elementos componentes do sintagma nominal que a preposição introduz. Neste último episódio a posição da preposição está afetada:

(22)

M: Tem o postinho! Vamo brincar com o postinho?

R: Hã, tá de dulo pegá. (barulho de brinquedos)

M: Tá duro de pegar? Vamo! Força! (R: 2;04.19)

Este é o único episódio daqueles em que há inversão de ordem de palavras, em que a posição da preposição, especificamente, está alterada, o que causa estranhamento. Pode-se observar que a preposição está aglutinada ao verbo, mas não se pode tirar outras conclusões acerca deste fenômeno, porque é um caso isolado no vasto *corpus* de R.

O que a preposição marca, então, quando a ordem dos elementos da sentença não é a ordem convencional? A preposição marca (*posvérbios* e) o terceiro (e quarto) argumento e adjuntos do verbo. A seguir serão apresentados episódios em que a preposição marca justamente estes lugares sintáticos previstos na estrutura argumental do verbo:

(139)

R: A vão bãim ne/n/neli. Vamo.

M: Vamos, vamos dar banho nele, sim. Cê pegou a banheirinha?

(R: 1;10.00)

(140)

- M: Cê tá jogando truco? Ah, bom!
 R: [A/]
 M: [Agora que eu entendi.]
 R: Ai, tô zogando.
 P: Truco?
 R: Tuco **com** minha mãe.
 M: Sabe como é que joga truco?
 P: Hã?
 M: Primeiro a/ a gente senta assim bem longe e ela vai jogando, e falando “truco”! (ri)
 P: Hã!
 M: E ela vai tacando assim na gente, jogando bem longe, né?
 R: Tuuuucoooo! (R: 2;04.26)

Nestes dois episódios os verbos *dar* da expressão **dar banho** e *jogar* foram elididos nos enunciados de R. A ordem das palavras não é a ordem canônica, mas a preposição assegura que se entenda que a preposição está marcando o lugar do terceiro argumento do verbo leve *dar* elidido e marcando a posição de adjunto no segundo episódio.

(141)

- M: Cê qué contá uma estória pra mim?
 R: Qué. Eu quero **da** Cindelela.
 M: Então conta. (R: 2;06.19)

(142)

- M: A/ a bolsinha de/ de ... de/ de presilha?
 R: É ... de presilha ... é ... quebrô o da Daniela ... qué vê?
 M: A/ a [correntinha]
 R: [Quebrô]
 M: Vocês.
 R: Eu que quebrei **da** Daniela ... quebrei.
 M: É, né? (R: 3;04.18)

Já nestes episódios foram elididos sintagmas nominais e a preposição imediatamente ligada ao verbo está marcando o lugar dos modificadores dos sintagmas nominais ausentes: **estória da Cinderela** e **correntinha da Daniela**.

8. Considerações finais

Dizer que a fala da criança apresenta erros ou formas divergentes é compará-la com a fala de adultos. Este estudo não tem o objetivo de comparar a fala da criança com a de um adulto, mas mostrar como funciona a preposição na fala de uma criança. Em vez de classificar as formas divergentes em relação à fala adulta como erros, pode-se assumir que a criança ainda transita entre formas e escolhas gramaticais. Pensando neste trânsito entre formas categóricas que a língua (e os gramáticos) nos impõem – todas estas relações de ser ou não ser, sem meio-termo entre elas, como singular ou plural, lexical ou funcional, télico ou atélico, pontual ou durativo e assim adiante – é possível aceitar que a criança passa por um processo de mudança. Neste processo não se podem identificar erros e acertos, apenas mudanças e o trânsito entre formas que os falantes adultos do português brasileiro aceitam como certas ou taxam como erradas.

Foram observados dois tipos de mudança na fala de R. O primeiro processo de mudança a ser abordado diz respeito à mudança da criança em relação à língua materna. Conforme a teoria Interacionista adotada aqui, a criança pode encontrar-se em três posições. Característico da primeira posição é que a criança incorpora fragmentos da fala do outro em seu enunciado, porque a criança é dependente da fala do outro. Um exemplo ilustrativo é:

(143)

(Com um livro ilustrado na mão, apontando para as figuras)

R: Homi

M: O homem... tá de mão dada com a moça, né?

R: **Ada booissaa** (R: 1;09.08)

Neste episódio é visível como a fala da criança é determinada pela fala do seu interlocutor. Há ainda um outro episódio emblemático da primeira posição:

(35)

M: Ah! Eu vi uma coisa nesse pesqueiro.

R: O quê?

M: Uma coisa que chama perereca.

R: Peleleca.

M: (ri)

R: Ela pula.

M: Ela pula? Como é que cê fez nela?

R: **Sutei nela** e pe, pulou.

M: Chutou nela e pulou? (R: 2;02.02)

Característico da segunda posição é a impermeabilidade da criança às correções do adulto. Aqui a criança está se relacionando com a língua, deformando-a muitas vezes. Nas palavras de De Lemos lê-se:

Nesta altura, poder-se-ia perguntar sobre o sujeito que fala na segunda posição: alienado no próprio movimento da l'pingua, o que ele escuta do que fala? (De Lemos, 2002 – p. 61)

(144)

M: Clips.
 R: Clips.
 M: Fala assim: clips.
 R: Clips.
 M: Isso, [clips, tão fácil!]
 R: [Eu vô bincá **com** eles] ... cos isplics.
 M: (ri) (R: 2;10.23)

(145)

M: O quê ele pescou?
 R: Peise. Óia.
 M: Grande ou pequeno?
 R: Pequeno.
 M: Como será que chama esse peixe?
 R: Hã, ele pecá so/só **no va/ no Gavali, Gavali** ele pescá.
 M: No Jaguari?
 R: É de Jagali.
 M: Não! No Jaguari quem pesca é teu pai e teu avô. O menino, não sei. Será que ele pesca no Jaguari? Isso aqui é lambari?
 R: É. (R: 2;04.19)

(146)

R: Onde é a tua casa memo?
 D: No Japão.
 R: Eu ia **em Japão** agora.
 M: No Japão não fala português.
 D: Por quê?
 M: Fala japonês, é outro país.
 D: Mas fala igual, né?
 R: [Ah, eu vô **em Japão**!]
 M: [Não, é japonês] é bem diferente.
 D: (SI) assim?
 M: É, por aí.

- D: Cibarábá dabadá.
 R: (SI) ôh, eu ia em Japão, aqui era o meu carro.
 (R: 3;07.16)

Na terceira posição a criança estabelece uma relação com o seu próprio enunciando, percebendo os efeitos que sua fala tem sobre o outro:

- (147)
 (M achou o pintinho de brinquedo, depois de procurar pela galinha de brinquedo)
 R: O pintinho!
 M: O pintinho! Na falta da galinha, vai o pintinho mesmo. Você vai cozinhar o pintinho? Você tem que dar acelga pro pintinho. Coitado.
 R: Eu vou cozinhar pro pintinho.
 M: (ri)
 R: Já cozinhei.
 M: Bom, cê tá cozinhando a acelga. Não tá cozinhando o pintinho.
 R: Eu vou dar pro pintinho agora. (R: 2;00.20)

E este outro episódio, em que R atua reflexivamente sobre a linguagem:

- (148)
 M: Cê não sabe contá estória, iiiih!
 R: É.
 M: Cê só sabe virar a página ...
 R: Ele/ ele f/ e/ e/ e/ eles tão ino pa táis, eles tã/ a eu não/ eu não consigo (SI) e/ e/ e/ lê (SI) ele/ eles pa feente.
 M: (tom de riso) Cê não consegue ler eles pra frente?
 R: É. (R: 2;10.23)

Além deste tipo de mudança, em que a formação de um sujeito falante está em jogo, são também observáveis algumas mudanças da linguagem de R e de seu uso de preposições ligadas a verbos. Pôde-se observar que as preposições menos gramaticalizadas aparecem no *corpus* mais tardiamente em relação às mais gramaticalizadas (vide **por** e **sobre** e o fato de **contra**, **entre** e **sob** não terem sido registradas no *corpus*). Estas preposições são muito menos freqüentes que as altamente gramaticalizadas, já que são exclusivamente introdutoras de adjuntos do verbo.

Quanto às trocas, ausências e excessos de preposições na fala de R, é preciso dizer que não se chegou a uma nomenclatura satisfatória para descrever os fatos de linguagem infantil. Estes termos

denunciam que se está tomando a fala do adulto como parâmetro para “medir” a fala da criança, o que não parece ser um procedimento adequado. Mostra que a pesquisadora ainda está presa às dicotomias fundantes desta ciência e não consegue deixar de valorar os dados que analisa, dando-lhes etiquetas como *erro x acerto, troca x acerto, ausência x preenchimento e excesso x não-preenchimento*.

É ainda interessante notar que as ausências de preposições afetam apenas as preposições mais gramaticalizadas na fala de R. Não foram registradas ausências de preposições menos gramaticalizadas (**até, contra, entre, sob, sobre**) no *corpus* de R.

Quanto à posição das preposições ligadas a verbos na fala de R, pode-se dizer que R usou a ordem prototípica das palavras numa oração portuguesa, que compreende a seqüência de V + Prep + SN/ SV e manteve esta colocação da preposição ao longo do *corpus* examinado, salvo em um único episódio: *tá de duro pegar*.

No *corpus* de R, as preposições menos gramaticalizadas são exclusivamente introdutoras de adjuntos do verbo, de modo que harmonizam seu conteúdo semântico com o conteúdo semântico do adjunto que introduzem.

As preposições mais gramaticalizadas podem ocupar três posições na sentença:

- introdutoras do adjunto, seguindo os mesmos parâmetros de seleção estabelecidos para as preposições menos gramaticalizadas, ou seja, harmonizando seu valor semântico com o do adjunto. Podem ainda ser
- introdutoras do segundo ou
- introdutoras do terceiro argumento do verbo.

Quando as preposições introduzirem o segundo argumento do verbo, então as preposições mais gramaticalizadas podem harmonizar seu conteúdo semântico altamente esvaziado com o verbo por diferentes motivos:

- Por reforço do sufixo (em pronomes pessoais): **comigo, contigo, conosco** etc.
- Por sinonímia com o prevérbio: **anexar a, desviar de, concordar com, intrometer-se em**

- *Posvérbio*, no sentido de Nascentes, Bechara e Travaglia: puxar (**d**)a espada, molhar (**n**)o papel.
- *Posvérbio*, numa acepção mais estendida, formando uma unidade de sentido equivalente a uma expressão idiomática:

ter de, mandar em, dar pra + oração infinitiva.
- Relações enrijecidas, em que o valor semântico da preposição não é mais retraçável e a preposição é um elemento relacional por “servidão lingüística”, nos termos de Travaglia (1985: 23), como **gostar de, cuidar de, acreditar em, pensar em**.

Para que toda esta análise se tornasse possível, foi preciso examinar características do verbo, como *transitividade, valência e regência*, que se mostraram instrumentos adequados para o entendimento do funcionamento da preposição ligada a verbos na fala de R em processo de aquisição da língua portuguesa falada no Brasil.

(149)

- R: Quê que é relotidi então?
 M: Sei lál Não existe! Essa palavra não existe em português.
 R: Português? Mas ... eu falo português?
 M: Faaala. (R: 4;06.17)

Referências bibliográficas

- ABREU, M. de & MOURA, G. de. – *Regência verbal*. Editora Livraria Freitas Bastos S /A, 1957.
- ALMEIDA, N. M. de. – *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Edição Saraiva, 22ª ed., 1969.
- AZEVEDO FILHO, L. A. de. – *Gramática básica da língua portuguesa*. Editôra Fundo de Cultura, 1966.
- BALDI, P. – *Typology and the Indo-European prepositions*. In: Indogermanische Forschungen, 84, 1979 (p. 49 – 62).
- BAKHTIN, M. M. – *Para uma Filosofia do Ato*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza a partir de *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, 1993.
- _____ - *Art and answerability: early philosophical essays*. Austin: University of Texas Press, 1995
- _____ - *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAUDUSCH, S. – *Zur Semantik der Präpositionen*. In: Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung, 37/ 1, Berlin/ DDR, 1984 (p. 89 – 93).
- BECHARA, E.- *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 11ª ed., 1967.
- _____ - *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 37. ed. 1999.
- BERG, M. B. – *A natureza categorial da preposição*. In: Revista de Estudos da Linguagem, 7/ 1, UFMG, Belo Horizonte, 1998 (p. 107 – 125).
- BERTINETTO, P. M. – “Il verbo”. In: REMZI, L. & LELVI, G. (eds.) - *Grande grammatica italiana di consultazione*. Bologna: O Mulino, 2, 1991 (p. 13 – 161).
- BITTENCOURT, V. O. – *A questão da transitividade das estruturas causativas sintéticas do português*. In: Letras & Letras, 3/ 2, Uberlândia, 1987 (p. 169 – 183).
- BONFIM, E. R. M. – *Vestígios da língua antiga na língua moderna: a preposição por com valor final*. In: Revista do GELNE, Fortaleza, 2/ 1, 2000 (p. 17 – 21).
- BORBA, F. S. - *Sintagmas preposicionados em português*. São Paulo: ALFA, 24, 1980 (p. 49 – 58).
- _____ – *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ed. Ática, 1996.
- BORSLEY, R. D & JAWORSKA, E. – *On polish PPs*. In: Linguistics, 27 / 2, Berlin/ New York, 1989 (p. 245 – 257).
- BORSLEY, R. D. – *What do ‘prepositional complementizers’ do?* In: Probus, 13/ 2, Mouton de Gruyter, 2001 (p. 155 – 173).
- BOWERS, J. – *Transitivity*. In: Linguistic Inquiry , 33/ 2, MIT Press, 2002 (p. 183- 225).
- BRANDÃO, C. – *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- BREUL, C. – *Non-stranded preposition + relative who(m): syntactic discussion and corpus-related problems*. In: Studia Anglica Posnaniensia, 35, Póznán, 2000 (p. 137 – 153).
- BROSCHART, J. – *Präpositionen im Tonganischen (zu Varianz und Invarianz des Adpositionsbegriffs)*. In: Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung, 45/ 2, Berlin/ DDR, 1992 (p. 106 – 121).
- CÂMARA JÚNIOR, - J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 2. edição, 1976.

- CARNEIRO, C. R. - *Primeiras manifestações de relações espaciais na aquisição do português como primeira língua*. Campinas: IEL/UNICAMP, mestrado, 1979.
- CEGALLA, D. P. - *Novíssima Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional, 41. ed. 1998 (p. 250 – 253).
- CHOI, J. K. - *The genesis of voì en el mercado: the prepositional en with directional verbs in paraguayan Spanish*. In: *Word*, 52 / 2, New York, 2001 (p. 181 – 197).
- COOK, V. J. - *A note on indirect objects*. In: *Journal of Child Language*, 3, 1976 (p. 435 – 438).
- CORMACK, A. & BREHENY, R. - *Projections for functional categories*. In: *UCL Working Papers in Linguistics*, 6, London, 1994 (p. 35 – 63).
- COUTINHO, I. de L. - *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 7. ed. 1979.
- CRAIG, C. & HALE, K. - *Relational preverbs in some languages of the Americas: typological and historical perspectives*. In: *Language*, 64, 1988 (p. 312 – 344).
- CROFT, W. - *Typology and universals*. University of Michigan: Cambridge University Press, 1990.
- CUNHA, C. - *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Editôra Bernardo Álvares S.A., 1970 [1969].
- _____. *Gramática de Base*. Rio de Janeiro: FENAME, 1979.
- CUTLER, A. (ed.) - *Slips of the tongue and language production*. Berlin/ New York/ Amsterdam: Mouton Publishers, 1982.
- DAHL, Ö. - *The maturation of linguistic patterns*. Manuscrito, Stockholm, 2001.
- DE LEMOS, C. T. - *Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio*. In: *Substratum*, 1 / 1, 1992 (121-136).
- _____. - “Processos metafóricos e metonímicos: seu estatuto descritivo e explicativo na aquisição da língua materna”. In: *The Trento lectures and workshop on metaphor and analogy*. Instituto per la Ricerca Scientifica e Tecnologica Italiano em Povo. Inédito, 1997.
- _____. - Questioning the notion of development: the case of language acquisition. In: *Culture & Psychology*, 6, 2000 (p. 169 - 182).
- _____. - *Sobre o estatuto lingüístico e discursivo da narrativa na fala da criança*. In: *Lingüística*, 13, Publicação da ALFAL, 2001 (p. 23 – 61).
- _____. - *Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação*. IEL/UNICAMP. Caderno de Estudos Lingüísticos, 42, 2002 (p. 41 - 69).
- DE VILLIERS, J. - “On the acquisition of functional categories: A general commentary”. In: MEISEL, J.M. (org.) - *The acquisition of verb placement*. Dordrecht/ Boston/ London: Kluwer Academic Publishers, 1992 (p. 423 – 445).
- DI MEOLA, C. - *Vom Inhalts- zum Funktionswort: Grammatikalisierungspfade deutscher Adpositionen*. In: *Sprachwissenschaft*, 26, 2001 (p. 59 – 83).
- _____. - “Präpositionale Rektionsalternation unter dem Gesichtspunkt der Grammatikalisierung: Das Prinzip der “maximalen Differenzierung”.” In: CUYCKENS, H. & RADDEN, G. (eds.) - *Perspectives on prepositions*. In: *Linguistische Arbeiten*, 454, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2002 (p. 101 – 131).
- _____. - *The rise of the prepositional genitive in German – a grammaticalization phenomenon*. In: *Lingua*, 114 / 2, 2004 (p. 165 – 183).

- DUARTE, Y. – *As construções com preposições desacompanhadas no inglês*. In: Delta, 10 / 2, São Paulo: Educ, 1994 (p. 409 – 421).
- DUBINSKY, S. – *Recategorization of prepositions as Complementizers: the case of temporal prepositions in English*. In: Linguistic Inquiry, 26 / 1, MIT Press, 1995 (p. 125 – 1370).
- DUDEN: - *Die Grammatik*. Mannheim, Leipzig, Wien, Zürich: Dudenverlag, 1998.
- EMONDS, J. – *The prepositional copula as*. In: Linguistic Analysis, 13 / 2, Seattle: University of Washington, 1984 (p. 127 – 145).
- _____ – *Projecting indirect objects*. In: The Linguistic Review, 10 / 3, Mouton de Gruyter, 1993 (p. 211 – 265).
- FIGUEIRA, R. A. - *Uma nota sobre transitividade e aspecto*. In: Delta, São Paulo: Educ, 12 / 1, 1996 (p. 153 – 173).
- _____ - *Erro e enigma na aquisição da linguagem*. In: Letras de Hoje, 30 / 4, Porto Alegre 1995 (p.145-162).
- _____ - “O erro como dado de eleição nos estudos de aquisição da linguagem”. In: PEREIRA DE CASTRO, M. F. (org.) – *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 (p. 55 – 87).
- _____ - *Aquisição dos verbos prefixados por des em português*. In: Palavra, 5, PUC-RJ, 1999.
- _____ - *Dados anedóticos: quando a fala da criança provoca o riso ... Humor e aquisição da linguagem*. In: Línguas e instrumentos lingüísticos. Campinas: Pontes: vol.6, 2001.
- _____ - *Marcas insólitas na aquisição de gênero. Evidência do fato autonímico na língua e no discurso*. In: Lingüística, 13, Publicação da ALFAL, 2001 (p. 97 – 145).
- _____ - *A aquisição do paradigma verbal do português: as múltiplas direções dos erros*. In: Revista IEL 25 anos, 2003 (p. 361 – 378).
- GARVIN, P. L. – *Pure-relational suffixes and postpositions in Hungarian*. In: Language, 21, 1945 (p. 250 – 256).
- GAWRON, J. M. – *Situations and prepositions*. In: Linguistics and Philosophy, 9 / 3, 1986 (p. 327 – 383).
- GENSLER, O. D. – *Why should a demonstrative turn into a preposition? The evolution of Welsh predicative yn*. In: Language, 78/ 4, 2002 (p. 710 – 765).
- GIBRAIL, - A. V. B. *O acusativo preposicionado do português clássico: uma abordagem diacrônica e teórica*. Campinas: IEL/UNICAMP, dissertação de mestrado, 2003.
- GÓIS, C. – *Sintaxe de Regência*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 8ª ed., 1957.
- GOMES, C. A. – *Efeito funcional no uso variável de preposição*. In: Revista de Estudos da Linguagem, 7 / 2, Belo Horizonte, UFMG, 1998 (p. 61 – 71).
- GORSKI, E. M. – *Níveis de integração de cláusulas para + infinitivo*. In: Estudos Lingüísticos (GEL) São Paulo, 29, 2000 (p. 88 – 102).
- GUINDASTE, R. M. G. – *O agramatismo: um estudo de caso em português*. Campinas: IEL / UNICAMP, doutorado, 1996.
- GURPILHARES, M. S. S. – *O problema da transitividade nos verbos de movimento*. In: Letras & Letras, 2 / 1, 1986 (p. 133 – 152).
- HAIMAN, J. – “High transitivity in Hua” In: HOPPER, P. J. & THOMPSON, S. A. (eds.) - *Syntax and Semantics: Studies in Transitivity, vol. 15*, Academic Press, 1982 (p. 177 – 195).

- HALLIDAY, M. A. K. – *Notes on transitivity and theme in English*. In: *Journal of Linguistics*, 3 / 1, 1967 (p. 37 – 82).
- _____ - *An introduction to Functional Grammar*. Maryland: Edward Arnold, 1985.
- HASPELMATH, M. – *Why is grammaticalization irreversible?* In: *Linguistics*, 37, 1999 (p. 1043 – 1068).
- HEINE, B. & REH, M. – *Grammaticalization and reanalysis in african languages*. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1984.
- HELBIG, G. – *Rektion, Transitivität, Intransitivität, Valenz, Syn/ Autosemantie*. In: *Deutsch als Fremdsprache*, 2, 1978 (p. 65 – 78).
- _____ - *Deutsche Grammatik: Grundfragen und Abriss*. München: Iudicum Verlag, 1991.
- HELBIG, G. & SCHENKEL, W. – *Wörterbuch zur Valenz und Distribution deutscher Verben*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1983.
- HENRIQUES, E. R. – *Preposições: por que são difíceis para os aprendizes estrangeiros?* In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 7, 1992 (p. 118 – 131).
- HERNÁNDEZ, B. G. – *Transitividad, intransitivación y causas de su desarrollo en latín tardío*. In: *Revista Española de Lingüística*, 20 / 1, 1990 (p. 1 – 17).
- HOPPER, P. J. & THOMPSON, S. A. – *Transitivity in grammar and discourse*. In: *Language*, 56 / 2, 1980 (p. 251 – 300).
- HOPPER, P. J. & TRAUGOTT, E. C. – *Grammaticalization*. Cambridge University Press, 1993.
- HORNSTEIN, N. – *Case Theory and Preposition-stranding*. In: *Linguistic Inquiry*, 12 / 1, MIT, 1981, (p. 55 – 93).
- HUDSON, D. - *Syntax without functional categories*. In: *UCL Working Papers for Linguistics*, 9, University College London, 1997, (p. 253 – 281)
- ILARI, R. & BASSO, R. M. – “O verbo como matriz da sentença” In: *Verbalizando o verbão (por falta de outro título melhor) a sair em CASTILHO, A. (org.) - Gramática do Português Falado*, 2005.
- JAKOBSON, R. – “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia” In: *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix: 5ªed., 1971 (p. 34 – 63).
- JAWORSKA, E. – *Prepositional phrases as subjects and objects*. In: *Journal of Linguistics*, Cambridge University Press, 22/ 2, 1986 (p. 355 – 375).
- JESPERSEN, O. – *The Philosophy of Grammar*. London: George Allen & Unwin Ltd. 1948 [1924].
- KELLER, R. – *Rules and tools*. www.phil-fak.uni-duesseldorf.de/rudi.keller, 1999.
- KING, R. & ROBERGE, Y. – *Preposition Stranding in Prince Edward Island French*. In: *Probus*, 2 / 3, 1990 (p. 351 – 369).
- KLAUS, C. – *Grammatik der Präpositionen: Studien zur Grammatikographie*. In: *Linguistik International*, 2, Peter Lang Verlag, 1999.
- KORTMANN, B. & KÖNIG, E. – *Categorial reanalysis: the case of deverbal prepositions*. In: *Linguistics*, 30 / 4, Mouton de Gruyter, 1992 (p. 671 – 699).
- KRÄMER, M. & WUNDERLICH, D. – *Transitivity alternations in Yucatec, and the correlation between aspect and argument roles*. In: *Linguistics*, 37 / 3, 1999 (p. 431 – 481).

- KRESS, G. - *Halliday: System and Function in Language*. (Selected Papers). London: Oxford University Press, 1976.
- KURODA, S.Y. - review of FILLMORE, C.J. - Indirect object constructions in English and the ordering of transformations. In: *Language*, 44 / 2, 1968 (p. 374 – 378).
- KURZ, C. - *The use of prepositions, articles and simplification in contact varieties of German*. In: *Texas Linguistic Forum*: 36, Austin, 1996 (p. 176 – 188).
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. - *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- LARSON, R. - “Missing prepositions” and the analysis of english free clauses. In: *Linguistic Inquiry*, 18 / 2, MIT Press, 1987 (p. 239 – 267).
- LEHMANN, C. - *Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change*. In: *Lingua e Stile*, 20, 1985 a (p. 303 – 318).
- _____ - *On grammatical relationality*. In: *Folia Linguistica*, 19, 1985 b (p. 67 – 109).
- LIMA, R. - *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympo, 36. ed. 1998 (p. 179 – 180)
- LIMA, W. F. - *Reção (regência) e valência numa análise dos complementos verbais preposicionados do português*. In: *Estudos Lingüísticos*, 29, (Enal/ UNESP) São Paulo, 2000 (p. 615- 621).
- LOBATO, L. M. P. - *Advérbios e preposições, sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionados*. In: *Delta*, 5 / 1, São Paulo: Educ, 1989 (p. 101 – 121).
- LONGHIM, R. S. - *A gramaticalização da perífrase conjuncional SÓ QUE*. Campinas: IEL / Unicamp, Tese de doutorado, 2003.
- LUFT, C. P. - *Moderna Gramática Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 6ª ed., 1985.
- LYONS, J. - “Valency”. In: *Semantics, vol. 2*, Cambridge University Press, 1977 (p. 481 – 488).
- _____ - *Lingua(gem) e Lingüística: Uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1987.
- MAGIER, D. - *The transitivity prototype: evidence from Hindi*. In: *Word*, 38 / 3, New York, 1987 (p. 187 – 201).
- MALING, J. & ZAENEN, A. - *Preposition-stranding and passive*. In: *Nordic Journal of Linguistics*, 8 / 2, Oslo, 1985 (p. 197 – 211).
- MALLINSON, G. - review of VESTERGAARD, T. - *Prepositional phrases and prepositional verbs*. In: *Linguistics*, 17/ 9 + 10, Mouton de Gruyter, 1979 (p. 933 – 935).
- MARCHAND, H. - *The syntactical change from inflectional to word order system and some effects of this change on the relation ‘verb / object’ in English. A diachronic- synchronic interpretation*. In: *Anglia*, 10, 1951 (p. 70 – 89).
- MARTINET, A. - “A dupla articulação da Linguagem” In: *Elementos de Lingüística Geral*. Lisboa: Livraria de Sá da Costa Editora, 3ª ed., 1971.
- MEISEL, J. M. - *Prepositions in object and adverbial constructions*. In: *Lingua*, 31 / 2+ 3, 1973 (p. 213 – 236).
- MELO, G. C. - *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Academica, 2ª ed., 1970.
- NASCENTES, A. - *O problema da regência*. Rio de Janeiro / São Paulo: Livraria Freitas Bastos S.A., 2ª ed., 1960.
- NEVES, M. H. M. - *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

- OUHALLA, J. – *Functional categories, Agrammatism and Language Acquisition*. In: *Linguistische Berichte*, 143, 1993 (p. 3 – 37).
- PALMER, F. R. - *Grammatical Roles and Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- PARSONS, T. – *Thematic relations and arguments*. In: *Linguistic Inquiry*, 26 / 4, 1995 (p. 635 – 662).
- PAUL, H. – *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966 [1953].
- PEREIRA, M. C. C - *Aspectos semânticos na aquisição de preposições por criança brasileira*. São Paulo: PUC, dissertação de mestrado, 1977.
- PEREIRA DE CASTRO, M. F. C. – *Língua materna: palavra e silêncio na aquisição da linguagem*. 1998 (p. 247 – 257).
- _____ - *A interpretação: A fala do outro e a heterogeneidade da fala da criança*. IEL/UNICAMP: Letras, 1997.
- _____ - *A argumentação na fala da criança: entre fatos de língua e de discurso*. In: *Linguística*, 13, Publicação da ALFAL, 2001 (p. 61 – 81).
- PERONARD, M. - *Spanish prepositions introducing adverbial constructions*. In: *Journal of Child Language*, 12/ 1, 1985 (p. 95-109).
- PERRONI, M.C. – *Para na gramática infantil do português brasileiro*. In: *Letras de Hoje*, 117, PUCRS, 1999 (p. 83 – 101).
- PINKER, S. – *On the acquisition of grammatical morphemes*. In: *Journal of Child Language*, 8/ 2, 1981 (p. 477 – 485).
- POGGIO, R. M. G. F. – *Gramaticalização de preposições documentadas na edição crítica “A mais antiga versão dos Diálogos de São Gregório”*. In: *Estudos Linguísticos*, 29, 2000 (p. 393 – 398).
- PONTES, E. - *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 1992.
- QVONJE, J. I. – *Die Grammatikalisierung der Präposition na im Bulgarischen*. In: *Folia Linguistica*, 1/2, Den Haag: Mouton, 1979 (p. 317 – 353).
- RAFEL, J. – *From complementizer to preposition: evidence from Romance*. In: *Probus*, 12/ 1, Mouton de Gruyter, 2000 (p. 67 – 93).
- RAMOS, R. M. S. – *A Teoria dos Casos na análise do uso de preposições em inglês*. In: *Letras de Hoje*, PUCRS, 50, 1982 (p. 113 – 131).
- RAPOSO, E.P. - *Categorias funcionais na gramática gerativa*. In: *Delta*, São Paulo: Educ, 9/ 2, 1993 (p. 237 – 275).
- RAUH, G. – *Präpositionen: eine geschlossene Klasse?* In: *Die Neueren Sprachen*, 89, 1990 (p. 476 – 489).
- _____ - “Prepositional forms in the lexicon: problems and suggestions” In: *Approaches to Prepositions*. In: *Tübinger Beiträge zur Linguistik*, 358, Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1991 (p. 169 – 225).
- _____ - “Grammatische Kategorien”. In: *Theorie des Lexikons: Arbeiten des Sonderforschungsbereichs*, 282. Wuppertal / Köln: Universität Wuppertal & Universität Köln, 1993.
- _____ - “Prepositions, features and projections”. In: CUYCKENS, H. & RADDEN, G. (eds.) – *Perspectives on prepositions*. In: *Linguistische Arbeiten*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2002 (p. 3 – 25).
- RIEMSDJIK, Van H. C. – *A case study in syntactic markedness: the binding nature of prepositional phrases*. Leiden: The Peter Ridder Press, 1978.

- RIFFATERRE, M. – *A produção do texto*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- ROJAS, C. N. – *Pautas dialógicas em la adquisición de preposiciones*. (no prelo).
- RUBBA, J. – “Grammaticization as semantic change: a case study of preposition development”. In: PAGLIUCA (ed.) – *Perspectives on Grammaticalization*, 104, 1994 (p. 81 – 103).
- SALLES, H. M. M. L. – *Aspectos da sintaxe de pre- e posposições em línguas românicas e germânicas*. In: Letras de Hoje, 131, 2003 (p. 251 – 267).
- SAMPAIO, B. – *Elementos de Gramática portuguesa*. Campinas: Editora Livraria João Amêndola, 1953.
- SANTOS, M. A. M. & DIAS, N. B. – *Articulação de orações e grau de transitividade*. In: Estudos Lingüísticos, 21, (GEL) São Paulo, 1992 (p. 209 – 213).
- SARAIVA, M. E. F. – *A elipse da preposição no português à luz da motivação icônica*. In: Estudos Lingüísticos, 16, (GEL), 1988 (p.241 – 246).
- SAUSSURE, F. - *Curso de Lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].
- SAVIOLI, F.P. - *Gramática em 44 lições*. São Paulo: Editora Ática: 21ª ed., 1991.
- SCHELLINGER, W. – *Zu den Präposition- Artikel- Verschmelzungen im Deutschen*. In: Linguistische Berichte, 115, 1985 (p. 214 – 229).
- SCHRÖDER, J. – *Valenz, Rektion und Präposition*. In: Deutsch als Fremdsprache, 6, 1977 (p. 363 – 368).
- SILVA, M. C. P. – *O emprego das preposições em francês*. In: Estudos Lingüísticos (GEL), 23, São Paulo, 1999 (p. 1358 – 1364).
- SOARES, S. F. V. & LOURENÇO, J. – *A produtividade da preposição “de” no sistema do português*. In: Estudos Lingüísticos, 23, (GEL) São Paulo, 1994 (p. 1387 – 1394).
- SOUZA LIMA, M. P. – *Grammatica expositiva da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- SQUARTINI, M. – “Introduction”. In: *Verbal periphrases in Romance: aspect, actionality and grammaticalization*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 1998.
- STENZEL, A. – *Development of prepositional case in a bilingual child*. In: Linguistics, 34 / 5, Mouton de Gruyter, 1996 (p. 1029– 1059).
- STOLZ, T. – *Flexion und Adpositionen, flektierte Adpositionen, adpositionelle Flexion*. In: Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung, 43 / 3, Berlin/ DDR, 1990 (p. 334 – 354).
- STRÖMQUIST, S. & RAGNARSDÓTTIR, H. – *On the acquisition of verb argument structure*. In: Linguistics, 38/ 3, Mouton de Gruyter, 2000 (p. 523 – 545).
- SWAN, M. - *Oxford pocket basic English usage*. Oxford University Press, 1997.
- TARALLO, F. - *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Editora Ática, 3. edição, 1990.
- TAYLOR, J. R. - *Linguistic categorization: Prototypes in linguistic categorization*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- TOMASELLO, M. - *Learning to use prepositions: a case study*. In: Journal of Child Language: 14 / 1, 1987 (p. 79-99).
- TÔRRES, A. A. – *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editôra Fundo de Cultura, 15ª ed., 1963 [1959].

- TRAVAGLIA, L.C. – *Sobre as possíveis razões da ausência e presença da preposição no objeto direto*. In: Letras & Letras, 1/ 1, Uberlândia, 1985 (p. 15 – 39).
- TSUNODA, T. & UEDA, S. & ITOH, Y. – *Adpositions in word-order typology*. In: Linguistics, 33/ 4, Mouton de Gruyter, 1995 (p. 741-763).
- VAN GELDEREN, E. – *The reanalysis of grammaticalized prepositions in Middle English*. In: Studia Linguistica, 50 / 2, Oxford/ Cambridge: Blackwell, 1996 (p. 106 – 125).
- VESTERGAARD, T. – *On the open-endedness of the form–class “preposition” in English*. In: English Studies, 54, 1973 (p. 148 – 163).
- _____ - *Prepositional phrases and prepositional verbs: a study in grammatical function*. The Hague: Mouton, 1977.
- VILELA, M. & KOCH, I. V. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almeida, 2001.
- VINCENT, N. – *The evolution of c-structure: prepositions and PPs from Indo-European to Romance*. In: Linguistics, 37 / 6, Mouton de Gruyter, 1999 (p. 111 – 1155).
- VINET, M. T.- *Prepositon – complementizers in French*. In: Current Issues in Linguistic Theory, 26, 4, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984 (p. 105 – 121).
- WECHSLER, S. – *Prepositional phrases from the twilight zone*. In: Nordic Journal of Linguistics, 20 / 2, Oslo, 1997 (p. 127 – 155).
- WUNDERLICH, D. – *Über Argumente des Verbs*. In: Linguistische Berichte, 97, 1985 (p. 183 - 228).
- _____ - *How do prepositional phrases fit into compositional syntax and semantics?* In: Linguistics, 29 / 4, 1991 (591 – 623).
- ZWARTS, J. – “Lexical and functional properties of prepositions” In: HAUMANN, D. & SCHIERHOLZ, S. J. (eds.) – *Lexikalische und grammatische Eigenschaften präpositionaler Elemente*. In: Linguistische Arbeiten, 371, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1997 (p. 1 – 19).
- ZWATTS, J. – *Complex prepositions and P-stranding in Dutch*. In: Linguistics, 35/ 6, Berlin/ New York, 1997 (p. 1091 – 1113).